

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL**

**QUESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA
PRODUÇÃO DE LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL**

João Paulo Borges da Silveira

**FLORIANÓPOLIS
2015**

JOÃO PAULO BORGES DA SILVEIRA

**QUESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA
PRODUÇÃO DE LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre.

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

**FLORIANÓPOLIS
2015**

**Serviço Social – Mestrado, Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Florianópolis, 2015.

Prof. Dra. Vânia Maria Manfroi
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social – PPGSS/UFSC

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento
Departamento de Serviço Social - UFSC
(Orientador)

Prof. Dra. Liliane Moser
Departamento de Serviço Social – UFSC

Prof. Dra. Sirlândia Schappo
Departamento de Serviço Social – UFSC

Prof. Dra. Natália Tavares de Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente
e Desenvolvimento – MADE - UFPR
Pós-Doutoranda no Centro de Estudos do Mar – UFPR

Florianópolis, dezembro de 2015.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Borges da Silveira, João Paulo
QUESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE
LITERATURA DO SERVIÇO SOCIAL / João Paulo Borges da
Silveira ; orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmento -
Florianópolis, SC, 2015.
319 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Serviço Social. 3.
Sustentabilidade. 4. Questão Ambiental. I. Boska de Moraes
Sarmento, Hélder . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III.
Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, ao final de uma trajetória, é fundamental. Reconhecer àqueles que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes apoiando essa etapa de nossa vida.

Assim, gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, que, com todos os esforços que fizeram para garantir à seus filhos a oportunidade da educação que não tiveram, permitiram-me chegar até esse momento. Essa vitória é minha, mas compartilho com vocês por todo o estímulo, dedicação e amor.

Aos meus irmãos, João Carlos e Patrícia, por simplesmente estarem presentes, com maior ou menor frequência, e com os quais pude contar sempre que precisei. A gente se espelha um no outro e a força de cada um é a alavanca que move um ao outro com o desejo de ser melhor, sempre.

Às minhas amigas-irmãs de longa data, Natália Tavares de Azevedo e Scheila Medeiros, que, de maneiras diferentes, me fazem perceber a importância da amizade e que fazem brotar o que há de melhor em mim. Sua amizade permanente nesse mundo impermanente e cheio de mudanças, é um porto-seguro essencial para mim. Agradeço pela orientação e suporte que tive da Natália, desde a graduação até a conclusão desse Mestrado. Você despertou em mim, há muito tempo, esse desejo de lutar por justiça social, igualdade e liberdade! Tenho muito a aprender ainda, mas sua convicção me fortalece e seu exemplo me inspira!

Às amigas especiais Aline, Patrícia e Rúbia, amigas que conheci nos tempos de graduação e que, mesmo separados pela distância, mantemos esse vínculo especial e sempre que nos vemos, é como se tivéssemos nos visto ontem.

Às queridas amigas e companheiras do Mestrado, Vanessa, Maria Cecília e Juliana, pela parceria e pelos debates acalorados em nossos cafés nos intervalos das aulas. Vocês foram uma surpresa maravilhosa e conquistaram um espacinho no meu coração. Que nossa amizade permaneça, independente da distância.

Às amigas e companheiras de profissão e trabalho, com quem tenho o prazer de trabalhar na Secretaria de Habitação de Joinville, pelas conversas e pela convivência, que me fizeram refletir sobre a profissão, mas também sobre as diferenças. Nossos debates (e embates) em reuniões permitiram reflexão e amadurecimento.

À Professora Rosana e ao Professor Hélder, mestres orientadores, pelo apoio e pela disposição em me acompanhar nessa trajetória!

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, pela competência e pela luta para construir uma Universidade pública, gratuita e de qualidade e uma formação profissional crítica capaz de questionar as injustiças e somar à luta dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país.

Ao amigo Arnaldo Xavier da Silva, *in memoriam*. Você nos deixou cedo demais amigo e faz uma falta muito grande aqui. O mundo ficou mais triste sem você.

“A constatação da desigualdade ambiental, tanto em termos de proteção desigual como de acesso desigual, nos leva a reconhecer que o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente. É nesse sentido que os mecanismos de produção da desigualdade ambiental se assemelham muito aos mecanismos da desigualdade social. Ao contrário do discurso da escassez, que pressupõe uma distribuição homogênea das partes do meio ambiente, o discurso dos movimentos por justiça ambiental evidencia o caráter fortemente desigual da apropriação das partes do meio ambiente e dos recursos naturais. A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriadas por outrem. Esse esquema, grosso modo, é um dos motores centrais da produção da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível” (ACSELRAD, 2009, p. 76).

RESUMO

O presente trabalho insere-se na perspectiva do debate da questão ambiental, porquanto entende que este é um debate relevante para o Serviço Social, por seus nexos com a questão social. Com esta finalidade, buscamos, ao longo do trabalho, nos aproximar do debate que tem sido realizado sobre a Questão Ambiental e o associando à perspectiva da sustentabilidade – ou do Desenvolvimento Sustentável -, enquanto perspectiva que transpassa distintas formas de compreensão da relação entre sociedade e natureza e que não se limita à acepção hegemônica que se associa à mesma, enquanto expressão de um ambientalismo moderado representado por organismos internacionais. Assim, a partir de uma perspectiva crítica, buscamos autores de referência que têm investido na caracterização e compreensão da questão ambiental como relacionadas ao modo de produção, produtor de injustiças sociais e ambientais. Posteriormente, intentamos debater o estado de arte do debate ambiental no Serviço Social e sua crítica à concepção de Desenvolvimento Sustentável. A partir desses elementos, nos propusemos a analisar a produção de literatura nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, em aspectos quantitativos, mas, sobretudo qualitativos, que abordam a temática. Alguns trabalhos já vinham apontando que, do ponto de vista quantitativo, a produção é ainda insipiente, mas além dessa preocupação, importa-nos conhecer a fundamentação que tem embasado essa análise nas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social reconhecidos pela Capes, tendo como espaço de tempo, o período compreendido entre os anos de 2002 a 2012. Realizamos, posteriormente, um levantamento dos

trabalhos, a partir dos Cadernos de Indicadores da Capes e, a partir deste, selecionamos alguns trabalhos para análise, que constituíram nosso *corpus* de pesquisa, identificando o tratamento efetuado a alguns aspectos que consideramos centrais ao debate e à construção de um entendimento geral sobre o tema.

Palavras-chave: Questão Ambiental, Sustentabilidade, Serviço Social.

ABSTRACT

This work is inserted in the perspective of environmental issues discussion, on the understanding that this is a relevant discussion for Social Services, due to its connections with social issues. To that end, over the course of the work we sought to bring ourselves closer to the ongoing discussion about environmental issues, and to associate this discussion to the sustainability perspective – or Sustainable Development. This perspective comprehends several ways of understanding the relationship between society and nature and it is not limited to the hegemonic definition associated to it, while being an expression of a moderate environmentalism represented by international organizations. Therefore, from a critical perspective, we searched for reference authors who have been investing on the characterization and understanding of the environmental issues as related to the production method, which creates social and environmental injustice. After that, we intended to discuss the state of the art of the environmental discussion on Social Services and its criticism on the conception of Sustainable Development. Based on these elements, we planned to analyze the literature production from Graduate-Level Programs on Social Services, considering mainly qualitative aspects to the theme, but also quantitative aspects. Some works had been indicating, from the quantitative point of view, that the production is in a very early stage, but beyond that concern, what matters to us is to know the background on which is based this analysis of dissertations and thesis from Graduate-Level Programs on Social Services recognized by Capes, considering the time frame as the period between the years 2002 and 2012. After that we

carried out a mapping of these works, based on Capes Indicators Notebooks, and from the mapping, we selected a few works for analysis, forming our research corpus, finally identifying the treatment applied to some aspects we considered core to the discussion and construction of a global understanding of the subject.

Keywords: Environmental issues, Sustainability, Social Work

LISTA DE SIGLAS

- ABEPS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- BCE – Banco Central Europeu
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
- CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- EMC - Estratégia Mundial de Conservação
- EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FUFPI – Universidade Federal do Piauí
- FUFSE – Universidade Federal do Sergipe
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- ONG – Organização não governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PUC GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
UCPEL - Universidade Católica de Pelotas
UCSAL – Universidade Católica de Salvador
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UERN - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB JP – Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza
UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP FR - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho - Franca

UNIC – Universidade de Cuiabá

UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Evolução Programas de Mestrado reconhecidos pela Capes. Fonte: Capes - Elaboração própria.....	144
Tabela 2 – Evolução Programas de Doutorado reconhecidos pela Capes. Fonte: Capes - Elaboração própria.....	149
Tabela 3 - Eixos dos trabalhos. Elaboração própria.....	185
Tabela 4 - Formação dos Pesquisadores. Fonte: Plataforma Lattes. Elaboração própria.....	188
Tabela 5 - Formação x Referencial. Elaboração própria.....	199
Tabela 6 - Conceitos e categorias comuns. Elaboração própria.....	204
Tabela 7 - Conceitos e categorias específicos presentes nas Dissertações. Elaboração própria.....	219
Tabela 8 - Conceitos e categorias específicos presentes nas Teses. Elaboração própria.....	220
Tabela 9 - Quadro síntese. Elaboração própria.....	303

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Hopwood, 2005. Adaptação e tradução nossa.....	74
Figura 2- Foladori (2002, p.105). Tradução e adaptação nossa.....	87
Figura 3- Quantitativo de Dissertações. Elaboração própria.....	162
Figura 4- Quantitativo de Teses. Elaboração própria.....	163
Figura 5- Mapa dos Conflitos Ambientais no Brasil.....	165

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	25
2	HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	32
2.1	A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	36
2.2	MAPEANDO AS DISTINTAS PERSPECTIVAS EM TORNO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	49
2.2.1	Foladori e a tipologia do pensamento ambientalista.....	51
2.2.2	Hopwood e o mapeamento das distintas abordagens do desenvolvimento sustentável.....	68
3	AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE.....	85
3.1	O Serviço Social e a crítica ao paradigma do Desenvolvimento Sustentável.....	98
3.2	Teoria crítica e subsídios para problematizar a questão ambiental.....	118
4	ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL – A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	142
4.1	AS PROBLEMÁTICAS QUE FUNDAMENTARAM AS PESQUISAS.....	181
4.2	A FORMAÇÃO DOS AUTORES.....	185
4.3	A MATRIZ ANALÍTICA.....	189
4.4	AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS EMPREGADAS.....	199
4.5	OS CONCEITOS E CATEGORIAS EMPREGADOS.....	203
4.6	QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE.....	220

4.7	QUADRO SÍNTESE.....	302
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305
6	REFERÊNCIAS.....	312

1 INTRODUÇÃO

Tornou-se lugar comum discutir a problemática do que se convencionou denominar “questão ambiental”. Assim denominada, a questão, a princípio, parece ter pouco em comum com a já conhecida questão social¹. Este fato é decorrente dos diversos enfoques e perspectivas pelas quais a questão ambiental é abordada. Assim, nem todas as perspectivas de análise a consideram em sua dimensão socioambiental², uma vez que se constata que estes enfoques partem de pressupostos éticos distintos, com uma clara divisão entre perspectivas ecocêntricas e antropocêntricas e entre estas, suas subdivisões (FOLADORI, 2005). Tais pressupostos éticos estão na base das diversas perspectivas de análise sobre como se compreende a questão ambiental, que tem como cerne a relação homem x natureza, ou mundo natural x mundo “artificial”.

¹ A questão social tem sido amplamente debatida pelo Serviço Social. Para um debate sobre as posturas em torno da questão social, ver Iamamoto (2001), Netto (2001) e Montão (2012).

² A questão ambiental é aqui compreendida nos termos definidos por Silva, como um “conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p.144). O emprego da expressão socioambiental ocorre no sentido de caracterizá-la em termos distintos dos que a reduzem a uma dimensão “natural”, que não guardaria relação com a questão social, ou em termos de oposição entre o “natural” e o “artificial”. Trata-se, ao fim, de uma oposição do pensamento crítico antropocentrista à uma concepção ecocentrista reducionista. Segundo a concepção crítica, a questão ambiental afeta e diz respeito à sociedade, na medida em que a natureza é apropriada segundo uma lógica desigual e cujos efeitos dessa forma de apropriação afetam também de forma desigual os grupos sociais envolvidos no processo.

Opõe-se também à forma como tem sido tratada a questão ambiental a partir de teorias neomalthusianas as quais relacionam o crescimento populacional à degradação ambiental, tal como concebida por Paul Ehrlich em seu livro “População, Recursos, Ambiente”, publicado em 1968.

Contrapõe-se ainda a outras que colocam a questão enquanto de solução possível meramente pelo desenvolvimento da técnica, deixando intocadas assim as formas de apropriação e uso dos recursos naturais. Estas apregoam que o desenvolvimento de técnicas menos nocivas, de energias limpas, de distribuição de cotas de poluição, consumo responsável, dentre outros mecanismos, são suficientes para resolução da questão. Esta última perspectiva constitui-se hoje como hegemônica nos discursos e ações políticas de enfrentamento à questão e tem no Informe Brundtland³ suas principais diretrizes.

O ponto de partida deste trabalho é a posição de que a degradação ambiental tem relação intrínseca às relações sociais de produção vigentes e que, embora na história da humanidade outras formas de degradação tenham sido relatadas, a velocidade desta é incomparável no modo de produção capitalista. Se nas sociedades pré-capitalistas, esta esteve relacionada ao parco desenvolvimento das forças

³ O Relatório Brundtland é o documento que buscou incorporar as preocupações ambientais que começam a apontar em 1972, durante a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia. A ONU, através da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, encomenda, em 1983, um documento que deveria conter e aprofundar propostas mundiais voltadas ao meio ambiente. Fruto desse trabalho surge, em 1987, o documento “Nosso Futuro Comum”, conhecido enquanto Relatório Brundtland pelo fato de ter sido presidido pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

produtivas, na sociedade atual ela tem lugar pelo próprio desenvolvimento destas, em escalas e proporções muita acima das imagináveis nos modelos anteriores (FOLADORI, 2001; NETTO, 2001, NETTO, 2012).

O impasse na questão ambiental diz respeito à possibilidade de pensar alternativas ao modelo hegemônico de relações de produção, cuja racionalidade, uma vez explicitada, aponta na direção de contradições que devem ser enfrentadas, e as formas e os termos desse enfrentamento não estão dados, mas devem ser alvo de constante reflexão e ação política por parte dos atores, grupos e classes sociais envolvidos. O paradoxo que se apresenta é mais bem explicitado por Pierri ao afirmar que:

[...] entre o final dos anos 60 e meados dos anos 80 a ideia predominante sobre as mudanças em jogo mudou, o que deu à ordem dominante a oportunidade de passar de principal acusado de gerar a crise ambiental a protagonista na luta contra ela (2002, p.16).

Compreender como se deu este processo pressupõe conhecer as disputas em torno da questão ambiental, suas distintas acepções, significados, alcances e formas de enfrentamento. Implica, ainda, em analisar a forma pela qual esta é incorporada na agenda pública mundial e debatida por governos de diversos países, sempre de forma controversa e encontrando expressão na elaboração de estudos, programas e políticas implementadas ao longo das últimas décadas.

Portanto, é preciso recuperar o caráter sócio-histórico da questão ambiental, notadamente no que se refere ao surgimento das distintas concepções que foram formuladas e debatidas a partir da década de 1960, culminando numa acepção hegemônica do que se entende por questão ambiental e as ações destinadas ao seu enfrentamento.

A questão ambiental tem um histórico recente de inserção nas discussões acerca de políticas efetivas a nível mundial e na realidade de nosso país. Até meados de 1960, o mundo vivia um processo de entusiasmada expectativa no progresso e no desenvolvimento. Foi somente no final do último século - meados da década de 1970 - que o meio ambiente se constitui enquanto uma “questão”, que coloca obstáculos a um desenvolvimento ilimitado e aos discursos hegemônicos, de esquerda a direita, de defesa do “progresso”.

É importante pensar a questão ambiental, notadamente quando, em países de inserção capitalista periférica como o Brasil, a fórmula propagada como resolutiva de nossa condição subdesenvolvida é fundamentada num novo desenvolvimentismo⁴. Este novo desenvolvimentismo se apresentaria de forma homogeneizante e redutor das experiências e modos de produção coexistentes e subalternizados por relações hegemônicas de produção, modos de produção marcados por outras formas de relação com a natureza, voltadas mais à satisfação de necessidades que ao lucro: pensemos a produção mercantil simples, por exemplo, de pescadores artesanais. Tal discussão, em seus dois matizes, ainda é marginal no desenvolvimento de políticas de alcance

⁴ Para maior discussão acerca do “novo” desenvolvimentismo, ver PEREIRA, 2012; LEHER, 2012; GONÇALVES, 2012; CASTELO, 2012, MOTA, 2012.

macroeconômico, devido à sua orientação desenvolvimentista, com gradações distintas de acordo com as concepções políticas do grupo ocupante do poder político.

Do outro lado desse desenvolvimentismo, temos a degradação ambiental, desconsiderada nos cálculos de custos dos empreendimentos realizados, bem como uma destruição de modos de produção não ajustados ao modelo atual, que se traduz numa marginalização crescente dessas populações e no imperativo da inclusão subordinada aos mercados formais e informais de trabalho, ou a mudanças nos seus modos de vida e produção vindos de “cima”, que se concluiu com a perda cultural e riqueza social de aspectos de nossa cultura e tradição históricas. Mas a história política desses atores sociais não é estática. Com o advento da cultura de direitos, a luta dos segmentos sociais marginalizados se traduziu numa gradual conquista de direitos sociais. Temos assistido, nos últimos anos, um grande número de declarações e normatizações de direitos dos mais distintos segmentos sociais - populações trabalhadoras, indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras artesanais, agricultores familiares - embora presenciemos também e em igual medida, um forte ataque dos setores conservadores destinado a restringir tais direitos.

Entretanto, muito se tem debatido acerca da natureza desses processos no que se refere à sua efetividade, num contexto de subordinação da democracia aos ditames econômicos e de crise do modelo de democracia representativa, os quais têm levado a reivindicações de outros modelos de globalização não hegemônica, baseados em relações e práticas distintas das presentes nas democracias

liberais no mundo ocidental (SANTOS, 2000; SANTOS, 2002, 2005; CASTORIADIS, 2004).

Assim, o debate em torno da questão ambiental precisa ser revisitado. Em primeiro lugar, cabe destacar os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental, uma vez que a dinâmica relacionada à degradação do meio ambiente decorre de processos sociais relacionados ao modo de produção capitalista. Assim, a questão ambiental não pode mais ser compreendida enquanto uma dimensão separada da questão social.

Desta forma, é central na análise que aqui se pretende realizar, apontar as diferentes perspectivas em torno do debate da questão ambiental. Em trabalho anterior, BOURCKHARDT (2010) buscou apresentar uma síntese do pensamento ambientalista na teoria marxista. Como perspectiva que orienta o projeto ético-político do Serviço Social, é de fundamental importância para o debate na categoria, pois tais fundamentos estão na base da compreensão de fenômenos sobre os quais incidem a análise, crítica e posicionamento da categoria frente à questão ambiental, questão esta que extrapola o âmbito do debate acadêmico, uma vez que permeia o debate sociopolítico e o horizonte das alternativas ao modelo/padrão de desenvolvimento atual, com reflexo sobre a questão social. Assim, essa perspectiva é fundamental para nossa categoria na compreensão do que se encontra em “jogo”.

Para além da perspectiva marxista da questão ambiental, o esforço que aqui se intenta é o de ampliar essa lente, no sentido de compreender a forma como a questão ambiental enquanto problemática surge, bem como as distintas perspectivas em que a mesma é analisada.

Portanto, a análise marxista é parte de um conjunto de diferentes visões acerca da questão.

Parte-se do pressuposto de que a questão ambiental pode ser apreendida sob distintas perspectivas e de que não há acordo sobre estas, logo a análise tem um caráter aproximativo e toma como referência alguns trabalhos de importantes estudiosos da questão, buscando sintetizar suas contribuições. Assim é que Pierri (2005) trabalhará com três perspectivas centrais sobre a questão ambiental, Foladori (2005) partirá, em sua tipificação, dos pressupostos éticos que orientam as distintas perspectivas e Hopwood (2005) se detém sobre as diferentes nuances em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

Objetivamos, a partir dessas contribuições, situar historicamente o debate em torno da questão ambiental, seus principais fundamentos e formulações, apontando as principais categorias analíticas que se propõe a explicá-la, para posteriormente **analisar os pressupostos e correntes que tem servido de fundamentação ao estudo da questão ambiental na produção de literatura no Serviço Social**, especificamente, nas dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social reconhecidos pela Capes, produzidas entre os anos de 2002 a 2012. Portanto, pretende-se aqui **analisar como tem sido compreendida e elaborada a questão ambiental nas produções de literatura dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social**.

2 HISTÓRICO E PERSPECTIVAS DA QUESTÃO AMBIENTAL

O surgimento da questão ambiental enquanto tal, remonta à década de 1960, muito embora desde fins do século XIX esta já tenha se apresentado a partir de uma perspectiva **preservacionista**.

O pensamento preservacionista começa a se delinear a partir do século XIX e foi influenciada por diversos fatores. No decorrer dos séculos anteriores a domesticação de animais e o domínio da natureza eram tidos como sinônimos de civilização. Esta perspectiva foi reforçada pelos paradigmas positivista/racionalista ou cartesiano e sua crença no domínio da natureza decorrentes da ciência e da técnica, assim como pelo incremento técnico motivado pelo desenvolvimento das forças produtivas sob o regime social capitalista então em plena expansão no continente europeu. A natureza era vista, portanto, como fonte inesgotável de matéria-prima, notadamente nos Estados Unidos, onde prevalecia uma vasta região de terras virgens e territórios desocupados (DIEGUES, 2000).

Pouco a pouco a noção dos recursos ilimitados vai cedendo espaço devido à ocupação do território, o desenvolvimento industrial e a expansão da agricultura, motivando a mudança dessa perspectiva. Esta tem um de seus marcos significativos no movimento literário romântico, em fins do século XIX, caracterizado pela idealização dos espaços selvagens e a vida no campo, onde

[...] estes fizeram da procura do que restava de "natureza selvagem", na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime (DIEGUES, 2000, p. 24).

Além da influência do romantismo, o autor ressalta o papel da ideologia cristã a partir da noção de paraíso terrestre. Assim é que, nos Estados Unidos, a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, representa um marco político da perspectiva preservacionista, que logo se expandiria pelo continente europeu⁵ encontrando recepção também no continente latino-americano, em período posterior. Segundo Pierri (2005), a crítica naturalista apresenta três aspectos centrais: a) higienismo; b) naturalismo ou restauração de um modo de vida dito "natural" e c) o conservacionismo⁶ de cunho romântico que é responsável pela criação das primeiras áreas de proteção ou áreas de natureza "selvagem" preservada, intocada pelo homem.

O pensamento preservacionista ainda ocuparia um lugar de destaque na cena política por um período considerável, sobretudo durante o fim do século XIX e grande parte do século XX. A questão

⁵ É necessário destacar que o 'berço' do movimento preservacionista é europeu e, conforme demonstra Pierri, "a primeira reserva natural criada no mundo foi na França, em 1853-1861, por iniciativa de um grupo de pintores, que protegia 624 ha do bosque de *Fontainebleau*" (2002, p. 3).

⁶ Diegues realiza uma distinção entre conservacionismo e preservacionismo, enquanto para Pierri não existe tal distinção. Para aquele, diferentemente do preservacionismo, o conservacionismo se aproxima do ideal de utilização e manejo planejado dos recursos ambientais, estando mais próximo do ideário do que hoje se conhece enquanto desenvolvimento sustentável, tendo sua expressão no pensamento de Pinchot (DIEGUES, 2000, p. 29).

ambiental vai assumindo, pouco a pouco, contornos mundiais, e é no século XX que assumirá sua maior expressão, apresentando-se sob distintas perspectivas.

O período entre guerras foi marcado por diversas iniciativas no sentido de se estabelecer uma organização destinada à proteção da natureza - 1910, 1923, 1934 -, iniciativas frustradas com o advento da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Com a criação da ONU em 1945, afirma Pierri (2005), um biólogo nomeado para presidir a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - retomou tal iniciativa, criando-se a União Internacional Provisional para a Proteção da Natureza em 1947, formalizada em 1948 e passando-se a se denominar União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN.

É no período Pós II Guerra Mundial, que o debate em torno da questão ambiental toma maior relevo, com a realização, em 1949, da primeira Conferência da ONU para tratar do tema. Teve, contudo, poucas repercussões práticas, devido à preocupação com a reconstrução do pós-guerra e o debate só seria retomado a partir da década de 1960. Como marco desse período, assinalado pelas guerras mundiais, temos a criação da UICN e, entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, a criação da associação *Friends of Earth* em 1969 e do *Greenpeace* em 1970 (PIERRI, 2002). Houve, nessa época, alguns processos de institucionalização da questão ambiental, a nível nacional através da criação das primeiras instituições e leis ambientais, e a nível internacional através do crescente surgimento de organizações não governamentais e convenções internacionais (PIERRI, 2002, 2005).

Mas é na década de 1960 que se produzem importantes documentos relacionados a esta perspectiva, em tons de alarme para o risco de um esgotamento dos recursos, se mantidos o crescimento econômico e populacional, destacando-se as obras de Rachel Carson, Barry Commoner e Paul Ehrlich (PIERRI, 2002).

A perspectiva preservacionista que então se delineava, presente em diversas organizações, tem seu marco no Informe do Clube de Roma, encomendado por este a pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e cujo relatório, divulgado em 1972 ficou conhecido como “Os Limites do Crescimento”, e apontava para uma tendência de esgotamento de recursos materiais e energéticos, se mantidos os padrões de crescimento registrados entre 1900 a 1972. De acordo com o relatório, mantidos estes padrões, poderíamos superar os limites físicos planetários entre um período compreendido entre os anos 2000-2100.

O informe, que completou 40 anos em 2012, foi nesse ano atualizado por um de seus coautores, Jurgen Randers, sob o título “2052”, apresentando um estudo sobre a situação planetária até 2012 e perspectivas para os próximos quarenta anos⁷. Aponta, portanto, para a tese dos limites físicos ao crescimento e foi elaborado num momento, é preciso dizer, de prosperidade econômica, centrando sua crítica sobre esse padrão de crescimento e consumo. Propôs, a partir da constatação dos limites físicos absolutos, a **tese do crescimento econômico e**

⁷ Disponível em <http://www.clubderoma.org.ar/pt/noticias2/sala-de-imprensa/185-o-clube-de-roma-celebra-o-aniversario-de-os-limites-do-crescimento.html>. Acesso em 11/08/2014.

populacional zero. Essa tendência seria contraposta ainda na década de 1970.

2.1 A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As referências a este período e sobre a consolidação da questão ambiental atribuem grande importância à Conferência Mundial sobre o Meio Humano, realizada em Estocolmo em 1972. Esta é apresentada desempenhando papel central na politização da questão ambiental. O debate nesse encontro teve o propósito de **conciliar os objetivos relacionados ao desenvolvimento aos de proteção ambiental.** Contudo, aponta-se que nas reuniões prévias à realização desta conferência, a partir da ênfase da discussão se consolidar em termos preservacionistas - com destaque para o Informe ao Clube de Roma – defendeu-se uma postura a favor de um “crescimento zero” (PIERRI, 2002; FOLADORI, 2001). Esta postura foi encarada com grande ceticismo, principalmente pelos países em desenvolvimento. O ceticismo dos países em desenvolvimento é assim caracterizado por Pierri:

Respecto a esto último, es fundamental tener presente que la alarma ambiental ‘cae’ en un mundo caracterizado por fuertes desigualdades y por intereses en conflicto. Los diferentes grados de desarrollo suponían que los problemas ambientales que preocupaban estuvieron más

presentes en unos países que en otros, y que en el contexto de las diferentes situaciones económico-sociales, se les asignara diferente importancia. El énfasis de la conferencia estaba dado por los países desarrollados y estaba puesto en los problemas de contaminación causada por la acelerada industrialización y urbanización, y en el agotamiento de los recursos naturales, el que adjudicaban al crecimiento poblacional. De donde las soluciones que se postulaban eran, además de generar y aplicar tecnologías limpias, frenar o reducir el crecimiento poblacional y económico. Dado que en los países del Tercer Mundo se concentra la mayor parte de la población mundial y se presentan los mayores índices de natalidad, a la vez que sufren la falta de desarrollo económico, es totalmente lógico que reaccionaron con recelo y hasta con abierta hostilidad a este planteo[...] (2005, p. 36).

Para Silva, as razões da baixa efetividade do discurso ambientalista no continente latino-americano nesse período estão relacionadas ao debate em que aqui se encontravam, acerca da “particularidade de sua formação social e dos caminhos para a superação de sua condição de subalternidade na divisão internacional do trabalho” (2010, p.163). Portanto o debate na América Latina encontrava-se centrado na relação entre crescimento econômico e desenvolvimento.

À posição que se delineava em torno da Conferência da ONU de 1972, que tratava dos limites do crescimento econômico acrescentaram-se elementos do pensamento neomalthusiano⁸, que

⁸ O malthusianismo é tributário do pensamento do economista inglês do século XVIII, Thomas Robert Malthus, que tem na obra “Um ensaio sobre o princípio

entendia “o problema como consequência da pressão populacional sobre recursos limitados [...] daí que a proposta central foi a de limitar o uso dos recursos, detendo o crescimento econômico e populacional, proposta sintetizada como crescimento zero” (PIERRI, 2002, p.9). Tais pressupostos tiveram como referência as teses do Clube de Roma. Crescimento econômico e populacional foram apresentados como os pontos centrais dessa perspectiva (PIERRI, 2005; SILVA, 2010), a qual foi amplamente questionada pelos países subdesenvolvidos, que defendiam a via do desenvolvimento como forma de resolver a pobreza a que estava relegada um terço da população mundial e para os quais não fazia sentido falar em crescimento zero. As teses do Clube de Roma foram muito criticadas à época, por colocar o crescimento populacional como elemento central na questão ambiental, deixando de lado os efeitos nocivos da industrialização e os padrões de consumo dos países ricos e atribuindo à pobreza a degradação do planeta.

Para evitar um abandono por parte dos países menos desenvolvidos dos compromissos com a agenda ambiental que se buscava consolidar e haja vista sua crítica à tendência de consolidação do debate em torno das proposições do crescimento zero, bem como à oposição entre as teses desenvolvimentistas e do crescimento zero, buscou-se elaborar um novo posicionamento, que compatibilizasse a proteção ambiental ao crescimento econômico e ao desenvolvimento e pelo qual o conceito de “meio humano” foi ampliado para incluir

de população”, publicado em 1798, sua principal referência. É uma teoria demográfica que assentou-se sobre a distinção nos ritmos de crescimento populacional e de alimentos, preconizando um controle populacional para evitar a crise de alimentos.

também os aspectos sociais. Alegavam os países pobres que a pobreza se constituía como seu principal problema ambiental (PIERRI, 2005). O alargamento do conceito de meio humano consolidou-se no Informe Founex de 1971, documento elaborado em reunião preparatória para a Conferência de Estocolmo e que reconheceu as principais preocupações “econômico-ecológicas dos países menos desenvolvidos” (PIERRI, 2005, p. 37).

Pierri (2005) analisa como o **paradigma do desenvolvimento sustentável**, do ambientalismo moderado da ONU surge e o contexto em que se torna hegemônico. Esse percurso é marcado temporalmente pelo período que decorre da realização da Conferência de Estocolmo, no ano de 1972 à elaboração do Relatório Brundtland, em 1987. Os primeiros passos, nesse sentido, foram dados com a realização da Conferência de Estocolmo e o documento daí resultante: *Only One Earth: The Care and Maintenance of a Small Planet*, que concebe a problemática ambiental num sentido mais amplo e apregoa a compatibilidade entre desenvolvimento e proteção ambiental. Ali, o cuidado ambiental é visto não como um fim em si mesmo, mas como um meio para favorecer o desenvolvimento e a melhora das condições de vida.

O documento assinala a posição da ONU como porta-voz da resposta à oposição absoluta entre homem-natureza e economia-ecologia e a posição de crescimento zero. Aceita a ideia de limites físicos, mas sem catastrofismo e sustenta que o crescimento pode ser compatível com o cuidado ambiental e até que o primeiro é necessário para o

segundo, dado que a pobreza gera problemas ambientais, pressionados por suas necessidades (PIERRI, 2005, p. 45).

Ponto polêmico dessa tendência que assenta suas bases a partir desse período é o espaço e a forma de conceber a pobreza dentro da problemática ambiental, a partir do conceito ampliado de meio humano, vista como um problema em si mesmo e como causa de danos ambientais. Sobre esse aspecto trataremos mais adiante.

É importante ressaltar que, se no período de surgimento do Informe ao Clube de Roma, vivia-se o que seria o fim da prosperidade econômica do Pós-Guerra, o período de consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável encontra-se marcado por uma grave crise econômica internacional e recai em um mundo ainda centrado sobre a polarização capitalismo-socialismo, e apresentou repercussões políticas e sociais em nível mundial.

Portanto, a consolidação da perspectiva do desenvolvimento sustentável ocorre num período marcado por diversas ocorrências e reorganizações no interior do sistema capitalista e por processos de “conveniência econômica e oportunidade política” (PIERRI, 2005, p. 53) ou por um “momento de dupla conveniência entre NORTE e SUL” (SILVA, 2010, p. 171), marcado pela exportação de capitais e transferências de plantas produtivas – mais poluentes – aos países subdesenvolvidos.

Como resposta à crise econômica internacional são propostas pelos países desenvolvidos a implementação de políticas de recuperação das taxas de lucro, que levaram ao desenvolvimento de novas tecnologias poupadoras de trabalho e, dada a crise do petróleo,

tecnologias menos dependentes dessa fonte e seus derivados. Se estas eram tecnologias mais “limpas”, pode-se afirmar, contudo, que foi uma confluência em que o cálculo econômico certamente teve peso maior que a preocupação ambiental.

Por outro lado, no sul global, a crise é marcada por desindustrialização e desemprego, com efeitos contraditórios apontados por Pierri (2005). Esse período é ainda caracterizado pelo advento do neoliberalismo, enquanto uma atualização do pensamento liberal marcado por fortes características regressivas do ponto de vista social. Como efeito da polarização capitalismo-socialismo, fecham-se os ainda insipientes canais democráticos em países do sul global, com instauração de longas ditaduras que correspondessem às necessidades e imperativos das dinâmicas econômicas neoliberais. O papel que essa estratégia tem sobre as lutas sociais é, segundo a autora, o de ter reconhecidamente interdito o debate em torno de alternativas societárias distintas, fragmentando o campo da luta social para lutas pontuais e/ou parciais “nessa sociedade”. Essa mudança permite então à ordem dominante, apropriar-se do debate em torno da questão ambiental, ressignificando-a.

Paralelamente às mudanças políticas e sociais desse período, este é marcado pela ocorrência de uma série de feitos e catástrofes que colocaram mais evidência sobre a questão ambiental e abrem caminho à consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável.

Assim, os anos 1980 foram marcados pela “busca por um consenso internacional sobre a gravidade da questão ambiental” (FOLADORI, 2001, p.116). Logo, a declaração aprovada na

Conferência de Estocolmo inauguraria a proposta de um novo tipo de ambientalismo, que foi denominado como uma proposta de um **ambientalismo moderado** (PIERRI, 2002, p. 10). É criada nesse período a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - CMMAD e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (SILVA, 2010). Essa perspectiva, de uma forma geral, defendeu a postura de ampliação do conceito de ambiente, apregoando a compatibilidade entre desenvolvimento e proteção ambiental, opondo-se, de acordo com Pierri (2002), à perspectiva ecologista ecocêntrica, uma perspectiva antropocêntrica, adversa à tese do crescimento zero e ao antidesenvolvimentismo característico do pensamento ambientalista da década de 70.

A consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável tem lugar no início da década de 80, a partir da elaboração dos documentos: a) Programa para a sobrevivência e crise comum ou *Brandt Report em 1980*, elaborado pela Comissão Brandt, criada pela ONU e b) Estratégia Mundial de Conservação - EMC, elaborado pela UICN também a partir de 1980. Ambos desempenharão um papel fundamental no distanciamento da perspectiva preservacionista da década de 70.

Enquanto no *Brandt Report* se afirma a necessidade de cooperação internacional em torno da questão ambiental entendida num sentido amplo, a partir de uma concepção que a autora denomina como de “mutualismo internacionalista keynesiano” (PIERRI, 2005, p.57), o EMC - oriundo de uma organização preservacionista - se traduz num projeto que reconcilia os ideais de conservação aos de desenvolvimento, abrindo espaço para a **perspectiva da sustentabilidade**. A conservação

é vista não em oposição ao desenvolvimento, mas como uma ferramenta importante deste.

Não deixa de ser paradoxal que o projeto que então se delineava a partir do Brandt Report – e que se consolidaria com o Informe Brundtland em 1987 – fosse sustentado por recomendações de mutualismo econômico e “solidariedade” norte-sul que não encontravam correspondência na conjuntura política e econômica mundial, em que o ambiente de competição internacional se acirrava. Esse paradoxo não passa despercebido por Pierri, que afirma a esse respeito:

Brandt Report es parte de una larga tradición sobre el pensamiento de la interdependencia económica que tuvo una instancia fundamental en el sistema creado en Bretton Woods en 1944, basado en la visión keynesiana de crear una economía mundial interdependiente, en crecimiento, y estable. Como ya dijimos, en los cincuenta y sesenta la economía mundial y el comercio internacional crecieron, pero ya em los setenta comenzó la crisis, se abolió el patrón oro y se volatilizaron los mercados de moneda, favoreciendo la desestabilización de precios y la crisis del petróleo de 1973. Esa crisis, que coincidió con el florecimiento de la idea de los límites del crecimiento, puso em jaque la interdependencia global, pero con mensajes contradictorias sobre la deseabilidad del crecimiento.

Más allá de que, como señala Adams, el Brandt Report tiene una visión irrealista de la lógica y el poder capitalista, y que su mutualismo es ingenuo, la reconciliación de ambiente y crecimiento, que se cristalizará en la propuesta del desarrollo sustentable, tiene en él un antecedente importante que apela a volver a los principios de una economía mundial creciente, organizada y

gestionada, basada en la cooperación, y un papel del Estado y de las organizaciones internacionales, de fuerte impronta keynesiana (Adams apud Pierri, 2005, p. 56-57).

O paradoxo estava dado, portanto, pelo apelo a um mutualismo “ingênuo” que não correspondia à conjuntura da época, evidenciando um deslocamento entre a dinâmica ambiental à dinâmica dos processos sociais. Não parece surpresa, portanto, que na década atual, a ONU continue empregando o mesmo tom, que parece desconsiderar o peso que adquiriram os agentes econômicos na economia capitalista mundial. Mesmo a defesa de um desenvolvimento sustentável com inclusão social, como o defendido pelo Brasil, por exemplo, nas conferências da ONU, parece hoje uma visão quase utópica diante da força com que esses agentes adquiriram e seu poder de pautar pelos seus interesses as agendas político-econômicas nacionais. É preciso dizer, entretanto, que mesmo o discurso da “inclusão social” esteja hoje pautada por proposições oriundas de organismos internacionais como estratégia de governabilidade do capital, centralizando-se em políticas focalizadas.

Essa visão que vai se afirmando a partir da década de 1980, consolida-se com a elaboração do documento Nosso Futuro Comum, no ano de 1987, sendo mais conhecido como Informe Brundtland (PIERRI, 2002; FOLADORI, 2001). O documento reafirma a posição de compatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental. Nessa concepção, os limites ao crescimento não são apenas limites de ordem física - contrapondo-se à tese dos limites físicos absolutos e a postura do crescimento zero – mas também técnicos e sociais.

Técnicos, pois somente o crescimento econômico poderia levar ao desenvolvimento dos avanços técnicos necessários para conter a degradação ambiental. Sociais na medida em que a pobreza é reafirmada aqui, como grande responsável pela degradação ambiental, na tese que ficou conhecida como a tese do “círculo vicioso”. Aqui é importante efetuar uma ressalva acerca desse paradigma. No enfoque do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade constituir-se-ia de três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. Tanto em Foladori (2002) quanto em Silva (2010), no entanto, a dimensão da sustentabilidade social é um tanto problemática dentro do paradigma hegemônico do desenvolvimento sustentável, também na perspectiva do crescimento zero.

Cada paradigma que busca explicar a questão ambiental elegeu categorias centrais em torno das quais explicavam sua inter-relação com a questão ambiental: na perspectiva preservacionista foi o crescimento populacional e os limites físicos absolutos a este crescimento. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável – em sua visão hegemônica - poderíamos dizer que sua análise parte da pobreza e do subdesenvolvimento, não havendo qualquer crítica à destrutividade sustentada por um modelo industrial a serviço do lucro ou aos níveis de consumo dos países desenvolvidos⁹, uma vez que estes aparecem como modelo e ponto de chegada aos países pobres.

⁹ Embora o debate que propiciou o surgimento do paradigma tradicional do desenvolvimento sustentável, como sustentado pela ONU, tenha sua origem na degradação ambiental decorrente dos países desenvolvidos, o foco só passaria à pobreza, e por consequência, aos países subdesenvolvidos, a partir da discussão e ampliação do conceito de meio humano, ocorrido na Conferência de *Founex*,

A pobreza enquanto constituinte da dimensão da sustentabilidade social aparece nessa análise compreendida enquanto um problema que seria em grande parte responsável pelo agravamento da questão ambiental. Isso aparece, inicialmente, na tese conhecida como do “círculo vicioso”, que, de acordo com Silva (2010, p. 34), fez-se hegemônica até o início da década de 1990, e a tese conhecida como do “duplo caminho” que surge a partir desse período. Em ambas, a pobreza ocupa um papel central na degradação ambiental: numa aparecem como “sujeitos e vítimas” da degradação, na outra a pobreza deixa de ser compreendida como causa fundamental da degradação do planeta, posto que ambos, pobreza e degradação, podem ser originados pela falta de recursos ou direitos sobre estes, enfatizando-se as políticas sociais como forma de reduzir a pobreza e, desta forma, seus efeitos nocivos sobre o meio ambiente.

A dimensão da sustentabilidade social, a partir desse paradigma, terá no combate à pobreza não um fim, mas um meio para conter a degradação ambiental, pelo que a crítica a ele dirigida, onde a sustentabilidade social passa a ser uma dimensão de segunda ordem, subordinada à dimensão da sustentabilidade ambiental (Silva, 2010; Foladori, 2002). É isso o que pode aprender-se da seguinte afirmação:

Acertar as contas com as teses explicativas da relação entre pobreza e meio ambiente implica constatar a impossibilidade de ambas darem conta

que incorporou os aspectos sociais aos físicos tradicionais, reconhecendo assim as principais preocupações “econômico-ecológicas” dos países menos desenvolvidos (PIERRI, 2005, p. 37).

da totalidade social, já que não inserem esta problemática nas relações sociais de produção. Ao não agarrarem a degradação da natureza e a desigualdade social como partes constitutivas da dinâmica da acumulação capitalista apartam sustentabilidade ambiental e social, de tal sorte que a realização de ações no campo da primeira não assegura a segunda ou diretamente se apõe a esta (Silva, 2010, p. 35).

Efetuada essa ressalva, podemos, portanto, apontar como características centrais desse paradigma, a tese da sustentabilidade a partir de um apelo ao desenvolvimento de tecnologias limpas nos países desenvolvidos, apoio ao desenvolvimento nos países pobres e subdesenvolvidos e à redução da pobreza, sendo esta encarada como causa e consequência da degradação ambiental, posicionando-se em favor de relações de mutualismo e equilíbrio econômico e social. Apresenta, ainda, características neomalthusianas, sugerindo o controle de natalidade e a conjunção entre preservacionismo e desenvolvimento, onde aquele passa a ser visto como compatível com este (PIERRI, 2002). Embora estabeleça algumas limitações ao crescimento desenfreado, diferenciando-se da postura tecnocrática, sua defesa do crescimento econômico como forma de resolução da questão ambiental é funcional à lógica capitalista, sendo compatível com sua racionalidade. Desta forma, atribui ingenuamente ao “mercado” e ao desenvolvimento da técnica a capacidade de lidar com questões decorrentes de seu próprio *ethos*.

A declaração de Estocolmo, é preciso salientar, reconhece a ausência da causalidade entre crescimento econômico e diminuição da

pobreza (PIERRI, 2002), sugerindo como forma de resolução o aprofundamento do processo de democratização e participação política. Esta concepção erra por um enfoque ingênuo ao desconsiderar a acumulação e concentração da propriedade e riqueza, aliada à ausência de espaços efetivos de participação política, os quais, ainda que existentes, não podem ignorar o fato de que “a desigualdade econômica limita, ela mesma, as possibilidades e capacidades de participação, razão pela qual não pode ser pensada como variável independente e menos ainda, atribuir-lhe a capacidade de determinante” (PIERRI, 2002, p. 21).

O debate propiciado por ocasião do Informe Brundtland coloca, em definitivo, a discussão acerca da questão ambiental, entendida em sentido ampliado. As estratégias para seu enfrentamento, no entanto, mostraram-se tanto na RIO 92 - Cúpula da Terra, quanto na RIO+10, de alcance limitado e insuficiente.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável, como preconizada no Informe Brundtland, buscou compatibilizar desenvolvimento e crescimento econômico. Se é verdade que assume uma postura distinta da exposta no paradigma do crescimento zero, cujos pressupostos foram duramente criticados pelos países menos desenvolvidos, apresentou para ao menos duas ordens de dificuldades: em primeiro lugar, privilegiou um modelo de desenvolvimento hegemônico, fundamentado em grandes empreendimentos capitalistas; por fim, mas não menos importante, seus mecanismos de compatibilização entre desenvolvimento e preservação se mostraram frágeis no contexto da crise do capitalismo mundial, com agravamento da questão ambiental.

Podemos, portanto, perceber como surge o debate em torno da questão ambiental, inicialmente pautado por uma corrente preservacionista, cujos pressupostos foram muito questionados, dando origem a perspectivas distintas de análise. Assim, se esta surge inicialmente atrelada às teses do crescimento zero, aos poucos se desenvolveram outras formulações para buscar compreender o fenômeno, algumas de matizes mais críticos.

No embate entre as distintas perspectivas, o paradigma do Desenvolvimento Sustentável consolidou-se como a principal narrativa pela qual a questão passou a ser entendida. O questionamento, por parte dos países pobres, acerca das teses de limites ao crescimento, foi incorporado nas teses desenvolvimentistas que sustentaram o paradigma do desenvolvimento sustentável, onde a sustentabilidade passou a ser compreendida a partir das dimensões social, ambiental e econômica. Buscaremos abordar as principais perspectivas em torno da questão ambiental na próxima sessão para, em seguida, abordar o conceito de desenvolvimento sustentável e sua relação com as três dimensões da sustentabilidade.

2.2 MAPEANDO AS DISTINTAS PERSPECTIVAS EM TORNO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Embora pareça não haver consenso em torno às perspectivas pelas quais a questão ambiental é analisada, realizaremos um esforço no sentido de, a partir de elementos comuns, apontar para um mapeamento possível, que dê conta dessa variedade de olhares, tendo como

fundamento o trabalho dos autores anteriormente apontados. Buscaremos, portanto, a partir do mapeamento das principais correntes e seus apontamentos centrais, a formulação de um quadro analítico em que estas estejam sintetizadas e permitam proceder à análise que aqui se propõe.

Os diferentes pesos concedidos às dimensões da sustentabilidade levaram Hopwood (2005) a definir diferentes discursos acerca da sustentabilidade, onde se pode encontrar desde defensores do *status quo*, a reformistas e transformacionistas.

Silva (2010) questionará o consenso do desenvolvimento sustentável a partir de uma matriz crítica de análise, ao reconhecer na hegemonia do paradigma de desenvolvimento sustentável uma convergibilidade entre países ricos e pobres extremamente desigual e amplamente funcional à manutenção do status quo. Seu trabalho é de grande relevância para o debate ambiental na profissão, ainda que seu foco não seja o de estabelecer uma tipologia do pensamento ambientalista.

Foladori, por exemplo, constata que “existe uma ampla bibliografia para tratar da questão ambiental, com autores que pertencem às mais distintas posições políticas e que expressam propostas e alternativas nem sempre fáceis de relacionar com suas posturas ideológicas” (2005, p.83, tradução nossa). Busca, assim, criar uma tipologia, tendo como ponto de partida dois critérios: o critério filosófico, entendido como a forma que se compreende a sociedade humana em sua relação com a natureza, ou a forma como compreende a relação natural x artificial; e o critério ético que orienta as distintas

abordagens, que a partir dessa perspectiva dividem-se entre ecocentristas e antropocentristas.

2.2.1 Foladori e a tipologia do pensamento ambientalista

Como referimos anteriormente, o autor parte de dois critérios para estabelecer sua tipologia. A partir desses critérios, buscará aprofundar a forma como se traduzem em distintas concepções em torno da questão ambiental, bem como procederá a uma breve análise das principais correntes das perspectivas ecocentristas e antropocentristas.

2.2.1.1 O ponto de partida filosófico: a relação natural x artificial

O ponto de partida filosófico privilegia em sua abordagem a forma como as distintas concepções se posicionam frente a relação entre o que é concebido como natural e o que é concebido como artificial. São analisadas três formas de compreender tal relação (FOLADORI, 2005, p. 84 et seq): para a primeira delas, a natureza é concebida como conjunto de todas as coisas existentes, e a oposição natural/artificial não serviria de critério para determinar que elementos são prejudiciais ao meio ambiente e quais não o seriam, essa distinção derivaria da subjetividade humana. A segunda forma de conceber esta relação caracteriza o natural como tudo que existe sem a intervenção humana,

sendo a concepção mais utilizada e que expressa mais fielmente a oposição natural x artificial, estando presente na maioria das posturas sobre a relação sociedade-natureza. A terceira posição, que de acordo com o autor, pode ser uma derivação ética da segunda, apresenta a natureza como “origem e causa de todo o existente, como explicação última e razão de ser”, derivando da oposição natural x artificial critérios de valoração ética, onde o natural seria valorado como bom e o artificial, como mau. Ainda de acordo com o autor, essa perspectiva não terminaria na valoração entre bom e mau, mas apresentaria três fases, a saber: primeiramente separaria a sociedade humana da natureza para em seguida apontar valores positivos à natureza e negativos à ação humana e daí converteria certos comportamentos humanos em resultados naturais, portanto bons, e a outros em sociais (artificiais), ou seja, prejudiciais ao meio ambiente. Esta justificativa, aponta o autor, esteve na base, por exemplo, da argumentação que justificava a prática da escravidão na Grécia antiga. Sobre essa terceira posição, afirma:

Aunque la distinción entre productos de la actividad humana y naturaleza virgen puede parecer útil, su aplicación a la problemática ambiental conlleva dos tipos de problema. Uno, de carácter práctico, ya que desde que el ser humano tiene la capacidad de afectar la atmósfera de la Tierra, afecta el clima y, con ello, podría decirse que toda la Tierra es artificial. Otro, de carácter ideológico, ya que distinguir entre natural y artificial no justifica por qué lo natural debiera ser lo bueno y lo artificial lo malo. Con el mismo fundamentalismo podría llegarse al resultado opuesto: lo artificial es bueno, lo natural malo. Cualesquiera de ambas conclusiones se introducen

‘de contrabando’ en esta concepción de la naturaleza y es lo que conduce a una posición fundamentalista (2005, p. 86).

Questiona, portanto, os critérios empregados para justificar, nessa posição, a superposição da natureza sobre a sociedade.

2.2.1.2 O ponto de partida ético: ecocentrismo e antropocentrismo

A partir desses distintos pontos de partida filosóficos, corresponderão, do ponto de vista ético, perspectivas antropocentristas ou ecocentristas (também se emprega a expressão biocentrista).

As perspectivas ecocentristas se caracterizariam por conceber a natureza como uma esfera separada da sociedade humana e onde a parte natural deve conceber critérios de comportamento à parte social. Esse critério, no dizer de Foladori (2005, p. 87) é ético e provém da natureza e “suas leis”. Esse sistema de valores, afirma o autor, é antropogênico, embora não antropocêntrico, o que significa que são valores estabelecidos pelos humanos, mas cujos interesses não definiriam todo o horizonte de valores, ou seja, que há valores naturais que devem ser respeitados.

A perspectiva antropocentrista inclui duas linhas distintas: a tecnocentrista e a marxista. Do ponto de vista filosófico, a linha tecnocentrista, embora integre a perspectiva antropocentrista - já que o comportamento humano está determinado pelas próprias necessidades -

também concebe a sociedade humana em oposição à natureza, a exemplo das posturas ecocentristas. A diferença reside em que, se nas posturas ecocentristas a ênfase recai sobre a natureza, aqui ocorre o inverso, ou seja, embora a concepção tecnocentrista partilhe da oposição natureza x sociedade humana, a ênfase recai sobre o domínio imposto pelo homem sobre a natureza.

Por último, afirma o autor (Id., p.89), a natureza identificada como todo o real, sem excluir da esfera do “natural” a ação humana, conduz a posições marxistas. Assim como os tecnocentristas, os marxistas também são antropocentristas, ou seja, a ação humana é compreendida como guia de sua relação com o meio ambiente, embora difiram essencialmente no que tange à relação sociedade x natureza, onde, para os tecnocentristas é vista como uma relação de oposição, a natureza compreendida como externa à ação humana e nos marxistas como uma relação interdependente, onde a ação humana é parte da natureza e cujo grau de relação tem determinações históricas.

As raízes históricas do ambientalismo são resgatadas pelo autor, desde o Antigo, passando pelo Novo Testamento Bíblico, passando pelo pensamento grego e medieval, ambos com suas contradições. Mas para o pensamento ecocentrista as raízes históricas podem ser encontradas no pensamento romântico dos séculos XVII e XVIII (Foladori, 2005, DIEGUES, 2000), que “se apresentam como uma crítica ao nascente capitalismo e uma reivindicação da natureza selvagem” e apresentam um fundo “religioso” (crença na igualdade das criaturas de Deus), obrigando moralmente à sociedade humana com os direitos bioéticos O pensamento tecnocentrista encontra suas raízes na “revolução técnico-

científica do século XVII e na confiança na ciência e tecnologia para superar os problemas” (Foladori, 2005, p. 91).

Com respeito ao marxismo, diferencia-se de ambos, ao conceber a relação sociedade x natureza não como uma oposição, mas como uma relação histórico-natural, onde a sociedade humana não é equiparada à natureza externa, mas com ela estabelece relações históricas, constituindo-se a natureza em função dos interesses humanos. Conceber a natureza em função dos interesses humanos também o diferencia das posições tecnocentristas, em que a natureza é percebida como uma esfera subordinada à sociedade humana, que a ela impõe seu domínio, numa posição utilitarista da natureza. À diferença das concepções tecnocentristas, não se concebe, na teoria marxista, a sociedade humana como um bloco único, esta é antes marcada por contradições de classe, que tem nos meios de produção e formas de relação de trabalho como guia de seu comportamento com a natureza. O que significa dizer que a relação com o meio, com a natureza, é marcada pelas relações de produção e pela forma social do trabalho, não sendo possível afirmar, como algumas correntes o fazem, que o comportamento humano e a sociedade humana é “naturalmente” oposta à natureza. Ou, como afirma Foladori,

Dessa forma, não são nem as leis biológicas ou físicas como no ecocentrismo, nem a tecnologia como no tecnocentrismo, as que guiam ou devem guiar o comportamento humano com seu ambiente, senão a forma de produção concreta de cada fase histórica, com as contradições de classe e interesses associados e contrapostos (2005, p. 90, tradução nossa).

Posicionamento semelhante encontraremos em Silva, ao afirmar que:

A ontologia do ser social marxiana possibilita resolver o falso dilema relativo à condição humana na natureza, que por muitas vezes conduz a formulações que diluem o humano na natureza em um reducionismo biologizante, e por outro lado, o dicotomiza como um ser fora ou mesmo destruidor dela (2010, p. 22)

E conclui:

Assim, deixamos de colocar o problema em uma essência destruidora e o colocamos no lugar certo: os processos históricos que conformam as relações sociais e as mediações com a natureza. Na teoria marxiana, a fragmentação, o dualismo e a alienação decorrem da produção social da existência no capitalismo, que se funda na apropriação privada, na expropriação do trabalho, na acumulação do capital e no uso intensivo da natureza como condição para sua reprodução sociometabólica (Idem, p. 23).

O desenvolvimento dessas concepções está atrelado ao processo histórico que marcou a entrada em cena do debate em torno da questão ambiental. Da ideia dominante de desenvolvimento vigente até a década de 1960, que a encarava como sinônimo de crescimento econômico (AZEVEDO, 2012), passando pelo alarme do Informe ao Clube de

Roma na década de 1970 que defendeu o crescimento zero – tanto econômico quanto populacional –, até a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável após as conferências da ONU, com marco para a Conferência de Estocolmo em 1972, com as inflexões advindas com o neoliberalismo e uma sustentabilidade de “mercado”, essas correntes foram sendo construídas e consolidadas.

Essas correntes foram se consolidando neste período e apresentam, na tipologia elaborada por Foladori (2005), dois eixos centrais pelas quais podem se assemelhar e/ou diferenciar, quais sejam, a) a forma como concebem a relação natureza/sociedade e pela b) ênfase ecocentrista ou antropocentrista. Assim, em seu esforço por condensar as principais correntes em torno do debate ambiental, o autor trabalha, portanto, com três grupos principais: os ecocentristas, os antropocentristas tecnocentristas e os antropocentristas críticos.

2.2.1.3 As correntes ecocentristas

No grupo dos ecocentristas, encontramos a ecologia profunda, os preservacionistas, os verdes e os neomalthusianos. As correntes ecocentristas concebem natureza e sociedade como esferas separadas e em oposição, atribuindo uma primazia do ambiente (natural) sobre a sociedade (artificial). Evidente que entre as principais correntes há distinções importantes, embora se assemelhem por partir desse mesmo pressuposto. Assim, a ecologia profunda configura-se como a corrente mais radical presente no ecocentrismo e atribui valores intrínsecos à

natureza, que independem dos interesses humanos e consolidou-se a partir da década de 1970. Para estes, “[...] a ética antropocêntrica característica das culturas ocidentais modernas é a fonte da crise ambiental, para o que propõe uma bioética que considere todas as formas de vida como possuidoras de valores intrínsecos e naturais” (AZEVEDO, 2012, p. 45). Para Foladori, a ecologia profunda apregoa uma “volta ao passado” e uma relação mais estreita com a natureza e em sua defesa da natureza intocada – virgem – coincide com os preservacionistas (2005, p. 96).

Os verdes constituem-se como a principal corrente ecocentrista ou a mais expressiva delas e subdivide-se em vários grupos, sendo apresentados apenas os dois mais proeminentes: os verdes e os neomalthusianos. Os verdes, propriamente ditos apresentam-se como a corrente principal e estão presentes em partidos políticos europeus e em organizações como o Greenpeace e o Friends of Earth.

No espectro político, afirmam-se nem de direita ou de esquerda, mas a frente e efetuam uma crítica ao capitalismo e socialismo, uma vez que ambos se sustentariam sobre a “superideologia” do industrialismo. Para Foladori (2005), sustenta-se em quatro bases e postulados: a outorga de valor intrínseco à natureza, a utilização da ecologia como ciência que explica as relações entre natureza e a sociedade¹⁰, a

¹⁰ O autor explica, contudo, que essa concepção utilizou-se de uma corrente da ecologia que predominou entre a década de 1950 e 1980 que partia da noção de “equilíbrio dinâmico” e sobre a qual a produção humana deveria se adaptar. Posteriormente surgiria uma nova corrente da ecologia que, em contraposição à noção de equilíbrio dinâmico, vê o caos e o distúrbio como marca dessa

concepção de que existem limites físicos ao desenvolvimento humano e a confiança no individualismo liberal como instrumento para transformar a sociedade. Acrescentaríamos a estes elementos a busca, pelos verdes, em orientar as políticas por critérios ecológicos (CHANG apud AZEVEDO, 2012, p. 45), como vemos, por exemplo, nas ações e campanhas organizadas pelo Greenpeace e outras organizações ambientais nacionais e internacionais de orientação semelhante.

Os neomalthusianos partem de pressupostos semelhantes, mas adicionam a estes a ideia ecologista da finitude da Terra, pelo que se faz necessário o controle, tanto do crescimento econômico, mas sobretudo do crescimento populacional, dada a limitada capacidade de carga do planeta. Para recursos finitos, o incremento populacional deve se estabilizar. O livro *“The Population Bomb”* (A Bomba Populacional, tradução nossa) de Paul Ehrlich, publicado em 1968 é referência para esta vertente do pensamento ecologista contemporâneo. Esta vertente esteve presente no alarme inicial com que se deu a emergência da questão ambiental e sustentou o posicionamento em favor do crescimento zero, colocando a questão como uma “contradição absoluta entre sociedade e natureza, entre economia e ecologia, entre crescimento e conservação” (PIERRI, 2005, p. 43, tradução nossa).

Muito embora existam significativas distinções entre as vertentes do pensamento ecologista, a crítica dirigida a esta diz respeito à sua tendência de colocar a natureza como critério pelo qual a sociedade humana deva se pautar. O ecologismo dirige sua crítica ao seu

interação, sendo mais indulgente com as intervenções humanas (FOLADORI, 2005, p. 102).

espectro oposto do pensamento, aquele que transforma a natureza em mero objeto de intervenção humana. Mas, ao se opor ao utilitarismo associado à natureza, o faz contrapondo com uma postura de idealização daquela e apoiando-se nas “leis naturais” como fundamento para guiar a ação humana, confiando numa suposta sabedoria superior da natureza. A partir deste postulado, toda intervenção humana poderia ser vista a partir de um viés negativo. Infere-se que toda ação humana gera algum tipo de efeito sobre o meio, ou, como afirma o autor (FOLADORI, 2005, p. 101), diferentemente do relógio, a natureza não teria sido projetada para o uso humano, assim como toda modificação nos sistemas naturais tem potencial de gerar mudanças e efeitos sobre a sociedade humana; deste ponto de vista, o respeito a uma suposta sabedoria superior da natureza nos conduziria a uma existência monótona e estéril.

2.2.1.4 As correntes antropocentristas

Por outro lado, a vertente antropocentrista é representada por dois grupos: os antropocentristas tecnocentristas e os antropocentristas críticos. No grupo dos antropocentristas tecnocentristas encontramos os cornucopianos tecnocentristas e o ambientalismo moderado.

Os assim chamados cornucopianos tecnocentristas são os ambientalistas que defendem a superação dos problemas ambientais mediante soluções técnicas e são estreitamente ligados à defesa da economia de mercado, juntos, livre mercado e desenvolvimento tecnológico, elementos presentes na teoria econômica neoclássica,

constituem-se como os principais fundamentos dessa perspectiva. De acordo com Foladori (2005, p. 105), seu primeiro princípio é o que entende a economia como um uso de recursos limitados para satisfazer necessidades ilimitadas, que o autor aponta como a fonte de contradição entre sociedade humana e seu ambiente, embora sejam antropocentristas, tendo como ponto de referência a sociedade humana, o fazem em detrimento do meio ambiente, compartilhando, embora no espectro oposto, a relação de oposição entre a sociedade e ambiente presente também entre os ecocentristas. O segundo princípio, segundo este, é que o que é considerado melhor para um é também considerado como bom para todos, onde a relação de consumo no mercado livre leva ao equilíbrio da sociedade em seu conjunto. O livre mercado é o agente privilegiado para solucionar os problemas ambientais, lançando mão, por exemplo, de ações tais como o aumento de preços, a substituição de matérias primas e recursos energéticos ou aperfeiçoamento tecnológico para um uso mais eficiente dos recursos não renováveis. Como agente privilegiado para uma relação de equilíbrio entre sociedade e seu meio, não há que se falar em regulação política do Estado, vista como intervenção desnecessária e que se constata, na conjuntura econômica mundial, de questionável aplicabilidade real.

O ambientalismo moderado é a postura que parte de pressupostos semelhantes aos cornucopianos, embora se distingam ao afirmar que o desenvolvimento capitalista não é livre de intercorrências, especialmente na relação desenvolvimento/meio ambiente, e para tais desequilíbrios ou problemas, defendem o emprego de políticas específicas (FOLADORI, 2005). O ambientalismo moderado, ainda

conforme o autor, é tecnocentrista e não problematiza o crescimento ilimitado da produção, empregando, por sua vez, o conceito de “externalidades”, cujo objetivo é, uma vez inevitáveis os níveis de contaminação da produção humana, “alcançar níveis razoáveis de contaminação”, tendo na teoria econômica neoclássica, notadamente a matriz keynesiana como base de seus postulados.

As externalidades seriam resultados involuntários, para os quais se defenderia a aplicação de políticas ambientais específicas, voltadas ao comando e controle das atividades, voltadas à regulação da utilização de recursos ou ao descarte de resíduos e outras voltadas ao mercado, como forma de “interiorizar” as externalidades.

As políticas de comando e controle, afirma o autor, são aquelas voltadas ao estabelecimento de limites máximos de contaminação, controles em equipamentos e sobre processos para impedir ou substituir insumos, sobre produtos, proibindo alguns ou estabelecendo limites de produtos contaminantes em outros, a proibição de atividades em determinadas áreas e o controle de uso ou aplicação de cotas com relação aos recursos renováveis.

Por sua vez, as políticas de mercado incluiriam a aplicação de taxas, subsídios, sistemas de devolução de depósitos e a criação de mercados artificiais para cotas de poluição, materiais secundários, etc. (Idem, p. 107 et seq.). Na prática, lançariam mão de ambos, privilegiando, contudo, as políticas de mercado, como o mercado de créditos de carbono, que vem se consolidando nos últimos anos e integra o rol de ações da chamada “economia verde”. Assim, conforme pontua Azevedo,

Como pontua Frey (2001), o desejo de alcançar mudanças substanciais sem ao mesmo tempo tocar nas estruturas e mecanismos básicos, particularmente nos processos institucionais e políticos que regulam a propriedade, o controle, o acesso e o uso dos recursos naturais determina o espírito da concepção de desenvolvimento sustentável defendida pela Comissão Mundial (do Relatório Brundtland, base da concepção do ambientalismo moderado, como já pontuado). Corre-se com isso o grave risco de não chegar além de uma política de enverdecimento do estilo atual (GUIMARÃES, 1997) de desenvolvimento, que é, no fim das contas, o que se propõe hoje no debate sobre economia verde que movimentará a Rio +20 (2012, p. 47).

Tampouco consideram em sua análise, é importante destacar, as contradições e diferenças no interior da sociedade humana, ao que se assemelham aos ecocentristas.

Integram ainda o grupo dos antropocentristas, os assim chamados antropocentristas críticos. Estes, segundo o autor, são representados pelos ecodesenvolvimentistas, pela ecologia social e que apresentam forte conotação anarquista e pelos marxistas. O autor, contudo, não desenvolve nesse trabalho o conteúdo e as linhas presentes nas duas primeiras perspectivas, fazendo, todavia, referência ao trabalho presente na mesma obra de autoria de Pierri (2001, p. 27 et. seq.) intitulado “*Historia del concepto de desarrollo sustentable*” que, no intuito de explicar o surgimento e consolidação dessa perspectiva, aborda diversas correntes do pensamento ambientalista, o

ecodesenvolvimentismo e a ecologia social incluídos. Recorreremos a esta autora, portanto, para caracterizar tais perspectivas.

A concepção ecodesenvolvimentista é apresentada separadamente das concepções ecologistas, uma vez que para Pierri esta “não é ecocentrista e para destacar as ideias e autores que, juntamente com os marxistas, defendem a necessidade de uma mudança de sociedade” (2002, p.2)¹¹. De acordo com ela, esta corrente postula essencialmente a necessidade de outras formas de desenvolvimento e foi concebida, inicialmente, na década de 1970, pelos países ditos não alinhados, num período de polarização entre projetos societários socialista e capitalista. Sua primeira formulação surge nas pré-conferências realizadas antes da Conferência de Estocolmo, com destaque para o Informe Founex, lançado em 1971, onde surge o conceito de meio ambiente humano, afirmando-se a partir de 1973.

A autora afirma que, embora seja comumente confundida com o desenvolvimento sustentável, sendo tomado por sinônimos, o ecodesenvolvimento apresenta uma concepção de desenvolvimento distinta daquela. Sua perspectiva é assim marcada por uma “ótica terceiro-mundista” e pelo “repúdio a dependência cultural e técnica” (PIERRI, 2001; 2002, p. 12) que busca o desenvolvimento das potencialidades ecológicas de acordo com as possibilidades das distintas regiões.

¹¹ Não é consensual, entretanto, tratar-se o ecodesenvolvimentismo de uma concepção antropocentristas. Azevedo (2012), por exemplo, referencia Frey (2001) que alega se constituir enquanto uma perspectiva ecologista, embora sua ênfase na satisfação das necessidades humanas também permita sua inserção no grupo dos antropocentristas.

Apresenta assim, a possibilidade de outra forma de desenvolvimento, com caráter antitecnocrático, de baixo pra cima (“*bottom-up*”). Critica a equiparação do desenvolvimento enquanto crescimento econômico, os padrões de consumo dominantes e a atitude predatória sobre os recursos naturais, bem como se opõe também às visões catastrofistas, defendendo uma produção e um desenvolvimento voltado à satisfação das necessidades básicas e tem em Ignacy Sachs seu principal interlocutor (PIERRI, 2002).

A formalização desta perspectiva se deu a partir do Seminário de *Founex*, ocorrido na Suíça em 1971, e posteriormente na Conferência de *Cocoyoc* no México em 1974 e no Seminário da Fundação *Dag Hammarskjöld* na Suécia em 1975. A crítica destinada a este paradigma diz respeito ao que se caracterizou como uma “hipertrofia da dimensão ético-normativa em detrimento do rigor analítico e a falta de uma estrutura conceitual-teórica mais consistente” (VIEIRA apud AZEVEDO, 2012, p. 49). Some-se a esta crítica o fato de apontar para perspectivas de modelo de desenvolvimento distintos, possíveis dentro dos mecanismos e da lógica do mercado, deixando de questionar a “racionalidade” capitalista, ao pressupor critérios ecológicos ao funcionamento do mercado, que o tornem mais ‘civilizado’ (PIERRI, 2002). Assim é que se questiona a generalidade de sua proposta que, ao não oferecer um suporte teórico e estratégico, assume um tom voluntarista ou, como decorrência de sua insuficiência teórico-política, viabilize-se mais no campo técnico-instrumental de desenvolvimento e abrangência locais que no plano de um projeto societário (PIERRI apud AZEVEDO, 2012).

Esta perspectiva, de acordo com a autora, é retomada no desenvolvimento da ecologia social, que tem seu principal expoente em Murray Bookchin. Este, por sua vez, dirige suas críticas aos ecologistas radicais por culpar “[...] a humanidade como tal pela crise ecológica – especialmente aos consumidores e aos ‘fabricantes de crianças’ – ao mesmo tempo que ignora deliberadamente os interesses empresariais que estão saqueando realmente o planeta” (BOOKCHIN apud PIERRI, 2002, p. 30), bem como ao sistema de mercado, ao afirmar “não podemos deter o crescimento deixando o mercado intacto, como não poderíamos deter o egoísmo deixando a rivalidade intacta” (Ibid., p.31). Defende, assim, uma profunda mudança social que altere a lógica de mercado e que se pautem numa relação distinta entre homem e meio ambiente. De conteúdo e inspiração anarquista, questiona o Estado e o mercado e tem como horizonte um ideal de sociedade igualitário – fundamentado num igualitarismo que depreendem das relações de interdependência das espécies – de comunidades autônomas de produtores independentes atados por vínculos de cooperação (PIERRI apud AZEVEDO, 2012).

Inclui ainda o grupo dos antropocentristas críticos, a perspectiva marxista, que se diferencia dos ecocentristas e dos antropocentristas/tecnocentristas por não considerar sociedade humana e natureza em polos opostos: nesta perspectiva, a natureza inclui a sociedade humana (FOLADORI, 2001). Essa concepção de unidade está claramente expressa na seguinte afirmação marxiana:

Que o homem vive da natureza quer dizer que a natureza é seu corpo, com o qual deve se manter um processo constante para não morrer. A afirmação de que a vida física e espiritual do homem se faz entroncada com a natureza não tem mais sentido que a que a natureza se ‘faz’ entroncada consigo mesma, já que o homem é parte da natureza (MARX, 1983).

Na perspectiva marxiana, a relação entre sociedade humana e a natureza é dialética e histórica. Dialética na medida em que a sociedade humana ao transformá-la transforma a si própria e histórica na medida em que “a cada fase de seu desenvolvimento socioeconômico, surgem relações sociais de produção novas que criam regularidades que guiam o comportamento com o meio ambiente” (FOLADORI, 2001, p. 112, tradução nossa). Silva, a esse respeito, afirma que:

[...] a ontologia do ser social marxiana possibilita resolver o falso dilema relativo à condição humana na natureza, que por vezes conduz a formulações que diluem o humano na natureza em um reducionismo biologizante, e por outro lado, o dicotomiza com um ser fora ou mesmo destruidor dela. Em termos ontológicos marxianos, as duas concepções são dualistas e não dialéticas. Nessa tradição, somos seres da natureza cuja distinção está no constituir-se socialmente.

Para compreender a relação com a natureza e a crise ambiental não se pode escapar à análise das contradições do capitalismo apontadas pela teoria marxiana e marxista. A produção ilimitada no capitalismo – para satisfazer, de acordo com seus pressupostos econômicos

neoclássicos, necessidades também ilimitadas – tem por objetivo final o acréscimo de capital. A fuga à tendência à crise de acumulação pressiona natureza e trabalho assalariado, - as duas forças que, de acordo com Marx (1983) produzem todas as riquezas - gerando, de um lado, depredação e, de outro, uma população excedente pauperizada e um exército industrial de reserva. Para o autor, a teoria da acumulação capitalista marxiana explica como o ritmo de crescimento populacional se subordina à forma histórica capitalista, contrapondo-se, desta forma, às interpretações malthusianas e neomalthusianas. Se na concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, pobreza e desemprego são considerados causas de problemas ambientais – seja na teoria do ciclo vicioso ou teoria do duplo caminho, se em concepções ecologistas a questão está dada pelos níveis populacionais e sua taxa de crescimento, na análise marxiana são subsumidas ou decorrentes do próprio funcionamento da sociedade capitalista (FOLADORI, 2001, p. 113).

2.2.2 Hopwood e o mapeamento das distintas abordagens do desenvolvimento sustentável

O trabalho de Hopwood busca contextualizar e situar o debate em torno do qual emerge o desenvolvimento sustentável como um paradigma de pensamento sobre as relações entre a sociedade humana e o meio ambiente, bem como entre as pessoas, acreditando ser um momento relevante de nossa história que contrastaria com a visão

dominante anterior, especialmente a que ela chama do “Norte” (HOPWOOD et al, 2005).

A relação entre a sociedade humana e o meio ambiente foi pautada durante muito tempo como uma relação de dominação, como sinônimo de conquista ou triunfo do homem sobre a natureza, numa acepção prometêica, fundamentada pela ciência moderna e pelo desenvolvimento capitalista, que acreditava ser possível superar os obstáculos naturais e ambientais. Foladori já mencionava esta questão ao tratar sobre a contraditoriedade do pensamento clássico acerca da relação entre sociedade humana e meio ambiente, com o meio ambiente visto como algo externo, com a linha hegemônica representada por pensadores como Aristóteles, Santo Agostinho, Descartes, Kant e Bacon e todo o mecanicismo moderno e no outro espectro uma segunda posição com raízes em Epicuro e modernamente em Darwin e Marx e que considerava o humano como integrante da natureza (FOLADORI, 2005, p. 90).

Essa relação utilitarista da natureza era apenas parcialmente contraposta com a criação de parques e áreas de natureza “intocada”, movimento este influenciado pelos conservacionistas românticos. Afora os movimentos de criação de áreas de conservação, a visão das empresas e governos era na melhor das hipóteses baseada num gerenciamento dos recursos naturais (HOPWOOD, 2005). Essa preocupação com o gerenciamento dos recursos naturais contra a rapidez na sua exploração decorria tão somente de uma preocupação com a necessidade dos mesmos em longo prazo.

De acordo com Hopwood, a economia se tornou a questão dominante da relação humana com o crescimento econômico, definido como prioridade o incremento da produtividade, que era visto como a chave para a conquista do bem-estar da humanidade, uma vez que através do crescimento se eliminaria a pobreza.

É importante destacar os processos históricos que levaram à consolidação dessa perspectiva. Como a crescimento econômico se torna, de principal acusado pela geração da crise ambiental em elemento central para sua resolução. Essa perspectiva se consolida com a crítica à perspectiva ecologista do crescimento zero e de sua alegação de incompatibilidade entre crescimento econômico e conservação ambiental e com o advento da Conferência de Estocolmo em 1972, onde a análise passa a incorporar – ainda que de maneira questionável – a preocupação dos países subdesenvolvidos com relação ao crescimento zero e o combate à pobreza, bem como a relação entre pobreza e degradação ambiental. Como afirma Azevedo,

Ocorreu, assim, ao longo da década de 1980, uma inversão nos termos da percepção sobre a questão ambiental, em decorrência de alguns fatores, especialmente pela crise econômica que atingiu também os países centrais do capitalismo e levou a adoção da agenda neoliberal, com a redução no papel do Estado e a eleição dos mecanismos de livre mercado para a retomada do crescimento (LEROY E ACSELRAD, 2003). Renuncia-se, assim, a ideia do crescimento zero, passando o debate sobre a questão ambiental a se configurar principalmente como uma questão de **estilos de desenvolvimento** (grifo nosso), ou seja, como compatibilizar o crescimento econômico com suas

duas novas dimensões: o social e o ecológico (2012, p. 42).

É dentro dessa perspectiva de “estilos de desenvolvimento” que o conceito de desenvolvimento sustentável surge. Hoopwood afirma que o primeiro uso da expressão se deu em 1980 pela UICN embora tenha se difundido a partir do Relatório Brundtland, quando associa fortemente questões socioambientais e socioeconômicas, sendo definido como o desenvolvimento que possibilita “atender as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender às suas” (2005, p. 39), definindo necessidade a partir de um ponto de vista humano e reconhecendo a dependência humana do ambiente para atender as necessidades e bem-estar num mais amplo sentido que a mera exploração dos recursos naturais: economia e ecologia estariam se tornando ainda mais entrelaçados, quer no plano local, regional, nacional e mesmo globalmente (Ibid., p. 39), opondo-se à visão da questão ambiental como de âmbito local e colocando-a em sua dimensão global.

Questiona, segundo o autor, as reivindicações do pós-guerra presentes no *mainstream* da política econômica, de que o bem-estar humano e a prosperidade internacional poderiam ser alcançados pelo mero incremento da atividade industrial e do comércio, e que esta perspectiva e padrão de crescimento teria nos levado a um “espiral descendente de pobreza e degradação ambiental” (2005, p. 39). Brundtland, assim, realizaria um chamamento a um novo padrão de crescimento, voltado às necessidades essenciais e considerando meio ambiente e economia na tomada de decisões.

Ele assinala, contudo, que há debates importantes acerca das teorias que buscaram unir preocupações ambientais com questões socioeconômicas, e que não é diferente com a concepção de desenvolvimento sustentável, que ao intentar efetuar uma ligação entre ambos, permitiu certa ambiguidade em seus termos, ao falar ao mesmo tempo “em atender as necessidades dos pobres, proteção ao meio ambiente e mais rápido crescimento econômico” (2005, p. 40).

A imprecisão e ambiguidade do conceito permitiu, assim, tornar-se a expressão um chavão e regra nos discursos de executivos e governos que não se opuseram a ele uma vez que pareceu ser possível ser “sustentável” sem qualquer necessidade de mudança no *status quo*, sendo empregado para legitimar experiências as mais díspares como supostamente inseridas nos marcos do desenvolvimento sustentável, chegando a se utilizar do Relatório para cunhar a expressão “crescimento sustentável” (2005, p. 40). E afirma:

Rees aponta que isso permite ao capitalismo continuar a colocar à frente o crescimento econômico e a sua “solução moralmente falida” para a pobreza. Se a economia cresce, eventualmente todos se beneficiarão: na linguagem moderna, a teoria do “gotejamento” (2005, p. 40, tradução nossa).

Fica expresso como o discurso é apropriado e utilizado para defender o crescimento econômico, centrando as preocupações apenas sobre a dimensão econômica do desenvolvimento, e este sendo reduzido como um sinônimo de crescimento econômico, substituindo-se a

preocupação qualitativa em torno do desenvolvimento a uma de caráter quantitativo, relegando-se às demais dimensões um papel secundário: à social, a expectativa de erradicação da pobreza após o necessário crescimento econômico, não havendo qualquer garantia que o “gotejamento” – leia-se repartição da riqueza – será suficiente para erradicá-la. Se analisada desde a perspectiva marxista, pode-se facilmente apontar as fragilidades desta formulação; à dimensão ecológica, possivelmente apenas a crença na capacidade de alocação de recursos do “mercado” que até então não conseguiu provar-se exequível.

Hopwood efetua ainda uma distinção entre uma sustentabilidade dita fraca e uma sustentabilidade forte. Apesar de opostas, aponta em que ambas conduzem suas discussões em torno de questões ambientais sem se referir a questões socioeconômicas. Parte então dos princípios estabelecidos por Haughton que caracterizariam o desenvolvimento sustentável e que seriam baseados na equidade: futuridade – equidade intergeracional; justiça social – equidade intrageracional; responsabilidade transfronteiriça – equidade geográfica; equidade procedimental – pessoas tratadas aberta e justamente; equidade interespecies – importância da biodiversidade (2005, p. 40). Esses princípios ajudariam a clarificar o debate em torno do desenvolvimento sustentável, bem como seriam uma base útil de análise das diferentes tendências dentro da perspectiva.

Após oferecer essa breve contextualização, o autor passa a referir-se à classificação elaborada por O’Riordan, baseando-se nesta para a criação de um mapa específico que dê conta da diversidade de olhares acerca da questão ambiental. A tabela é dividida em dois eixos,

um deles se refere à importância dada a questões de ordem socioeconômica que varia da desigualdade à igualdade e o outro a questões ambientais, variando de nenhuma preocupação a uma preocupação tecnocentrada ou ecocentrada. No meio do mapa se encontram as perspectivas que fazem referência ao desenvolvimento sustentável. Do mapa constam ainda três grandes correntes que apontam cada qual à sua maneira, a direção das mudanças necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável. São elas: a) Que podem ser encontradas dentro das presentes estruturas – status quo; b) Que uma reforma fundamental é necessária mas sem uma ruptura total com os arranjos existentes – reforma; e c) Que como as raízes dos problemas são várias estruturas econômicas e de poder da sociedade, uma radical transformação é necessária – transformação (Id.,p; 42). Reproduzimos abaixo o mapa de Hopwood.

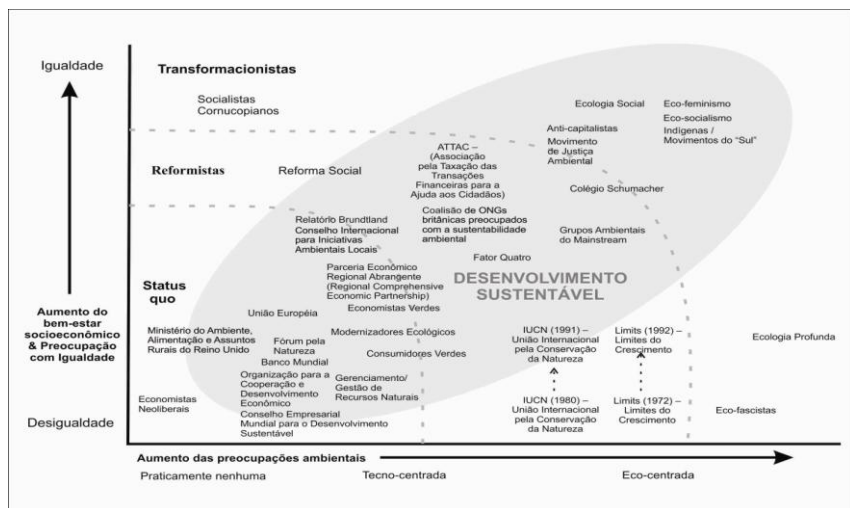


Figura 1- Hopwood, 2005. Adaptação e tradução nossa.

Diferentemente de Foladori, a análise efetuada por Hopwood não está centrada na discussão pormenorizada dos principais aportes analíticos na discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Sua classificação centra-se sobre estas três grandes correntes – *status quo*, reformismo e transformação – onde situa os principais aportes sem, contudo, abordá-los em detalhes.

2.2.2.1 Status quo

Assim, os que se inserem na corrente do que ele denominou defensores do *status quo* reconheçam a necessidade de mudança, mas desacreditam a tese de que a humanidade passa por questões insuperáveis, afirmando ajustes podem ser necessários, sem, contudo, requerer qualquer grande transformação na estrutura de poder vigente.

É, segundo o autor, a visão predominante entre governo e executivos, e a solução apontada para estes é de manter o nível de crescimento, estando fortemente associados à economia de mercado, que é capaz de gerar o equilíbrio necessário rumo à sustentabilidade. Para tanto, se contrapõe às regulações governamentais e sustentam que a privatização, o desenvolvimento tecnológico aliado ao acesso à informação e o “poder” de escolha dos consumidores a partir de seus estilos de vida é o caminho para o desenvolvimento sustentável. Aliado a estes mecanismos, apregoam soluções centradas em práticas gerenciais de precificação da natureza, de análise de custos e benefícios, soluções

estas de caráter tecnocrático que encorajariam a mudança para um paradigma de desenvolvimento sustentável.

Os direitos democráticos e a participação nas decisões econômicas são, segundo o autor, raramente mencionadas. A sustentabilidade econômica é predominante e as demais dimensões da sustentabilidade são apenas tangenciais, quando existentes. Seu compromisso com a sustentabilidade ecológica é fraco e se limita muitas vezes a defender, fundamentados na amplamente divulgada tese de Hardin – “A Tragédia dos Comuns” -, a privatização dos recursos naturais como forma de proteção ao meio ambiente. Na dimensão social, defende a manutenção de uma política econômica tradicional para o combate a pobreza, e em vertentes mais ortodoxas chegam a flertar com o eco-fascismo (2005, p. 43).

2.2.2.2 Reformistas

Por outro lado, a corrente representada pelos reformistas posiciona-se de forma crítica às práticas empresariais e governamentais atuais embora discordem de um possível colapso ecológico e social, não havendo porque falar em mudanças ou transformações radicais. A raiz dos problemas atuais não estaria no modelo de sociedade atual, mas tão somente em desequilíbrios presentes e na falta de conhecimento e informação, e as mudanças necessárias, quer políticas ou de estilo de vida, são compatíveis com o modelo de desenvolvimento atual, bastando um trabalho de persuasão de governos e organizações internacionais

voltadas a reformas políticas e de mercado, bem como o desenvolvimento da ciência e tecnologia e o acesso à informação (2005, p.43), com ênfase sobre o desenvolvimento da tecnologia, voltados a um uso mais eficiente de recursos e a mudança para o uso de energias renováveis, com o argumento de que são eficientes do ponto de vista ecológico e econômico.

O papel do Estado seria o de incentivar essa transição a um capitalismo sustentável, mudando paradigmas como o de cobrança de taxas e multas ou aplicação de subsídios a um paradigma de apoio e parceria com empresas para desenvolvimento de pesquisas e disseminação de informação. Alguns defendem mudanças no mercado de forma a propiciar a internalização dos custos ambientais e sociais.

Como pano de fundo, o Estado desempenharia um papel de auxiliar na transição a este capitalismo verde, como temos presenciado com as iniciativas conhecidas pelo nome de economia verde. Quando mencionado, o esforço em torno por uma “reforma radical” em nome de uma “revitalização democrática”, esta é concebida em ordem de assegurar que “governo e sociedade produzam ‘sustentáveis, responsáveis e equitativas formas de capitalismo’”(2005, p. 44). As estratégias dos grupos presentes nessa corrente são as mais diversas e não é possível afirmar que sejam homogêneas.

O autor sustenta que o alarme inicial em torno da questão ambiental ocorreu nos anos 1960, com documentos específicos que marcados pela tese dos limites físicos ao crescimento e foram os responsáveis por colocar a questão ambiental na agenda política, muito embora estivessem preocupados apenas com a sustentabilidade do ponto

de vista ecológico, tendo a discussão sobre o desenvolvimento sustentável o papel de inserir a importância de questões socioeconômicas às ecológicas existentes tanto no debate mundial, quanto nas instituições em que as teses ecologistas tiveram origem; o fez rejeitando a tese dos limites físicos.

A revisão dos paradigmas os fez inserir em suas análises preocupações socioeconômicas, com a inclusão da expressão “sociedade sustentável” na revisão do documento “Limites ao Crescimento” revisão esta realizada em 1992 e a utilização do conceito de “desenvolvimento sustentável” na revisão do documento Estratégia de Conservação Mundial, da IUCN, no ano de 1991 (2005, p. 44). Estes grupos, que representam o mainstream do pensamento ecologista estão presentes, segundo o autor, nesse grupo, assim como organizações internacionais a exemplo da ONU (Relatório Brundtland) e passaram a substituir a prática do ativismo social para a de lobby político e trabalho junto a empresas e governos, embora ainda deem menos importância à relação entre a sustentabilidade ecológica e econômica à social. Representam o que se chamou de ambientalismo moderado. Outros representantes do grupo reformista, de acordo com Hopwood, transitaram em direção à perspectiva da transformação.

2.2.2.3 Transformacionistas

A corrente da transformação, segundo o autor, é representada por grupos que acreditam que os problemas ambientais estão

relacionados à estrutura social atual e que apenas a reforma não é suficiente para a modificação desse padrão de relação, uma vez que estão situados nas estruturas econômicas e de poder atual, cuja principal preocupação não é a do bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental. Embora alguns utilizem os canais tradicionais e argumentos científicos para pressionar por modificações estruturais, apoiam-se geralmente em grupos excluídos desses espaços de poder. Esse grupo inclui, segundo o autor, aqueles que focam primariamente ou no meio ambiente ou em questões socioeconômicas, e aqueles que sintetizam a preocupação com os dois eixos: a transformação sem desenvolvimento sustentável e a transformação com desenvolvimento sustentável (2005, p. 45).

No grupo dos transformacionistas que não incluem o desenvolvimento sustentável entre suas preocupações, situa os ecologistas profundos bem como os socialistas cornucopianos. Os primeiros, por priorizar o meio ambiente sobre questões socioeconômicas e cujas teses fundamentais apresentam pouca preocupação com o atendimento às necessidades humanas e nenhuma preocupação com a equidade. A retórica do “*nature first*” (natureza primeiro) de alguns movimentos é por vezes associada a uma visão anti-humana que se assemelha ao pensamento fascista. Embora não seja uma regra geral, já que menciona exemplos de movimentos ecologistas que incluem questões socioeconômicas dentre suas preocupações, embora ocupem um papel secundário.

Por outro lado, o que o autor denomina como socialistas cornucopianos priorizariam a transformação social para modificar a

estrutura econômica e social, dando pouca ou nenhuma ênfase às questões ambientais acreditando que a sociedade, livre do capitalismo, poderia superar todos os problemas, incluindo os ambientais.

No grupo dos transformacionistas com desenvolvimento sustentável, estão distintas perspectivas que tem, como denominador comum, a crença de que a crise ambiental e social estão interconectadas e que o sistema social e ambiental pode entrar em colapso sem uma mudança radical (2005, p. 46). Defendem maior participação social e equidade em decisões políticas e econômicas como forma de alcançar o desenvolvimento sustentável. Encontram-se nesse grupo ecologistas sociais, ecofeministas e ecosocialistas. Os ecologistas sociais foram abordados por Foladori, a partir de sua base teórica anarquista. O autor acrescenta que sua preocupação é o poder do Estado, propondo sua substituição por municipalidades locais baseadas no exercício de uma democracia direta via assembleias. O ecofeminismo estabelece relações entre a degradação da natureza e a subordinação feminina e combinam elementos de gênero e classe em suas perspectivas. Os ecosocialistas estão baseados nos escritos de Marx e Engels, relacionando desigualdade e destruição ambiental à exploração capitalista das pessoas e do meio ambiente. Argumentam que a mudança das condições materiais e da estrutura social poderia superar a crise ambiental e a injustiça social, identificando mecanismos e linguagens comuns na luta por justiça social e proteção ambiental e desafiando defensores do status quo e reformistas. A percepção dessas raízes comuns em questões sociais e ambientais tem fomentado movimentos por justiça ambiental.

Temos, com essa tipologia de Hopwood, três grandes correntes do pensamento em torno da questão do desenvolvimento sustentável, embora, especialmente no grupo dos reformistas e dos transformacionistas, haja uma diversidade de discursos e estratégias em torno da questão. Sobre estas visões, ele afirma que “todos os proponentes do desenvolvimento sustentável concordam que a sociedade precisa ser modificada, embora haja grandes debates acerca da natureza desse desenvolvimento sustentável, as mudanças necessárias e as ferramentas e atores para as mudanças” (2005, p. 47). Para este, “o discurso presente sobre desenvolvimento sustentável é dominado pela visão administrativa (ou gerencial)” (2005, p. 48, tradução nossa), com predomínio de políticas e práticas de manutenção do status quo. Afirma que o emprego de expressões tomadas dos debates do desenvolvimento sustentável é utilizado para continuação e justificação da situação atual. Apresenta dificuldade com relação às dimensões social e ecológica: na dimensão social, pelo fato de o crescimento econômico não ter cessado a produção da desigualdade, muito pelo contrário, a tem acirrado; na dimensão ecológica, ao não conseguir responder em que medida a extensão de padrões de consumo norte-americanos ou europeus ao resto do mundo seriam compatíveis com a sustentabilidade dos recursos naturais.

Este grupo é representado por distintas instituições e organizações, notadamente pela ONU através da realização de conferências internacionais a exemplo da Rio+20, que consolidou no horizonte das políticas de desenvolvimento sustentável, práticas

voltadas à economia verde¹², talvez como resposta ao desafio anteriormente mencionado. Sobre a economia verde, é importante destacar a recente publicação “Nova Economia da Natureza”, em que Fatheuer já no prefácio, afirma, acerca desta:

“Economia Verde” é a nova esperança, oferecendo uma resposta para as principais crises ecológicas. De maneira concomitante, uma nova escola de pensamento econômico que considera a natureza e os “serviços” da natureza vem ganhando terreno. A natureza e os serviços ambientais deveriam não apenas receber maior visibilidade como elementos da economia, mas deveriam receber um valor monetário. A hipótese de trabalho dos defensores de uma nova economia da natureza é que o fato de que aquilo que a natureza provê para a humanidade é grátis, é a razão para o sobre-uso destrutivo da natureza. Nós devemos dar valor à natureza para protegê-la – este é o novo mantra. A nova economia da natureza coloca fé suprema na racionalidade econômica. Leva o *homo oeconomicus* a um novo alcance de *natura oeconomica*. Mesmo se acreditamos no potencial econômico, esta é uma aposta extremamente arriscada. A experiência com o carro-chefe de instrumentos econômicos baseados no mercado, o comércio de emissões, mostra que uma quantidade colossal de regulação é necessária a fim de fazer tal instrumento funcionar. No entanto, muitas das grandes organizações ambientais estão atualmente subscrevendo a esta linha de argumentação e fazendo elogios aos novos instrumentos para a valorização dos serviços ambientais. Uma razão para isso é que os cofres públicos para a conservação da natureza e

¹² Atribui-se a criação do paradigma da “economia verde” ao trabalho do PNUMA, Banco Mundial e OCDE (Fatheuer, 2014, p. 11).

biodiversidade estão vazios em todo o mundo, apesar da imensa necessidade de financiamento. Mesmo em um país como a Alemanha, as autoridades para a conservação da natureza são severamente afetadas pela falta de pessoal e orçamento. Escassez de pessoal e subfinanciamento afetam todos os níveis do funcionalismo público para a conservação. Novos instrumentos de mercado são, portanto, saudados como fontes de financiamento inovadoras, capazes de aumentar o apelo da conservação da natureza e da biodiversidade para o setor privado (2014, p. 7).

Não é preciso destacar que a monetarização da natureza como solução para a questão ambiental foca na sustentabilidade econômica – supostamente também na ecológica - enquanto ignora sua dimensão social, transformando o “serviço ambiental” em uma nova modalidade de negócio, seguindo sua tendência em gerar incentivos aos empresários e investidores por um “esverdeamento” de suas ações e práticas através da mudança do paradigma proteção ambiental x altos custos a um de proteção ambiental com alta lucratividade. Isso num mundo em que os acordos e metas em torno das mudanças climáticas, desertificação e conservação da biodiversidade não foram cumpridos.

Ocorre, então, um processo de ruptura na perspectiva de consecução de acordos globais, que na melhor das hipóteses se tornam multilaterais, quase em simultâneo à ascensão da perspectiva da economia verde. Contudo há razões para acreditar que esse processo não se deu ocasionalmente, mas que tenha se valido da “ineficiência” de medidas regulatórias ambientais direcionadas ao mercado, para transformá-lo de agente regulado a – mais uma vez – protagonista das

ações de “proteção” ambiental. Nessa perspectiva, a natureza vira negócio, e onde havia riscos, agora se vê também uma boa oportunidade de fazer negócios (FATHEUER, 2014, p. 12).

Por outro lado, temos no grupo do transformacionistas aportes e concepções muito distintas entre si. Os ecologistas profundos defendem a ideia de redução dos padrões de vida e, não raro, da população não deixando claro que parte da população mundial deve ser reduzida (HOPWOOD, 2005, p. 49). Sua visão é a visão polarizada entre humanidade x natureza, que desconsidera os distintos padrões de uso e apropriação do meio ambiente, responsabilizando a todos igualmente pela crise ecológica.

Ainda nessa perspectiva, no grupo dos transformacionistas que defendem uma visão de transformação aliada à noção de desenvolvimento sustentável, ocorre a percepção de que a pobreza, ausência de justiça social e degradação ambiental não são apenas coincidências históricas, mas estão enraizadas numa sociedade de dominação e exploração do meio ambiente e das pessoas (Id., 2005, p. 49), encorajando a união desses movimentos de luta por justiça social aos movimentos ambientalistas.

3 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Do desenvolvimentismo da década de 1960 ao debate atual sobre a questão ambiental, a discussão consolida uma perspectiva em torno da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável como aquele que consegue unir três distintas dimensões entre: a dimensão econômica, a social e a ecológica, que passou a se chamar como a tridimensionalidade da sustentabilidade.

Quando se fala em sustentabilidade, no entanto, a associação que parece imediata é com sua dimensão ecológica e de fato, “instituições e práticas da política ambiental continuam privilegiando ou considerando exclusivamente a sustentabilidade ambiental” (FOLADORI, 2002, p. 104). Mas a “novidade” do conceito é justamente a de incluir a dimensão social do processo dentre seus determinantes, muito embora, acrescente o autor:

Apesar de existirem dezenas ou talvez centenas de definições de desenvolvimento sustentável, quando essas definições são analisadas e explicadas, na maioria dos casos, os aspectos sociais e econômicos da sustentabilidade sempre complementam os da sustentabilidade ecológica (Id, 2002, p. 104).

Em todas as abordagens previamente apresentadas, estas dimensões estão presentes, em maior ou menor medida, conferindo-se distintos graus de prioridade a esta ou aquela dimensão. Se em algumas correntes, é evidente o privilegiamento da dimensão ecológica do

processo de sustentabilidade, em outras o é a social e/ou a econômica. Mencionamos em alguns momentos tais dimensões sem, contudo, abordá-las em sua especificidade e, embora o conteúdo a que se refiram possa parecer um tanto quanto evidente, os debates em torno de tais dimensões se apresentam complexos e certamente não são consensuais.

As três dimensões são compostas e fazem referência a objetivos que se pretende alcançar. Assim, na dimensão econômica são apontados como objetivos o crescimento econômico, a eficiência e a valorização para acionistas; na dimensão ecológica, a integridade ecossistêmica e climática, a biodiversidade e a capacidade de carga¹³; na dimensão social, os objetivos são os de empoderamento e equidade, mobilidade e coesão social, identidade cultural e desenvolvimento institucional (FOLADORI, 2002, p. 105). As três dimensões estão resumidas no quadro abaixo:

¹³ A capacidade de carga está relacionada ao conceito de pegada ecológica. Esta, de acordo com a WWF-Brasil - *World Wildlife Fund* - é definida enquanto “uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais”. Disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/o_que_e_pegada_ecologica/>. Acesso e 16/03/2015.

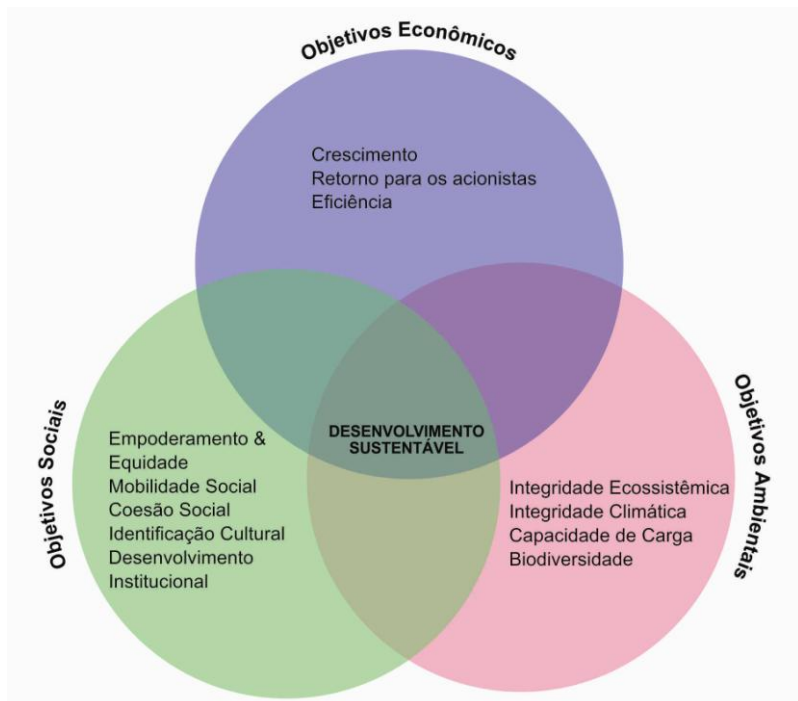


Figura 2- Foladori (2002, p.105). Tradução e adaptação nossa.

Foladori acrescenta que esta divisão parece atender os diferentes setores onde o desenvolvimento capitalista deve focar sua atenção, embora estas diretrizes apontem um tecnicismo derivado do comprometimento com a manutenção *do status quo*.

Não há muitas dúvidas com relação à dimensão da sustentabilidade ecológica, embora esta esteja pautada sempre por um ideal preservacionista. Assim, a dimensão ecológica caracteriza um ideal

de menor interferência possível sobre o meio ambiente, considerada a natureza como algo externo ao ser humano e está relacionada à forma como é concebida pelos movimentos preservacionistas.

A sustentabilidade econômica é contraditória, uma vez que coloca os processos de reprodução ampliada do capital através da produção de mercadorias e criação de valores de uso em contraposição à sustentabilidade ambiental. Para algumas correntes menos ortodoxas do pensamento econômico ambientalista, no entanto, a sustentabilidade econômica – leia-se crescimento econômico – é compatível à sustentabilidade ecológica, sendo necessária a introdução de algumas modificações nos processos produtivos e substituição de fontes não renováveis por matrizes renováveis.

Quando o assunto é a sustentabilidade social, a discussão se torna um pouco mais complexa, e o autor afirma que uma das principais críticas à forma como tem sido compreendido decorre da dificuldade de diferenciação entre a dimensão social e a ecológica. Isso porque durante a década de 1990, a principal preocupação relativa à dimensão social estava relacionada à pobreza e ao incremento populacional. Como aponta o autor,

O próprio LÉLÉ anotava que a erosão do solo podia ser considerada um problema de insustentabilidade ecológica, mas, sendo causado pelo cultivo em terras marginais e por comunidades pobres sem recursos, seria, simultaneamente, um problema de insustentabilidade social (FOLADORI, 2002, p. 106).

A questão principal apontada por ele é que a sustentabilidade social não era vista como prioridade em si, apenas como uma preocupação indireta ou secundária, pois a pobreza e o incremento da pobreza geravam danos ambientais. Logo, tratava-se da primazia da sustentabilidade ecológica, para a qual era necessária uma solução destinada à mitigação da pobreza. O “alívio da pobreza” foi criticado, pois foi justificado então, pela ONU, como forma de atingir a sustentabilidade ecológica (Id., 2002, p. 107).

A concepção dominante durante este período – década de 1960 a meados da década de 1990 - foi a concepção da espiral descendente ou tese do círculo vicioso (Id., 2002, p. 108; SILVA, 2010, HOPWOOD, 2005), em que pobres eram considerados responsáveis e vítimas pela degradação ambiental. É interessante notar como, da inclusão da pobreza como principal problema ambiental dos países subdesenvolvidos, como requisitado nas pré-Conferências da ONU que culminariam na Conferência de Estocolmo, como o debate migra dos problemas ambientais produzidos pelos ricos a uma ênfase sobre a degradação produzida pelos pobres, agora compreendidos como agentes e vítimas. A solução propagada para solucionar a questão estava centrada, então, no crescimento econômico e nas teses do gotejamento, conforme já referimos.

Esse paradigma passa por significativas modificações com o advento, em meados da década de 1990, da teoria do duplo caminho: A teoria do duplo caminho aponta para alguns avanços se comparada a do círculo vicioso: nela, “a pobreza não é entendida como causa fundamental da degradação do planeta, posto que ambas podem ser

originadas na falta de recursos ou de direitos sobre estes (SILVA, 2010, p. 34). A solução apregoada nesta visão é a de “atacar” a pobreza mediante a implementação de políticas públicas variadas. A mudança de paradigma passa a ser entendida como a necessidade de se alcançar a sustentabilidade social não como um objetivo secundário, mas como prioridade na meta do desenvolvimento sustentável. A problemática apontada pelo autor, diz respeito a que o desenvolvimento sustentável é pensado de maneira a se acomodar às existentes estruturas das relações sociais de produção. A participação e a equidade - aspectos fundamentais da sustentabilidade social – são nesse marco restritas, uma vez que alterações substanciais do *status quo* não estão em questão.

Além disso, o mutualismo keynesiano a que o paradigma se refere foi logo contraposto com o advento do neoliberalismo em plano mundial. Se a teoria do duplo caminho apregoava a efetivação de políticas públicas diversas como forma de atacar a pobreza, este discurso foi contraposto às práticas de arrocho fiscal estabelecidas como critérios por organismos internacionais como condição para liberação de financiamentos a países em desenvolvimento, que deviam pactuar com um programa de estabilização macroeconômica e liberalização financeira e comercial, com cortes orçamentários que recaíram, sobretudo sobre as já insuficientes políticas públicas existentes, bem como se comprometer com a privatização de empresas e serviços públicos considerados não essenciais à função do Estado. O caminho apresentado para a sustentabilidade social é assim, desafiado pelas prioridades estabelecidas na área econômica.

Um documento da ONU de 1999 (FOLADORI, 2002, p. 109) apregoava a necessidade de reforma macroeconômica para os países em desenvolvimento que, segundo essa análise, propiciaria a estes países maior competitividade, embora a necessidade de investir na “competitividade” retiraria desses países os recursos necessários para investimentos em políticas necessárias para agir sobre a pobreza, concluindo que isso poderia fazer com que estes países explorassem mais intensamente seus recursos a fim de equilibrar suas balanças de pagamento. Isso quer dizer que a reforma macroeconômica se fazia “necessária”, mas estes países deveriam ter ciência de que isso acarretaria, certamente, aumento na desigualdade ou, na segunda hipótese, maior pressão sobre o meio ambiente e, portanto, ações ecologicamente insustentáveis. Percebe-se que, sob o pretexto da sustentabilidade econômica, tanto sua dimensão social quanto a ecológica deveriam se sujeitar aos imperativos da ortodoxia econômica, o que em outras palavras significa a primazia sobre as demais mediante o sacrifício do bem estar social e ecológico em nome de políticas de suposto crescimento econômico embasadas em esquemas teóricos de “gotejamento”, ou, como aqui ficou conhecida, a fórmula da receita do bolo – crescer para depois distribuir.

As medidas de ajustes macroeconômicos foram amplamente implementadas nos países subdesenvolvidos na década de 1990, como pré-condição de acesso a financiamentos ao setor público. Contudo, passadas décadas do início do debate em torno à problemática ambiental, podemos afirmar que a questão da igualdade não tenha sofrido grandes modificações, com a desigualdade e a concentração de

renda aumentando substancialmente¹⁴ e as medidas acordadas em torno da sustentabilidade ecológica ficando aquém das metas estabelecidas. Poderíamos afirmar que o ideário de desenvolvimento sustentável tem servido, assim, como discurso legitimador de práticas de manutenção da “sustentabilidade” econômica em detrimento das demais dimensões.

A análise crítica a estes postulados coloca em cheque os argumentos que priorizam a sustentabilidade econômica em detrimento das demais. A tendência apontada pela ONU de superexploração dos recursos naturais em consequência da necessidade de equilíbrio da balança de pagamentos dos países em desenvolvimento, só é verdadeira por tratar a manutenção da ordem econômica atual como algo natural. As demais dimensões podem e devem se ajustar à política macroeconômica, em nome de um crescimento econômico que supostamente garantirá equidade social e equilíbrio ambiental. Mas essa análise tem se provado insustentável, consolidando-se a elevação da dimensão econômica à condição de cláusula pétreia dentro do debate da sustentabilidade.

O paradigma de um capitalismo humanizado é também amplamente questionável, uma vez que a necessidade de reprodução ampliada do capital - onde trabalho assalariado e natureza desempenham funções essenciais - e a tendência a crises recorrentes dentro desse processo demonstram a regressividade das reformas propagadas como solução. A desconstrução do Estado de Bem-Estar Europeu e o

¹⁴ Mota *et al* apontam, a título de exemplo, que estudos elaborados pela Cepal (2010) que “o problema da má distribuição de renda afeta a América Latina como um todo”, onde os 20% mais ricos concentram 56,9% da riqueza e os 20% mais pobres, 3,5% (Mota *et al*, 2012, p. 163).

neoliberalismo como agenda global bem representam essa equação. O fracasso das convenções e acordos internacionais relacionados ao meio ambiente deve ser entendido nesse contexto. Esses acordos se desdobram em metas regulatórias e vão de encontro à propagada autorregulação dos mercados e sua suposta eficiência no emprego dos recursos. Tampouco deve ser considerada coincidência a emergência de soluções propagadas no âmbito do mercado em detrimento de regulações Estatais de âmbito internacional.

A precificação da natureza surge como estratégia e nova fase – regressiva - de um capitalismo que tem no crescimento um fim em si mesmo, assumindo dimensões que levaram Harvey (2005) a cunhar a expressão “acumulação por espoliação” referenciando um fenômeno de retomada da acumulação primitiva, relevante conceito marxiano. Num recente artigo de opinião, Salviatti (2014) assim afirma acerca desses novos instrumentos: “O que ocorre é a cooptação de uma crise ecológica com intuito de ser administrada dentro dos instrumentos de mercado desenvolvidos em um período de finanças liberadas”.

A pressão sobre os recursos naturais mencionada no informe da ONU deve, por isso mesmo, considerar sua outra dimensão: a persistente desigualdade Norte-Sul global e a inserção dependente desses países na economia capitalista central, com a pactuação do que vem sendo chamado Consenso de Pequim, ou consenso das *commodities* (ARAÓZ, 2013, p. 129), que se traduz como uma “nova” repartição do mundo, com os países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) se especializando no fornecimento de matérias-primas, com movimentos de reprimarização de suas economias e de um neoextrativismo

ambiental e socialmente degradantes¹⁵. Araóz (2013) chama atenção para o fato de as políticas sociais na América Latina se sustentarem, recentemente, sobre o neoextrativismo, que não pode ser considerado isolado da conjuntura socioeconômica mundial.

A crise econômica mundial de 2008 - originada nas hipotecas *subprime* norte-americanas - e seus desdobramentos dão um claro exemplo de como a ortodoxia econômica e manutenção do *status quo* se tornaram a questão central, subtraindo recursos dos Estados em nome da operância de um sistema econômico baseado na especulação. Países como a Grécia, com a recente eleição de governo “anti-Troika”¹⁶, se veem pressionados no limite para um reenquadramento dentro da receita de austeridade exigida pelos “mercados”.

Neoextrativismo nos países em desenvolvimento e financeirização da natureza se apresentam, assim, como fenômenos complexos com uma causa comum: são mecanismos de contra-tendência à crise de acumulação.

¹⁵ O artigo de Henri Acselrad “Agronegócio e povos tradicionais” esclarece os mecanismos pelos quais essa dinâmica é absorvida internamente dentro dos países, tratando, no artigo, sobre o caso brasileiro e sua estratégia de expansão em áreas de fronteira da expansão capitalista. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1277>> . Acesso em 21/02/2015.

¹⁶ A Troika é a expressão empregada para fazer referência ao grupo formado pela “associação” entre Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Sobre a eleição do Syriza, vide, por exemplo, o artigo “Vitória da extrema esquerda amplia incerteza sobre futuro da Grécia”. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150125_grecia_vitoria_syri za>. Acesso em 21/02/2015.

Se, por um lado, temos o claro privilegiamento da dimensão econômica, por outro lado, não raro muitos dos que se preocupam com a dimensão ecológica deixam de levar em consideração a dimensão social em seus argumentos. Conforme a análise de Hopwood (2005), vimos que os críticos a esta perspectiva, que se encontram no grupo dos transformacionistas tem recusado a forma como o debate tem sido conduzido e tem buscado uma aproximação entre os movimentos ambientalistas através da identificação de “causas” comuns na produção das injustiças sociais e na forma de apropriação do meio ambiente.

Opõe-se à perspectiva hegemônica que estabelece no gerenciamento técnico da natureza a resposta para resolver a questão da sustentabilidade, uma vez que este gerenciamento não considera “os conflitos inerentes às diferentes formas de uso e apropriação da natureza em uma sociedade desigual” (LOUREIRO, 2010, p. 20). Para os defensores dessa perspectiva, não está em questão apenas o gerenciamento técnico do meio ambiente, mas as formas de apropriação e uso desses recursos que se traduziriam num acesso e proteção desigual, responsável pela geração de desigualdades ambientais (Acselrad, 2009). Afirma, ainda, que:

É nesse sentido que os mecanismos de produção da desigualdade ambiental se assemelham muito aos mecanismos da desigualdade social. Ao contrário do discurso da escassez, que pressupõe uma distribuição homogênea das partes do meio ambiente, o discurso dos movimentos por justiça ambiental evidencia o caráter fortemente desigual da apropriação das partes do meio ambiente e dos recursos naturais. A pobreza não é um fenômeno

inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriadas por outrem. Esse esquema, grosso modo, é um dos motores centrais da produção da desigualdade social e, conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível (ACSELRAD, 2009, p. 76).

Contrapõe-se, portanto, ao conceito de desenvolvimento sustentável hegemônico, que atribui a todos a responsabilidade pela crise ambiental deixando as distintas formas de apropriação e uso dos recursos naturais intocada. Aponta a produção das desigualdades sociais e ambientais como inter-relacionadas e constituintes de uma relação dialética: as relações sociais se traduzem em formas desiguais de apropriação da natureza e de produção do espaço e as conseqüências negativas dessas formas de apropriação são também impostas desigualmente entre as classes e grupos sociais.

Esta concepção aponta “o quanto é epistemologicamente equivocado descolar o ambiente do entendimento dos processos sociais, e mais que do que isso, o quanto é incompreensível o capitalismo tardio sem considerar a dimensão ambiental na análise de suas crises estruturais” (LOUREIRO, 2010, p. 18).

Há, como intentamos apresentar, distintos sentidos no uso da expressão desenvolvimento sustentável. Alguns autores problematizam o próprio conceito de desenvolvimento, contudo o que aqui se propôs

foi enfatizar as disputas de sentido em torno da noção de desenvolvimento sustentável enquanto constituinte de uma interpretação e ações voltadas à crise ambiental, que é interpretada em sentidos amplos ou estritos, privilegiando-se uma ou mais das dimensões da sustentabilidade. A partir dessas leituras é possível, de forma aproximativa, estabelecer clivagens entre tais concepções e suas principais referências e objetivos.

Nosso intuito é o de, a partir desse mapeamento, analisar a produção da literatura no Serviço Social. Adiante, identificaremos alguns aspectos quantitativos da produção na área, embora não se tenha como foco atribuir, a partir desse levantamento, maior ou menor interesse pela temática ambiental na área, pois parte-se do pressuposto de que a formação profissional “generalista” propicia espaço para discussão de diversos temas que perpassam a profissão. O fato de a análise aqui pretendida não se focar no aspecto quantitativo tem relação ao fato de que isso já tem sido realizado em outros trabalhos, com indicativos quantitativos de que a produção do Serviço Social na área ambiental é ainda de pouca expressão, muito embora tenhamos observado um crescente interesse em eventos, cursos de graduação e pós-graduação pelo tema, que tem se traduzido no aumento considerável do debate em torno da questão, com publicações de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, mas também em eixos de eventos, núcleos de pesquisas e revistas científicas, estas últimas inclusive dedicando-se à produção de volumes inteiros relacionados ao tema. Assim, embora passemos adiante a um mapeamento quantitativo das produções acadêmicas, voltadas especificamente às dissertações de

mestrado que abordam em maior ou menos grau a questão ambiental, intentamos analisá-las à luz do referencial aqui apresentado, buscando compreender os rumos que tem seguido o debate nos espaços de formação, a fim de ver de que forma tem utilizado esses aportes na caracterização da problemática ambiental.

3.1 O Serviço Social e a crítica ao paradigma do Desenvolvimento Sustentável

Uma vez que objetivamos conhecer a forma como o Serviço Social tem se inserido no debate acerca da questão ambiental, torna-se importante situar, ainda que previamente, o “Estado da Arte” dessa problemática. Para tanto, buscamos conhecer os principais autores (as) que tem se debruçado sobre a questão e de que forma a tem compreendido. Compreendendo que se trata de uma discussão recente em nossos processos de formação, depreendemos que, no entanto, embora ainda existam poucos autores de referência que abordam especificamente esta temática, o número de dissertações e teses publicadas nos últimos anos tem demonstrado que tem aumentado a preocupação e as reflexões acerca da relação entre a questão social e a questão ambiental. Dito isto, podemos afirmar sem dúvida que a principal referência no campo do Serviço Social tem sido a professora Maria das Graças e Silva e, até certo ponto, a também professora Ana Elizabete Mota, embora esta tenha centrado sua discussão especialmente sobre temas como a política de Assistência Social, mas também na

questão do (neo)desenvolvimentismo e em alguns momentos sobre a questão ambiental. Todavia, entendemos que estes debates tem uma relação importante, quando compreendemos que ambas as questões, a social e ambiental, são constituintes de uma relação dialética.

O intuito dessa seção é, desta forma, resgatar essas valiosas contribuições para o desenvolvimento e aprofundamento do debate da questão (sócio) ambiental no Serviço Social e suas inter-relações. Para isso, tomamos como base os textos “A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade” (2009), elaborado pelas professoras Ana Elizabete Mota e Maria das Graças e Silva, “A (in) sustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável” (2010) de Maria das Graças e Silva e “Sustentabilidade ambiental e (in) sustentabilidade social” (2012), também da professora Maria das Graças e Silva, buscando resumir seu debate e principais argumentos.

Os artigos, é preciso afirmar, inserem-se numa perspectiva crítico-marxista que orienta o debate no Serviço Social. Maria das Graças e Silva, na principal obra de referência “Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social” (2010) aborda, a partir desse paradigma, a constituição da questão ambiental enquanto decorrência de processos ligados ao desenvolvimento capitalista, recorrendo fundamentalmente à teoria marxiana em suas inferências.

Os textos mencionados desenvolvem seus argumentos firmando-se na teoria marxiana para, em seguida, efetuar uma crítica ao paradigma da sustentabilidade. Buscam, no debate acerca dos modelos de desenvolvimento, situar seu desenvolvimento sócio-histórico até a

consolidação da perspectiva hegemônica do Desenvolvimento Sustentável, para posteriormente questionar seus principais pressupostos.

Entendem que a questão ambiental se articula à questão social, uma vez que a história do desenvolvimento capitalista em suas diversas fases, do capitalismo industrial europeu ao tardo-capitalismo (Netto, 2012) contemporâneo, é responsável pela geração da crise ambiental – e social - em que nos situamos presentemente.

Entendemos que a teoria marxiana dá subsídios à compreensão dessas questões, e embora muito se tenha questionado a contribuição de Marx no que se refere à problemática ambiental, uma vez que muitos autores o tenham situado nos marcos de uma perspectiva produtivista e mesmo positivista no que tange ao desenvolvimento da técnica e da tecnologia - debate esse que foi consideravelmente analisado e contraposto, por exemplo, em Chesnais e Serfati (2003) e Foladori (1997), - parece claro que sua teoria permite fundamentar uma análise da questão ambiental, se pensarmos em categorias analíticas como a do metabolismo social¹⁷, ainda que não ocupasse a centralidade do debate e análise marxiana.

Silva (2010) inicia sua exposição apontando para a crise econômica de 1970 como um marco que expressa a conjuntura de crise do capital e dos paradigmas de desenvolvimento então vigentes: o pacto keynesiano europeu e o modelo desenvolvimentista periférico. Recorre a

¹⁷ Rodrigues afirma, nesse sentido que “Segundo Foster (2005), Marx, na maior parte de suas obras, utilizava o conceito de metabolismo social para expressar a real interação metabólica entre natureza e sociedade através do trabalho humano” (2012, p.40). Ainda acerca dessa categoria, vide Foster (2010).

Sachs (1986) e sua crítica ao que este considerava um elemento constitutivo presente nos modelos de desenvolvimento à época: uma concepção evolucionista ou linear em seus discursos acerca do desenvolvimento, ou uma concepção etapista do desenvolvimento.

Embora a questão ambiental, nesse período, já aparecesse enquanto uma questão emergente, na América Latina, de acordo com a autora, este debate teve pouca repercussão, uma vez que se encontravam centrados numa perspectiva que, ainda que não colocassem a ordem capitalista imediatamente em ordem, centrava-se sobre a questão entre crescimento econômico e desenvolvimento, pautado por um discurso de reformas sociais¹⁸ de caráter progressista, bem como de críticas à concepção de desenvolvimento como concebida pelos organismos internacionais, agências governamentais e *thinktanks* ligados às grandes corporações, debate esse interditado com a implantação de regimes autocrático-burgueses e a cassação de renomados professores para silenciar sua crítica ao desenvolvimentismo como ideologia, como Florestan Fernandes e Miriam Limoeiro (LEHER, 2012).

Com a instauração de regimes autocrático-burgueses e o silenciamento da crítica à ideologia desenvolvimentista, “os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente do país vis-à-vis ao

¹⁸ Distintamente do período atual, nesse período a expressão “reforma” continha um elemento progressista. Atualmente, o conceito parece ter sido sequestrado pelo *establishment* para justificar uma série de “ajustes” de caráter regressivo que são denominados, na teoria crítica, para diferenciar de sua concepção original, como contra-reformas, destacando seu caráter regressivo do ponto de vista social.

núcleo hegemônico do capitalismo” (LEHER, 2012, p. 11). De acordo com Silva

A hegemonia absoluta do desenvolvimentismo perdurou até a entrada da década de 1980. A crise estrutural do capitalismo, aberta desde meados dos anos 1970, se aprofunda e se generaliza, atinge os países periféricos e coloca em xeque as bases da acumulação. A decisão estadunidense de elevar as taxas de juros, em 1979, além da explosão dos preços do petróleo, trouxe mais instabilidade aos países endividados, exigindo um reordenamento macroeconômico. As agendas nacionais são absorvidas por problemas de curto prazo e pelas altas taxas de inflação; por sua vez, a “incapacidade” do Estado de eliminar a instabilidade macroeconômica abre espaço, no âmbito local, para a hegemonia do pensamento neoliberal, já em franca expansão no plano internacional (2010, p.165).

Esse processo culminou com mudanças no debate acerca do desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1990, no sentido de estabelecer iniciativas voltadas à “fazer face à sua crise de lucratividade aberta desde meados da década de 1970” (Id., p. 165).

Assim, o debate sobre desenvolvimento que (re) surge na década de 1990 é caracterizado por uma ofensiva capitalista de caráter regressivo, prescritas sob a hegemonia do pensamento e política neoliberal. Para Silva, o debate sobre desenvolvimento se descola, nesse momento, da pauta de reformas sociais, para dar lugar ao ideário da sustentabilidade, embora uma sustentabilidade a partir dos pressupostos neoliberais. Falar-se-ia então, especialmente no Brasil, de um

“desenvolvimento sustentado” (Id., p. 166; SILVA, 2012, p. 111), léxico impregnado por políticas de austeridade de caráter regressivo como as que presenciamos na América Latina a partir, sobretudo, da década de 1990, embora não se tenha restringido, certamente, apenas a esta região, presentes nas contra-reformas e políticas de ajuste econômico.

Para a autora, o ideário do “Desenvolvimento Sustentável” como concebido a partir do Relatório Brundtland é combinado ao discurso neoliberal para dar sustentação à ofensiva do capital. Embora discordemos de sua afirmação de que é nesse contexto que a pobreza se incorpora ao debate ambiental (2010, p.166), uma vez que esta incorporação, como apontamos, é anterior ao advento do neoliberalismo, tendo sido realizada por ocasião da Conferência de Estocolmo, esta infere que nesse período a pobreza passa a ser remetida à esfera das políticas compensatórias, principalmente como forma de garantia da governabilidade do capital. Sobre a relação entre pobreza e governabilidade do capital, escreve Leher:

Diante da evidente crise que o capital concebe como governabilidade, as proposições bancomundialistas de que a pobreza pode ser uma bomba relógio no rosto dos ricos, tese abraçada pela gestão de James Wolfensohn no Banco Mundial, passa a ter maior auditório e, aos poucos, centros de pensamento importantes passam a conferir maior importância ao problema da governabilidade (2012, p. 13).

Nesse ambiente é que Silva desenvolve sua crítica ao paradigma do Desenvolvimento Sustentável, entendido como uma formulação que

realiza uma crítica ao paradigma de desenvolvimento dominante do pós-guerra sem, contudo, inscrevê-la nos marcos de uma crítica ao sistema capitalista, antes tentando compatibilizar o crescimento econômico (capitalista) à proteção ambiental e o combate à desigualdade. Sua crítica reside na prioridade conferida à sustentabilidade econômica - em detrimento da sustentabilidade ambiental e social - para a qual a incorporação de critérios ambientais se faz subordinada aos imperativos do crescimento econômico. Estes critérios seriam implementados “na e pela atividade produtiva” (SILVA, 2010, p. 167, SILVA, 2012, p. 109).

É na relação entre as três dimensões da sustentabilidade que reside a crítica mais elaborada dos principais autores de referência no Serviço Social. A consolidação do discurso da sustentabilidade e do ideário do Desenvolvimento Sustentável foi, conforme debatido em seção anterior, amplamente tensionado por correntes de pensamentos as mais díspares. No Informe *Founex*, a pobreza foi incorporada à problemática ambiental pelo conceito de “meio ambiente humano”. A tese que tomou corpo, por ocasião da Conferência de Estocolmo, foi amplamente pautada pela corrente desenvolvimentista, muito embora muitos pressupostos de outras correntes ali estejam sintetizados, como os voltados ao controle populacional, por exemplo, fundamentadas nas teses neomalthusianas.

A corrente desenvolvimentista, uma vez vitoriosa no embate com ecocentristas, é encarnada pelo ambientalismo moderado presente especialmente na ONU. É preciso dizer, portanto, como assinalou Pierri, no ensaio sobre a história do conceito de desenvolvimento sustentável

(2005), que do embate entre distintas concepções, a proposta moderada do desenvolvimento sustentável é a que se torna hegemônica no debate. Nesse sentido, a afirmação de Silva de que:

O final do século XX foi marcado por um conjunto de iniciativas do grande capital no sentido de enfrentar a sua crise de lucratividade aberta desde os anos 1970, iniciativas estas que abarcam desde a produção material até a reconversão dos supostos ideopolíticos que haviam oferecido suporte ao processo de acumulação até então. Na esteira de um amplo reordenamento da base produtiva, das formas de organização e consumo da força de trabalho e da ordem institucional burguesa, desenvolve-se e amplia-se um engenhoso arcabouço ideológico, de natureza essencialmente regressiva, no qual o discurso da sustentabilidade adquire força e expressão (2012, p. 105).

Esta concepção faz crer que as proposições em torno ao conceito de desenvolvimento sustentável tenham se originado organicamente vinculadas ao discurso do capital, o que, afirmamos, deve ser problematizado na medida em que é um modelo e um discurso de desenvolvimento que se hegemonizou, não tendo sido o único em cena na emergência do debate em torno da narrativa da questão ambiental.

Este debate, afirmará posteriormente, foi mediado por diferentes interesses econômicos e sociais, como pudemos depreender da análise oferecida por Hopwood (2005), em que o discurso do desenvolvimento sustentável é analisado por distintas vertentes do

pensamento, sendo ora “defendida como estratégia de equacionamento da depredação do planeta pela via da compatibilização entre acumulação privada e preservação do meio ambiente”, mas, também, compreendida, sob outra perspectiva “como princípio ético cujas possibilidades de realização encontram-se comprometidas diante do caráter destrutivo do sistema do capital, sendo, portanto, imprescindível superá-lo para que se estabeleçam uma relação efetivamente sustentável entre sociedade e natureza” (SILVA, 2010, p.175).

Mas é ainda procedente, tal afirmação, se levarmos em conta que tão logo passou a se expressar enquanto um discurso de alcance global, sua mensagem foi primeiramente marcada por uma vertente keynesiana – a qual Pierri (2005), como mencionamos anteriormente, chamará de um mutualismo internacionalista keynesiano, – vertente esta de caráter desenvolvimentista e cujos pressupostos estão estabelecidos numa perspectiva de desenvolvimento “dentro da ordem”, ratificado pelo movimento de dupla conveniência entre Norte e Sul global.

Esta postura se modifica em seguida, com o advento do neoliberalismo, onde o desenvolvimento sustentável serve de sustentação a proposições de caráter eminentemente regressivas e que alteram significativamente os termos em que o discurso do desenvolvimento sustentável se pauta. Trata-se, assim, de “uma construção que tem suas bases fincadas na chamada crise do desenvolvimentismo, no avanço do pensamento neoliberal e no determinismo das políticas de ajuste macroeconômico” (MOTA e SILVA, 2009, p. 39). O discurso do desenvolvimento sustentável transita, assim, de uma concepção keynesiana a uma de caráter

neoliberal – e, complementaríamos afirmando, novamente dá um giro, pelo menos no Brasil e em alguns países da América Latina da última década, a uma concepção neodesenvolvimentista de caráter neokeynesiano.

O que ocorre, sobretudo na emergência do desenvolvimento sustentável neoliberal, é sua transformação no ideário do “crescimento sustentado” e, em termos sócio-históricos, a transformação de um discurso que surgiu atrelado a uma crítica radical ao modo de vida e paradigmas da sociedade industrial – ainda que de matriz ecocêntrica – a um discurso que tem no capital e no desenvolvimento capitalista, acusado de ser o gerador da crise ambiental, o principal instrumento de luta contra a esta.

A tridimensionalidade do desenvolvimento sustentável, assim, representada pelas dimensões social, ecológica e econômica, passa a se centrar na dimensão econômica, onde o crescimento econômico, paradoxalmente, é definido como única resposta para os problemas sociais e ambientais. Ou, dito de outra maneira, “o peso das determinações econômicas na construção do desenvolvimento sustentável aparece sob a forma de um amplo consenso quanto à importância do crescimento econômico como condição para a efetividade do novo modelo de desenvolvimento” (SILVA, 2010, p. 182).

Na série de documentos analisados pela autora, um dos quais oriundos da Cepal, este afirma que o crescimento econômico tem sido fator de destruição do meio ambiente, embora não o conteste, ao contrário, defende a adoção de normas e instrumentos para a regulação

de seus efeitos (Id, p. 183). O documento defende, ainda, que a dimensão ambiental não pode se constituir num elemento de desestabilização do modelo econômico. Expressa, portanto, o ideal do crescimento econômico como condição de sustentabilidade social e ecológica e estabelece como critério de organização e compatibilização entre as dimensões econômica e ecológica a mediação via gestão ambiental pública, muito embora tendam, cada vez mais, a serem mediados via mercado.

O peso da centralidade no crescimento econômico pode ser assim expresso, nos termos de sua relação com as dimensões social e ecológica: a retração da tendência ao crescimento afeta e causa prejuízo à classe trabalhadora; sua expansão, tensionamento e degradação ambiental.

Assim,

O ideário neoliberal comparece nas análises e proposições de diversos textos estudados. Os 'programas de ajuste' recomendados pelos organismos financeiros internacionais são reconhecidos em quase todos os documentos estudados como necessários e positivos, no sentido de fornecer a ambiência macroeconômica adequada à implementação do desenvolvimento sustentável (Id, p. 191).

À sustentabilidade econômica, concebida nesses termos, corresponde uma concepção de sustentabilidade social focada na pobreza extrema e uma sustentabilidade ambiental focada no desenvolvimento técnico.

A sustentabilidade social, uma vez reduzida a sinônimo de focalização na pobreza extrema, ou numa “sustentabilidade social dos mais pobres” (Id., p. 187) correspondeu seu “tratamento” a partir de programas focalizados e de caráter compensatório, excluindo de seus pressupostos a noção de desigualdade.

Netto, ao tratar acerca do “redimensionamento” da questão social, afirma que a “pobreza relativa e desigualdades são constitutivos insuperáveis da ordem do capital - o que pode variar são seus níveis e padrões, e esta variação não deve ser subestimada quando estão em jogo questões que afetam a vida de bilhões de seres humanos” (2007, p. 159). Reitera, também, que a questão da desigualdade não é constitutiva do modelo prático-ideológico do neoliberalismo, assim como sua tendência a incidir tão somente sobre a pobreza na sua forma extrema. Exemplo disso é a forma como o Programa Bolsa Família tornou-se um *case* elogiado por organismos internacionais¹⁹, uma vez que segue o receituário da focalização.

Essa focalização, afirma o autor, ocorre em paralelo a um processo de desresponsabilização do Estado e do setor público, deixando de constituir enquanto “uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência)” e, por consequência,

¹⁹ Veja-se, por exemplo, o artigo publicado no portal Carta Maior, intitulado “Exemplo internacional de inclusão social, Bolsa Família é apresentado na Suíça”, disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Exemplo-internacional-de-inclusao-social-Bolsa-Familia-e-apresentado-na-Suica/4/34122>. Acesso em 01/08/2015.

“o combate à pobreza opera-se como uma política específica” (Id., p. 159). É o que afirma também Maranhão:

Uma análise da totalidade das relações em que a política de combate à pobreza está inserida mostra-nos que a ampliação desses programas destinados aos cidadãos pobres foi seguida de perto pela política de mercantilização de serviços públicos essenciais, como a previdência, a saúde e a educação. Ou seja, o aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimento para o capital privado, em detrimento do serviço público” (Apud SILVA, 2010, p. 195).

Essa desresponsabilização ocorre concomitantemente com o crescimento da responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” (NETTO, 2007, p. 159) e, acrescentaríamos, do apelo e tendência à privatização de serviços públicos, expressamente defendidos em documentos do Banco Mundial, por exemplo.

A compreensão e a forma como a pobreza é analisada, nesse paradigma, remonta a duas principais teses, a do círculo vicioso, que foi amplamente utilizada até meados da década de 1990 e a do duplo caminho, empregada a partir de então e buscaram apresentar respostas à forma como a pobreza foi inserida no Relatório Brundtland, que concebeu a “pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional” (SILVA, 2010, p. 173) como inter-relacionados.

Na concepção de pobreza presente na tese do círculo vicioso, esta era tida como agente da degradação ambiental: os pobres se constituíam como sujeitos e vítimas desse processo. O alívio à pobreza

era entendido como um mecanismo de garantia de sustentabilidade ambiental²⁰. A solução para esse dilema estaria no crescimento econômico (SILVA, 2010, p. 174), partindo de uma concepção linear da relação subdesenvolvimento/desenvolvimento, com reafirmação do modelo hegemônico de desenvolvimento e seguido da desresponsabilização dos países desenvolvidos.

A tese do círculo vicioso é tensionada por ocasião dos debates que antecederam a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – ECO 92, havendo uma revisão importante, a partir da segunda metade da década de 1990, desse paradigma, que deu lugar à tese do duplo caminho, onde a pobreza deixa de ser considerada como principal causadora da degradação ambiental, mas que deveria ser enfrentada em nome da sustentabilidade ambiental (Id., p. 188). Afirma, ainda, que essa tese representa um avanço no debate, pois “libera a pobreza de uma lógica apriorística de culpabilização e a concebe como problemática que transcende os limites das tendências demográficas” (Id., p. 190). No entanto, como afirma Foladori, mesmo os avanços da tese do duplo caminho são tensionados pelos “imperativos” de desenvolvimento econômico de caráter neoliberal. Afirma:

Antes disso, há que se ressaltar a completa incoerência entre a proposta do duplo caminho – que supõe uma participação do setor público através de políticas específicas para elevar a qualidade de vida – e as medidas de política

²⁰ Para uma crítica dessa relação entre sustentabilidade social e ambiental, vide, na seção anterior, a exposição de Foladori sobre a tridimensionalidade da sustentabilidade.

macroeconômica impulsionadas pelos mesmos organismos internacionais, de caráter neoliberal que, em lugar de apoiar os gastos públicos, promovem as privatizações e a restrição do gasto fiscal. É claro que as macropolíticas se impõem sobre as primeiras (2002, p. 109).

A sustentabilidade social, portanto, é contraditada seguidamente pelos imperativos da sustentabilidade econômica – do capital. A crise econômica representa avanços diretos sobre novos espaços para valorização do capital. Aliada à alta nos preços de alimentos, marcada por um forte componente especulativo, desconstrói os poucos avanços que buscaram atenuar a fome no mundo, ao interditar “aos pobres o acesso às fontes elementares de seu desenvolvimento vital” (Ibid., p. 201).

Assim, os caminhos que supostamente levariam à sustentabilidade social são barrados pela necessidade de valorização do capital.

Além de sofrer uma contraposição por parte da dimensão econômica, que afirma poucos avanços para depois negá-los, a sustentabilidade social guarda uma relação comumente de oposição ou contradição nesse modelo e perspectiva de desenvolvimento sustentável, o que significa dizer que muitas das iniciativas tomadas no sentido de se garantir a sustentabilidade ambiental são, comumente, socialmente insustentáveis. É o que afirma Silva:

O percurso analítico que vimos empreendendo aponta para o fato de que as iniciativas voltadas à sustentabilidade social se fazem cada vez mais

restritas, tanto em razão da sua natureza compensatória quanto pela indesejável *contradição entre sustentabilidade ambiental e social* (grifos nossos), resultante da própria dinâmica da sociedade burguesa (Ibid., p. 202).

A relação, para exemplificar essa contradição, pode ser vista nos casos da indústria de recicláveis, em que a dimensão da sustentabilidade ambiental presente no reaproveitamento de materiais é contraposta à precariedade social dos catadores de materiais recicláveis. O setor de energia também é paradigmático dessa relação, ao passo que os investimentos nas distintas matrizes energéticas – energia eólica, hidrelétrica, nuclear, mas também a exploração de campos de petróleo, o incentivo à produção de agrocombustíveis, - serve como um campo de aplicação e valorização de excedentes, portanto no campo da sustentabilidade econômica, - apresentando-se também como iniciativas ambientalmente sustentáveis decorrentes da aplicação de tecnologias “limpas” (à exceção do petróleo, nesse caso), mas que se apresentam como socialmente danosas.

Por outro lado, **a sustentabilidade ambiental ou ecológica** diria respeito à capacidade de regeneração ou recomposição dos ecossistemas, tensionados por um ritmo de crescimento continuado, embora tenha tendido a se resumir ao debate em torno do desenvolvimento técnico.

Sustentou-se que, embora paradoxais, a compatibilização entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental – paradoxais na medida em que o crescimento econômico se traduz em elevação da degradação ambiental, mas também é apontado como forma de deter

essa mesma degradação gerada (PIERRI, 2005, p. 68), - deveria ser levada à cabo através de um amplo sistema de normas que regulamentassem essa relação, de forma a não se tornar, a dimensão ambiental, um entrave ao crescimento. Certamente que essa postura não foi a única concebida em torno da relação entre crescimento econômico e conservação ambiental, embora, no campo hegemônico das alternativas, esta forma de gestão tenha sido tensionada “por uma maior ou menor participação do Estado na regulação ambiental. Em suma: trata-se de uma disputa em torno da ênfase na gestão ambiental pública em contraposição à autorregulação do mercado no trato com os recursos naturais” (SILVA, 2012, p. 109).

Ao nível da economia, duas tendências principais colocam em pauta o modelo que dê efetividade à sustentabilidade ambiental: a economia ambiental e a economia ecológica. A economia ecológica é oriunda do pensamento ecologista conservacionista – e, em menor medida, ao pensamento anarquista - e representa o paradigma da sustentabilidade forte. A economia ambiental liga-se à perspectiva do ambientalismo moderado, sendo de matriz neoclássica e keynesiana e está relacionada ao paradigma da sustentabilidade fraca (PIERRI, 2005).

Na economia ambiental, o meio ambiente é visto como um capital natural, sendo necessário preservá-lo em função da atividade econômica – e do crescimento econômico. A preocupação ambiental não se realiza em função da preocupação com o meio ambiente em si, mas decorre de um pensamento e prática utilitaristas, minimizando a pressão que a degradação ambiental pode exercer sobre o crescimento econômico. O problema do desenvolvimento sustentável, de acordo com

essa concepção, diz respeito ao feito do desenvolvimento econômico sem abrir mão de um nível aceitável de crescimento econômico (PIERRI, 2005). Silva, por outro lado, afirma que a estratégia principal operada por essa corrente é o apelo à privatização dos recursos naturais, protegendo-os pela via da incorporação no circuito mercantil, tanto pela via da “internalização das externalidades” quanto pela atribuição de valor econômico (2010, p. 176). Incorporação de valor e desenvolvimento técnico seriam os pressupostos centrais dessa vertente do pensamento econômico com relação à estratégia de viabilização de uma sustentabilidade ambiental em sintonia com o crescimento econômico.

Por outro lado, a economia ecológica chama atenção ao fato da incompatibilidade entre crescimento econômico ilimitado de um lado, e recursos naturais limitados, de outro, e que a atividade econômica crescente pressiona a capacidade de sustentação dos ecossistemas. Remonta, portanto, à concepção dos limites físicos ao crescimento e varia entre uma posição dita ortodoxa a uma pragmática, ou sustentabilidade muito forte e forte (PIERRI, 2005, SILVA, 2010). Os limites físicos colocariam barreiras²¹ ao ideal do crescimento econômico

21 A noção de limites físicos parece presente também na tese da segunda contradição, que coloca em discussão a questão de, na crise ecológica, o capital estaria se confrontando com seus próprios limites de expansão. Esta tese foi apresentada por O'Connor e, de acordo com Foladori, assim é postulada: “O'Connor desenvolve o que denomina "a segunda contradição do capitalismo". A base de sua argumentação consiste em que o capital funciona imerso em condições de produção que não são criadas como mercadorias, tal como a própria força de trabalho, o espaço urbano, o meio ambiente natural, etc. Agora, enquanto o funcionamento interno do capitalismo gera o que O'Connor chama a primeira contradição (valor/mais-valia, capital constante/variável), que foi o

contínuo e também populacional, propondo-se como alternativa uma economia estacionária com crescimento aos países pobres através da transferência de tecnologia e negativo nos países desenvolvidos. O combate à pobreza, nessa perspectiva, viabilizar-se-ia mais pela via da diminuição do crescimento demográfico que pela via do crescimento econômico (PIERRI, 2005). A preocupação ambiental, segundo esta perspectiva, não está relacionada ao utilitarismo econômico, mas à preservação da vida como um todo no planeta.

Silva (2010), entretanto, afirmará que nem economia ambiental ou economia ecológica oferecem uma crítica radical às relações entre sociedade e natureza no modo de produção capitalista.

A economia ambiental tem se constituído como perspectiva hegemônica no debate, presente no ambientalismo moderado que tem pautado ao debate em torno ao desenvolvimento sustentável e sustentado pela gestão ambiental pública, embora este modelo esteja sendo tencionado e paulatinamente substituído pela regulação via mercado, viabilizada pela chamada economia verde.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à problemática relação entre sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social, nos marcos dessa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Foladori

centro das investigações de Marx, a relação entre o funcionamento do capitalismo e suas condições externas de produção provoca uma segunda contradição, sobre a qual Marx nunca desenvolveu uma teoria. Nas palavras de O'Connor: 'A causa básica da segunda contradição é a apropriação auto-destrutiva pelo capitalismo e o uso que ele faz da força de trabalho, do espaço e da natureza exterior, ou seja, do meio ambiente'. O resultado desta segunda contradição seria que o capital encontra-se com limites físicos criados por ele mesmo: '(...) limites de espaço, limites da força de trabalho disciplinada e socializada, de boas terras, de água pura, etc'" (1997, p. 152).

chamou atenção a esta questão ao afirmar que as estratégias de sustentabilidade social decorrem da necessidade de se garantir a sustentabilidade ambiental (2002). Silva, em outras palavras, reafirmará esta perspectiva, ao afirmar que “o alívio à pobreza é tanto um imperativo moral como um requisito prévio indispensável para chegar à sustentabilidade ambiental” (2010, p.188).

Isso que significa que, na concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável, a) a preocupação com a pobreza, além de se realizar de forma focalizada na pobreza extrema se dá como meio e não como fim, destinadas que são, tais políticas, a assegurar a sustentabilidade ambiental, haja vista a degradação gerada pelos pobres e b) que medidas de sustentabilidade ambiental, decorrentes da crença na tecnologia como resposta à degradação ambiental nesse paradigma, resultam em processos de insustentabilidade social e, por fim, c) a sustentabilidade social está submetida também aos imperativos da sustentabilidade econômica, notadamente os neoliberais, mas também os neodesenvolvimentistas, que, assim como muitas das estratégias de sustentabilidade ambiental, agravam a questão social, portanto, a sustentabilidade social possível nesse paradigma.

Assim, afirmarão Mota e Silva, “a unidade entre sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social, apresenta-se impossível na dinâmica sociometabólica do capital” (2009, p. 40) e que esse paradigma acaba por aprofundar a cisão entre tais dimensões, uma vez que a sustentabilidade ambiental é orientada pelo cálculo financeiro. Sustentam que existem razões ideopolíticas que sustentam essa concepção, uma vez que a sustentabilidade social não contempla a

incidência sobre a desigualdade social, impensável nesse modo de produção; desta forma, o debate sobre a sustentabilidade tem conferido centralidade às questões biofísicas – mas, sobretudo econômicas, - secundarizando, como já apontamos, a dimensão social, que é entendida de forma limitada.

3.2 Teoria crítica e subsídios para problematizar a questão ambiental

Compreender onde se situa a questão ambiental, pressupõe identificar os processos que levam ao surgimento dela enquanto uma “questão”. Esta, a partir da perspectiva analítica aqui adotada compreende não apenas questões relativas aos usos do meio ambiente natural, mas antes inclui também a forma como as relações sociais se traduzem em formas desiguais de apropriação da natureza e de produção do espaço e como as consequências negativas dessas formas de apropriação são também impostas desigualmente entre as classes e grupos sociais. Sob a expressão “questão ambiental”, encontrar-se-ia “nada menos que a perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e, até mesmo, de certos países” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 39).

O intuito dessa seção é o de efetuar uma síntese, apresentando elementos constitutivos da questão ambiental e como decorrem desta as desigualdades ambientais, tendo como perspectiva de análise a teoria crítica de orientação marxista. Para tanto, acreditamos que se deva

levar em consideração a teoria da acumulação, bem como o papel que o Estado desempenha nesse processo. Não se pretende com isso, esgotar a discussão da temática, de grande complexidade, mas apresentar alguns apontamentos que situem, numa concepção crítica, o local da questão ambiental, sintetizando a forma como esta corrente analítica vem interpretando a questão ambiental.

Nesse sentido, a questão ambiental é concebida como decorrente de processos sociais ligados aos usos que se fazem do meio ambiente, assim como os relativos à produção do espaço. Remontam, por isso, ao modo de produção²² de um dado período histórico, este entendido como responsável pelo processo de intercâmbio social. Foladori (2001), em sua análise acerca da questão ambiental e dos limites do paradigma do desenvolvimento sustentável, afirma que a exploração dos recursos naturais gerou crises em períodos históricos precedentes, mas se aquelas crises foram motivadas pelo parco desenvolvimento das forças produtivas, agora, diferentemente, são decorrentes destas. As inovações tecnológicas, sob esta perspectiva, guardam maior relação aos processos de reestruturação capitalista que aos compromissos ambientais assumidos no plano internacional nas últimas décadas. Sob esta ótica, tais tecnologias são apenas secundariamente compreendidas nos marcos de uma ação de países desenvolvidos como necessárias para deter a degradação ambiental,

²² Para CHESNAIS e SERFATI, modo de produção designa tanto “um modelo de dominação social quanto uma forma de organização da produção material” (2003, p. 43).

fundamentando sua restrita concepção da questão ambiental – o desenvolvimento técnico seria suficiente para dar respostas à mesma.

O paradigma do desenvolvimento sustentável marca a emergência do tema ambiental na agenda política e econômica mundial e tem como referência o Relatório Brundtland, de 1987. Decorridas algumas décadas de sua elaboração, a questão ambiental hoje tem sido alvo de uma crescente institucionalização, naturalizando-se seus alcances e efeitos, consagrados pelo advento da chamada “economia verde” (ARAÓZ, 2013) ou “modernização ecológica²³” (ACSELRAD, 2010, p, 107). O paradoxo que se apresenta é o apresentado por Pierri:

[...] entre o final dos anos 60 e meados dos anos 80 a ideia predominante sobre as mudanças em jogo mudou, o que deu à ordem dominante a oportunidade de passar de principal acusado de gerar a crise ambiental a protagonista na luta contra ela (2002, p.16).

Para uma concepção crítica da questão ambiental, acreditamos ser relevante efetuar uma breve análise conceitual com relação ao conceito de metabolismo social na teoria marxista e do processo de ruptura metabólica operados pelo capital. Tais conceitos permitem a compreensão de como se constitui a crise ambiental, a partir de sua relação com o que Marx viria a chamar de queda tendencial da taxa do

²³ Pela expressão “modernização ecológica”, Acselrad compreende “o processo pelo qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas no propósito de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (2010, p. 107).

lucro, por um lado, e o fetiche da mercadoria, por outro, como processos integrantes de uma mesma relação.

De acordo com Araóz (2013), trata-se de um conceito chave que está na base da crítica de Marx à dinâmica espoliadora do capital e também nos fundamentos de sua ecologia política. A ideia de metabolismo social alude à complexa e fundamental conexão vital existente entre sociedade e natureza, uma vez que a análise de Marx (1867) se baseia no necessário reconhecimento da base biológico-material da condição humana. A condição de existência da vida está atrelada aos fluxos e vínculos energético-materiais que a une metabolicamente à natureza. A condição para esta interação metabólica se dá através do trabalho social. A separação entre o corpo e a natureza é resultado de um efeito histórico-material, de onde surge a noção de fissura ou falha metabólica. Essa falha metabólica é operada pelo capital na base dos processos de reprodução da vida, através de processos históricos de expropriação – a análise marxiana analisa esta dinâmica através do conceito de acumulação primitiva. A este respeito, Araóz cita Marx, para quem “a separação é o verdadeiro processo de geração de capital” (MARX apud ARAÓZ, 2013, p. 133).

Por este processo, o capital se apropria dos meios de vida e mercantiliza as energias corporais do trabalho, desviando-as para a produção de mercadorias e para a acumulação de valor abstrato, operando um processo de expropriação radical – a alienação da condição humana, alterando radicalmente, através dessa falha metabólica, os sistemas bioeconômicos centrados na produção de valores de uso para satisfação das necessidades básicas para subsumi-los

na dinâmica da acumulação sem fim e como fim em si mesma. (ARAÓZ, 2013, p. 133).

Ainda, sobre os efeitos desta ruptura metabólica, o autor vai afirmar que não se dá apenas no plano da produção, como expropriação dos produtores dos meios de produção, mas atinge diversas dimensões da vida: no nível da economia política se traduz como dominação de classe; no plano geopolítico o capital se expande através do imperialismo e colonialismo; a nível ecológico-político a dominação do capital se expressa como depredação da natureza e no plano biopolítico, envolve as dinâmicas de alienação e fetichização dos sujeitos e relações sociais, ou seja, processos de colonização das subjetividades e dos desejos (Id., 2013, p. 134).

É preciso, pois, recorrer aos fundamentos das relações sociais capitalistas para buscar uma explicação para a questão (sócio) ambiental, especificamente, nos mecanismos de expropriação que lhe deram origem e sustentação e tendo como fundamento a análise marxista das contradições do sistema e de sua tendência à crise.

Aqui, acreditamos ser necessário afirmar que discordamos de alguns posicionamento que tem sustentado o argumento de que a degradação ambiental se constitua como limite ou seja apontada como causa da crise no modo de produção capitalista e que ensejaria a busca pelo desenvolvimento de tecnologias “limpas” ou “sustentáveis”. Para a teoria marxista, a destrutividade é inerente ao modo de produção capitalista, mas a crise gerada pela degradação ambiental não representa, nessa concepção, crise ou limite a este modo de produção. A crise

ambiental pode ser considerada como uma crise para a humanidade, mas, como afirma Chesnais e Serfati:

A crise ecológica planetária ou as crises ecológicas, cujos efeitos se repartem de forma muito desigual, são produto do capitalismo, mas nem por isso são fator central de crise para este. Hoje, ela se desenvolve de modo acelerado sob o efeito da busca pelo capital de “soluções” para suas contradições profundas, numa desabrigada fuga para a frente, tornada possível pela liberalização, a desregulamentação e a globalização. Tomada por este ângulo, a crise ecológica planetária é, pois, uma “crise capitalista”. Mas ela testemunha a plena reafirmação da vontade e da recorrente capacidade do capital em transferir a seu meio “externo” geopolítico e ambiental (a biosfera) as consequências de contradições que são, exclusivamente suas, no sentido de que surgiram das relações de produção e de propriedade que o fundam (2003, p. 42).

Assim, esta se constituiu como uma crise para a humanidade mas não para o capital, sendo possível afirmar, como o fizeram Chesnais e Serfati, ser uma crise capitalista no sentido de que é uma crise gerada por este, mas não crise do sistema, que tem demonstrado poder conviver e mesmo transformar a própria crise ecológica em fator de acumulação. Do ponto de vista da teoria crítica, as barreiras ao capital não seriam “exteriores”, mas suas contradições internas, que o levam a gerar suas próprias crises.

A tendência a crise do modo de produção capitalista guarda, assim uma relação intrínseca à questão ambiental. Mas para compreender

como se relacionam, é preciso analisar, ainda que brevemente, o contexto em que surgem as crises capitalistas. Discorrendo sobre isso, Harvey (2006) aponta que

[...] a análise de Marx sobre esse sistema de produção de mercadorias o levou à percepção que há diversas possibilidades de ocorrências de crises, assim como à percepção de certas tendências inerentes ao capitalismo que produzem graves tensões no processo de acumulação (p.44).

Para entender melhor essa tendência à crise, Harvey aponta, a partir de sua leitura da obra de Marx, três condicionantes do processo de acumulação: excedente de mão de obra, disponibilidade de meios de produção e mercado para absorção das mercadorias produzidas. Afirma, ainda, que em cada uma dessas condições o mercado encontra limites que uma vez atingidos, convergirão para uma crise de determinada natureza. Como tais condições são também “criadas” ou “produzidas” nesse modo de produção, Marx chega à constatação de que o capitalismo produz barreiras ao seu próprio desenvolvimento (2006, p. 45). Esta constatação marxiana, de que o capital representa um limite a si próprio, é um ponto de fundamental importância para a compreensão da dinâmica capitalista e sua relação à questão social e ambiental. Buscaremos, a partir de algumas contribuições de Harvey (2006), mas também Chesnais e Serfati (2003), desenvolver essa relação.

Tais crises geralmente remontam ao fenômeno de superacumulação e abrem espaço, segundo Harvey, para a passagem da anarquia competitiva do sistema capitalista, para um tipo de ordem e

racionalização da produção capitalista. Esse processo de racionalização apresenta-se de maneira regressiva e com custos sociais muito altos, como podemos constatar, por exemplo, da crise atual que avança sobre direitos sociais no continente europeu e cujas repercussões são internacionais, atingindo também os países do capitalismo periférico.

Para Harvey, contudo, as crises são espaços abertos à luta de classes e dependerá desta as soluções que se apresentarão. Por parte do capital, apresentarão sempre características regressivas, avançando preferencialmente – embora não exclusivamente, como veremos mais adiante - sobre a economia política do trabalho, o que ocorre de diversas maneiras. Seu objetivo é, através dessas iniciativas, o de “expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional” (Ibid, p. 47), ou, dito de outra forma, reverter, ainda que temporariamente, a tendência à queda na taxa de lucro e o surgimento de uma nova crise de superacumulação. Nesse processo, avança também sobre o meio ambiente natural, ainda que seja necessário advertir, como o fazem Chesnais e Serfati (2003), que o avanço do capital sobre o meio ambiente natural não se trata de uma segunda contradição do modo capitalista de produção, mas decorre de sua contradição fundamental apontada por Marx. A este respeito, escrevem:

Hoje, Marx enunciaria uma “lei” [...] complementar, relativa à destruição pelo capitalismo do ambiente natural, dos recursos naturais e da biosfera. O termo complementar é indispensável, já que é no processo de constituição inicial, isto é, da expropriação das condições de existência anteriores dos “proletários”, dos homens e mulheres que

formarão o “proletariado” (aqueles que só devem viver da venda de sua força de trabalho), e de sua dominação pelo capital, que jazem alguns dos mais importantes mecanismos de destruição deste meio ambiente (Id., 2003, p.51).

A expansão referida anteriormente apresentaria diversas características, tais como o aumento da produtividade da mão de obra pelo uso de equipamentos mais sofisticados, barateamento do custo da mão de obra em virtude do desemprego, emprego do excedente de capital em novas linhas de produção e, por fim, um aumento na demanda efetiva expandida de produtos. Poderíamos acrescentar também o emprego de tecnologias “poupadoras de trabalho que requerem relativamente mais energia, insumos químicos e recursos naturais” (ACSELRAD, 2013).

O incremento na demanda, explica Harvey, dar-se-ia tanto através do que ele chama de intensificação da atividade social localizada, mas também implicaria numa expansão geográfica como etapa do processo de acumulação, sendo que ambos os processos influenciam-se mutuamente. A ênfase em seu trabalho, contudo, recai sobre o processo de expansão geográfica. Assim, tanto Chesnais e Serfati (2003) quanto Harvey (2006), centrarão suas análises nas contradições do modo de produção capitalista que levam à sua transformação em forças destrutivas, enfatizando a presença de mecanismos de expoliação presentes no seu processo de surgimento mas continuados como um mecanismo de funcionamento de fuga para a frente das crises inerentes a este modo de produção. Harvey concentra sua análise na intensificação, mas sobretudo na expansão e nos

processos de expropriação a ela atrelados. Chesnais e Serfati, a partir da noção de longos ciclos de gestação, buscam demonstrar como esses mecanismos regressivos sempre estiveram presentes e como a intensificação e a expropriação se combinam nesse processo de fuga à crise e suas consequências ao meio ambiente natural e aos trabalhadores.

Assim, para Harvey, “[...] o capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação e expansão geográfica” (2006, p. 64), que objetivam frear os mecanismos da queda tendencial da taxa de lucro através da busca por mercados para absorção da produção e, por outro lado, o barateamento dos custos de produção.

Nesse ponto, são decisivas as análises de Baran e Sweezy, Frank, Luxemburgo e Lênin acerca do imperialismo e da expansão capitalista, como aponta o referido autor (Id., p 64 et. seq.). Lênin, por exemplo, aponta, a partir de sua análise do imperialismo, como a Primeira Guerra Mundial decorre das práticas imperialistas capitalistas e sua consequente divisão territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas (LENIN apud HARVEY, 2006, p. 68).

O paradoxo analisado por Harvey diz respeito à longa sobrevivência do capitalismo apesar das crises e reorganizações. De acordo com ele, a resposta pode ser encontrada na produção do espaço, assim como Lênin e Luxemburgo atribuíram tal sobrevivência, cada qual à sua maneira, ao imperialismo, tido como uma forma determinada de produção do espaço a resposta a este enigma. O capitalismo encontraria, então, no que ele denomina de ajustes espaços-temporais, uma forma de escapar às suas próprias contradições, de geração de

crises de superacumulação, numa fuga para a frente às suas próprias contradições.

Assim o foi no período imperialista de 1884-1945, onde os projetos imperialistas buscaram resolver seus problemas de sobreacumulação, terminando por se decompor em duas guerras mundiais. O capitalismo do século XX, marcado pelo imperialismo, teve nas guerras e na militarização o fator de ultrapassagem de suas barreiras.

Tais contradições - e barreiras - voltaram a se acentuar no pós-guerra, quando da substituição desse sistema, por volta de 1945, por um sistema de aliança entre os principais poderes capitalistas, sob liderança dos Estados Unidos da América – EUA -, para evitar as crises de sobreacumulação da década de 1930, através de incentivos ao “desenvolvimentismo” como projeto para o resto do mundo (HARVEY, 2004, p. 112).

Nos anos gloriosos, como são designados os trinta anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, a acumulação mediante a espoliação esteve relativamente silenciada, o que não significa dizer que a dinâmica destrutiva do modo de produção não estivesse em pleno funcionamento. Ao contrário, estiveram presentes, tanto na produção fordista como na economia “planificada” da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. A questão, no entanto, esteve silenciada, uma vez que esses trinta anos estiveram associados a melhorias nas condições de vida nesses países, o que se traduziu na ignorância – ignorância no sentido de um ato de ignorar - destes com relação à questão ambiental (CHESNAIS e SERFATI, 2003).

Mais uma vez, no final da década de 1960, o capital volta a se deparar com suas contradições. Os arranjos realizados no pós-guerra se desfazem já na década de 1970, sendo substituídos por um modelo centrado no capital financeiro. Como afirma Harvey, “ameaçados na esfera da produção, os EUA contra-atacaram impondo sua hegemonia através das finanças” (2004, p. 113). É reeditada com força, esse período, a ideologia (neo)liberal e a velha ortodoxia econômica.

São estas barreiras que “o capitalismo vai buscar transpor, ao mesmo tempo, pela acentuação de suas agressões contra os trabalhadores e pela exploração cada vez mais insana de suas condições exteriores ambientais” (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 66). Agressões na esfera ecológica e na esfera do trabalho seriam constituintes da dinâmica do capital em crise, condições estas renovadas pelo capital financeiro. O retorno dos mecanismos da acumulação por espoliação, mediante os programas de ajustes estruturais impostos pelo FMI, por exemplo, devem ser considerados nesse sentido.

Afirmam, ainda, que “estamos diante de mecanismos e de políticas conscientes de reprodução de uma dominação social mundializada” (Id., p. 43), dominação esta que não se dá, como já afirmou Araóz (2013), exclusivamente em termos econômicos, mas onde política e economia – e militarismo - encontram-se imbricados. Nesse sentido, infere-se que falar em desenvolvimento sustentável com manutenção da ordem capitalista se traduz na redução da perspectiva da sustentabilidade à sua dimensão puramente econômica, que tem sido mesmo chamada de “crescimento sustentado”, reduzindo o ambiente e a questão ambiental à perspectiva neoliberal.

As barreiras que se colocam ao capital estão, portanto, na raiz de reformas de caráter regressivo. No âmbito da relação capital x trabalho, essas agressões encontram reforço na liberalização e desregulamentação implementados a partir da década de 1970. À desregulamentação e mundialização do capital, vai se somar o desenvolvimento de tecnologias de informação, garantindo a elevação da taxa de exploração da força de trabalho, combinando, nesse sentido, aumento de produtividade e intensidade do trabalho, bem como queda no custo da força de trabalho (CHESNAIS e SERFATI, 2003). Esses movimentos colocaram movimentos operários na defensiva, em defesa dos postos de trabalho, com aceitação tácita das contrarreformas capitalistas. No âmbito de sua relação com o meio ambiente natural, processos que Chesnais e Serfati (2003) denomina como expropriação do vivente – patenteamento da vida - são amplamente implementados e sustentados por instituições comerciais defensoras do *status quo* - a exemplo da Organização Mundial do Comércio – OMC -, processos que envolvem e associam questão social e ambiental.

A financeirização do sistema capitalista guarda relação ao agravamento da questão social e ambiental. Como afirmam os autores, longe de dizer respeito apenas à esfera financeira, o comportamento dos rentistas teria relação intrínseca à forma como este se relaciona com os trabalhadores e a terra. Para eles, se a luta de classes conseguiu deter o esgotamento dos primeiros e a inovação tecnológica conseguiu adiar alguns efeitos danosos do sistema, a implementação exitosa de um capitalismo financeirizado deu grande impulso ao capitalismo predador e à apropriação rentista, que se valorizou ao custo do esgotamento

acelerado do trabalhador e da terra (Id, p. 57). Esse movimento de financeirização, no entanto, depara-se com barreiras – decorrentes da “configuração da partilha da mais-valia entre rendimentos financeiros e lucro reinvestido na produção” (Id., p. 64), movimento a que chamam “efeito de tesouras”, e que não permite tirar todo o proveito da elevação da taxa de exploração – que tendem a gerar nova crise do sistema, seguido por novas investidas de caráter regressivo.

Ainda, no âmbito das relações com o ambiente natural, é reconhecido o papel que a acumulação primitiva desempenhou no desenvolvimento capitalista. Ali

[...] se situa um dos fundamentos mais cruciais do modo de produção e de dominação ao qual estamos submetidos e encontra-se também a origem de um dos mais permanentes mecanismos de agressão aos metabolismos sobre os quais a reprodução física da sociedade humana repousa (Id., p.51).

É, portanto, na expropriação no campo que o capital encontrou elementos que possibilitaram a realização da acumulação primitiva. Esta atuação, no entanto, não deve levar ao equívoco de acreditar que a acumulação primitiva tenha se dado tão somente num período temporal circunscrito à estruturação capitalista, senão que esses mecanismos ainda são operantes, incidindo ainda fortemente sobre o campo. Se num primeiro momento a expropriação foi direcionada aos camponeses europeus, os países do Sul experimentaram, no período colonial mas sobretudo no imperialismo – o capitalismo do século XX – ondas sucessivas de expropriação, que não se findaram com o fim da Segunda

Guerra Mundial, mas foram renovadas com a repartição do mundo entre as grandes potências, em outros patamares e que é hoje explicitada no neoextrativismo presente nos países do Sul, refundando um neocolonialismo de matriz extrativista, sob a égide do que tem sido denominado Consenso de Pequim.

Esses mecanismos de expropriação continuados são analisados também em Harvey (2004), ao tratar da conseqüente maior mobilidade geográfica assegurada a todas as formas de capital no capitalismo mundializado. Nesse sentido, é que Harvey cunhou a expressão “acumulação por espoliação”. A acumulação por espoliação guarda relação direta com a crise do capital, onde “a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação” (2004, p.96).

O conceito de acumulação por espoliação remete, pois, à noção de acumulação primitiva marxiana, e significa que, antes de se tratar de um processo de acumulação originário, portanto, circunscrito a uma determinada fase de desenvolvimento capitalista, se constituiria como um processo contínuo, acionado sempre que os processos de reprodução ampliada mostram-se ameaçados por uma crise de sobreacumulação, acionando mecanismos cada vez mais violentos de despossessão (HARVEY, 2004; ARAÓZ, 2103; ACSELRAD et al.²⁴, 2012).

²⁴ Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental, composto por Henri Acsehrad (UFRJ), Alfredo Wagner de Almeida (UEA), Celio Bermann (USP), Carlos Antônio Brandão (UFRRJ), Eder Carneiro (UFSJ), Jean Pierre Leroy (FASE), Marijane Lisboa (PUC-SP), Jeovah Meirelles (UFC), Cecilia Mello (UFRJ), Bruno Milanez (UFJF), Luiz Fernando Novoa (UNIR), Eliane

A crise econômica mundial de 1970 tem como consequência o advento do neoliberalismo. O neoliberalismo apresenta-se como uma estratégia do capital de recuperação de suas taxas de lucro, incidindo especialmente sobre a organização do trabalho, mas buscando reacomodar as zonas de influência das potências capitalistas sob uma nova modalidade de imperialismo.

Se nas décadas precedentes, o desenvolvimentismo foi a marca do capitalismo, esse modelo se rompe na década de 1970. Os assim chamados programas de ajustes estruturais administrados pelo FMI e Banco Mundial aos países subdesenvolvidos são exemplo de como esse processo se deu, com as consequências já há muito conhecidas e estudadas. Esse debate deve ser revisitado num momento em que se diz viver, especificamente, na região da América Latina, um período dito de governos pós-neoliberais, que através de políticas desenvolvimentistas de distintos padrões e características, estariam se contrapondo à lógica neoliberal.

Esse debate é permeado por diversos subtemas que não poderemos desenvolver aqui. Contudo, cabe diferenciar que, se no nacional-desenvolvimentismo a ação do Estado esteve relacionada

[...] ao processo de industrialização do país, buscando uma internalização do controle sobre os processos de acumulação, o chamado

Cantarino O'Dwyer (UFF), Raquel Rigotto (UFC), Horácio Antunes Sant'ana Júnior (UFMA), Carlos B. Vainer (UFRJ), Andrea Zhouri (UFMG), membros da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, com a colaboração dos doutorandos Raquel Giffoni Pinto, Fabrina Furtado, Deborah Werner e Gustavo Muñoz Gaviria.

‘neodesenvolvimentismo’ sugere um aprofundamento da inserção internacional periférica, em que o Estado participa como garantidor da rentabilidade de projetos vinculados ao mercado de *commodities* e exploração de recursos naturais, com a sua correspondente demanda por obras de infraestrutura (CBPDA, 2012, p.69).

O advento do neoliberalismo desloca do bloco hegemônico capitalista os grupos que representam o capital industrial, para dar lugar ao capital financeiro, que foi responsável pela criação do que poderíamos denominar uma ortodoxia econômica, que mesmo diante da crise de 2008 - que ainda se segue - não foi deslocada.

É essa ortodoxia que nos leva a perceber o neodesenvolvimentismo da política brasileira da última década, como uma política que aparentemente se opõe ao neoliberalismo, e que culminou com a expressão “pós-neoliberalismo”, utilizada por intelectuais como Emir Sader (2013). Para Araóz (2013), contudo, embora festejada como saída do neoliberalismo, a recente fase de crescimento econômico centrada no dinamismo das exportações de *commodities* pode ser vista, na verdade, como um “retorno ao século XIX”, como um ciclo de reformas regressivas que terminaram desembocando na reinstauração do histórico padrão de especialização regional como provedora de matérias-primas para o mercado mundial. Passa-se, segundo este, do Consenso de Washington ao Consenso de Pequim – consenso das *commodities* (Id., p. 129).

A este respeito, cabe efetuar uma ressalva acerca da retomada da ideologia do desenvolvimentismo. Esta foi duramente criticada à

época de seu surgimento. Suas críticas, especialmente na América Latina e no Brasil, foram silenciadas pelas ditaduras nesses países. Mas o desaparecimento da ideologia do desenvolvimentismo pode ser explicado pelo estabelecimento da ideologia neoliberal, avessa ao papel do Estado na regulação da economia. Seu ressurgimento está atrelado ao fato de ter se tornado um contraponto ao neoliberalismo (LEHER, 2012).

A nosso ver, trata-se de uma falsa polarização, uma vez que o neodesenvolvimentismo encontra-se assentado num programa pesado incentivo à exportação de commodities, bem como de investimentos públicos especialmente dirigidos a infraestruturas indispensáveis ao escoamento da produção de bens primários exportados pelo país. É necessário, nesse sentido, não perder de vista que essas obras estão relacionadas à redução dos custos de realização e circulação, que ajuda a criar um novo espaço para a acumulação (p. 50).

Gonçalves (2012), por exemplo, critica o uso da expressão desenvolvimentismo para referir-se ao período atual, empregando a expressão “desenvolvimentismo às avessas” para referir-se a este período, caracterizado pela desindustrialização e reprimarização da economia nos últimos anos. A reprimarização também é referida em dados por Araújo (2013). Este modelo não rompe com o processo de acumulação por espoliação típicos do neoliberalismo, mas a ele se combina. Saem de cena os processos de privatização de estatais, entrando em cena os mega projetos de desenvolvimento, sobretudo relacionados ao agronegócio, ao setor elétrico, construção civil e mineração. É nesse ponto que se entrecruzam as dinâmicas do

capitalismo espoliador a um projeto de governo, com a conformação de um bloco hegemônico no país composto pelos setores referidos, aliados ao capital financeiro.

A reprimarização das economias dos países periféricos é reflexo de um processo engendrado pela dinâmica do capital a partir da década de 1970 e com o advento do neoliberalismo. Quando Harvey afirma que os sistemas de ajustes espaço-temporais adotados anteriormente à década de 1970 como forma de garantir a reprodução ampliada do capital não conseguiram evitar as crises de superacumulação, ao ponto de a partir de então ingressarmos numa fase de acumulação por espoliação, isso não significa, contudo, que estes mecanismos de ajustes deixaram de ser empregados. Na realidade, ajustes espaço-temporais e práticas espoliadoras se combinam na dinâmica capitalista atual.

Como destacamos anteriormente, um dos efeitos da financeirização a que assistimos a partir da década de 1970 foi a maior liberdade/mobilidade garantida aos capitais de todas as formas. Essa liberalização afeta diretamente ao que tratamos aqui como questão ambiental. Ou, dito de outra maneira, as formas que assumem os conflitos ambientais na atualidade estão relacionados diretamente a esta nova etapa do capitalismo liberalizado. A questão que se coloca então é a de problematizar o papel desempenhado pelo espaço e pelas dinâmicas locacionais dos capitais na conformação dos padrões de conflitualidade ambiental (ACSELRAD, 2013, p 106).

Para o autor, com a crise do modelo fordista e buscando escapar das crises de sobre-valorização do capital, buscou-se estratégias para evitar processos de desvalorização, com a consequente busca de novas

alternativas de investimento do capital excedente, encontrando uma “solução espacial” na deslocalização dos investimentos. Afirma que

O espaço – e, em particular, a dinâmica locacional das unidades produtivas– é parte integrante das condições de acumulação do capital. Certamente, ele sempre o foi; mas o que pretendemos aqui destacar é o peso particular que ele adquiriu entre os fatores que hoje organizam a competição intercapitalista em contexto pós-fordista (ACSELRAD, 2013, p. 107).

Esta dinâmica permitiu aos capitais a capacidade de redefinir sua territorialidade econômica em escala planetária. Como efeito de tal deslocalização, criou uma competição interlocal global (Id., 2013, p. 114). Tais processos estão diretamente relacionados à acumulação pela espoliação de Harvey,

[...] isso porque o capitalismo precisa incorporar territórios não-capitalistas à produção de valor para enfrentar as crises de sobre-acumulação, encontrar escoadouro lucrativo para os capitais excedentes e estabilizar o sistema (Id., p. 116).

Assim, para o autor, as dinâmicas espaciais do capital – com a mobilidade por ele adquirida – permitem ajustes espaciais que estão na base do que ele denomina de chantagem locacional. A chantagem locacional permite a transferência de atividades danosas aos países menos desenvolvidos, que através de um dumping regulatório, alteram e flexibilizam suas normas ambientais, permitindo o avanço e a privatização sobre áreas e espaços comuns, “impondo as condições –

sociais e ambientais - as mais favoráveis para a maximização de seus rendimentos” (Id., 2013, p. 107) Assim, articulam-se plenamente ajustes temporais às necessidades do capital espoliador.

A questão ambiental a partir dessa dinâmica se relaciona tanto à privatização de espaços não mercantis, como “à expropriação de áreas de uso comum e recursos territoriais de camponeses, ribeirinhos, povos e comunidades tradicionais, com a finalidade de valorizar os capitais excedentes” (ACSELRAD et al., 2012, p.168), tendo a ação do Estado papel decisivo na ocorrência das desigualdades ambientais, através da oferta das melhores condições à instalação desses empreendimentos/realização de investimentos.

Os ciclos de dita prosperidade, combate à desigualdade e redistribuição de renda no país foram financiados com os ganhos oriundos da exportação de bens primários:

Es que la recuperación del crecimiento económico en general en los distintos países de la región y, con ello, las mejorías relativas en materia de salarios, niveles de empleo y políticas sociales – particularmente en el caso de los gobiernos progresistas – ha estado sustentada en la profundización e intensificación de la matriz primario-exportadora de las economías latinoamericanas. Tanto los gobiernos conservadores de la región, como los identificados como “progresistas” han construido sus esquemas de gobierno en base a políticas de crecimiento sostenidas macroeconómicamente en la aceleración de la exportación de materias primas. De tal modo, las tensiones socioterritoriales se fueron tornando cada vez más agudas y, con ello, las expresiones más dinámicas de la conflictividad social se fueron trasladando desde el campo

‘clásico’ de la lucha contra la explotación de la fuerza de trabajo al de las resistencias contra la expropiación de los territorios (ARAÓZ 2013, p. 123).

Entender que a as matérias-primas entram na composição orgânica do capital evidencia a dinâmica do processo que se sucede, ao se aliar a busca por matérias-primas mais baratas que diminuam os custos do capital, à composição de um bloco hegemônico inteiramente conformado ao desempenho desse papel periférico no capitalismo mundial. Essa conformação se transforma, assim, no principal padrão organizador das estruturas econômicas, socioterritoriais e de poder desses países (Id., p. 130). Assim é que, as riquezas naturais presentes na América Latina, especialmente, tem sido alvo de ações do capitalismo espoliador que

[...] tendem a favorecer a eclosão de conflitos territoriais e ambientais, uma vez que inviabilizam a existência de diversos grupos cuja reprodução social depende das suas relações com o território, com a diversidade biológica e geofisiográfica (ACSELRAD et. al., 2012, p. 169).

Para Araóz, se na fase de maturação do capitalismo fabril, a exploração do capital se colocou sobre os corpos e sua força de trabalho, em sua nova fase predatória, se faz sentir com maior intensidade sobre os territórios, constituindo-se a crise ecológica como epicentro das contradições do capitalismo em sua fase atual (2013, p. 124). Embora ali se faça sentir com maior intensidade, isso não significa, de forma alguma, que tenha deixado de incidir sobre a força de trabalho.

Assim, o extrativismo é, segundo o autor, efeito e condição necessária ao funcionamento da acumulação capitalista em escala mundial, não se constituindo como fase ou etapa circunscrita a determinado período histórico, tratando-se, todavia, de uma dimensão fundacional e constitutiva do sociometabolismo do capital (Id., p. 131), por isso, ocupam um espaço importante na formulação de alternativas para frear os mecanismos da queda tendencial da taxa de lucro. Abre-se assim, um novo ciclo extrativista em nossa região, da qual o Brasil integra plenamente e que coloca a questão socioambiental em questão.

Os efeitos da retomada de um novo ciclo extrativista na região são decorrentes de uma dinâmica territorial do capital, que combina ajustes espaço-emporais à práticas espoliadoras. Temos visto nessa nova fase do capitalismo o avanço cada vez maior sobre os recursos naturais em áreas de fronteira do capital, bem como novas dinâmicas de produção do espaço.

A este projeto soma-se a assunção, por parte dos países de capitalismo periférico, de seu papel/vocação enquanto exportador de produtos primários, as chamadas *commodities* como fonte e garantia de saldos positivos de balança comercial, utilizados, por sua vez, no combate às desigualdades. Assim é que o projeto neodesenvolvimentista em vigência na região se combina à lógica dos ajustes regressivos de reprodução ampliada do capital e de suas práticas espoliadoras que se tornaram condição *sine qua non* para resolver as crises de superacumulação.

Assim, embora se argumente viver na região sob um regime pós-neoliberal, o novo desenvolvimentismo, no entanto pouco se opõe

aos processos de acumulação postos em marcha, se não que a eles se relaciona através das políticas de Estado, onde a terra, as florestas, a água se tornam ativos vendidos como estoques a empresas privadas num processo de despossessão sem precedentes (ACSELRAD, 2013, p. 116).

Estas relações combinam-se, sendo responsáveis pela ocorrência de um específico padrão de conflitualidade ambiental e produção de desigualdades ambientais no país, o que se dá através de diversos processos, todos relacionados ao avanço sobre áreas de fronteira ao capitalismo, com a conseqüente expansão “sobre áreas que estiveram até aqui mais ou menos ao abrigo dos mecanismos de mercado” (ACSELRAD, 2012). Assim ocorre com a flexibilização de terras indígenas, avanço de processos de especulação imobiliária e do agronegócio sobre regiões de preservação, construção de portos, incentivo à carcinicultura e à aquicultura, bem como a instalação de parques de energia eólica e indústria petroquímica em territórios pesqueiros, instalação de hidrelétricas prejudiciais a populações ribeirinhas e indígenas e flexibilização da legislação ambiental, e que são bem demonstrados pelos índices de violência nessas regiões. São ações consoantes ao projeto neodesenvolvimentista brasileiro, quer de ampliação à produção de bens primários destinados à exportação, quer da infraestrutura de beneficiamento e escoamento por eles requerida. O mote do desenvolvimento se tornou assim o discurso pelo qual o Estado leva as classes subalternas a consentir com práticas espoliadoras.

4 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL – A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

Para a análise a que nos propusemos, inicialmente havíamos estabelecido a pesquisa pela produção de dissertações nos programas de Mestrado reconhecidos pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - no país. Num segundo momento, entendeu-se necessário estender essa pesquisa e englobar as teses produzidas pelos programas de Doutorado, dada sua maior relevância do ponto de vista teórico e científico. Assim, o levantamento inicial de dissertações veio a ser complementado com o levantamento também das teses. Esse levantamento inicial serviu para, sob uma ótica mais “aberta”, localizar e quantificar dissertações e teses que de alguma forma abordavam uma discussão ambiental. Também foi possível, a partir desse levantamento, acompanhar a evolução dos Programas de Pós-Graduação, nos níveis de Mestrado e Doutorado, no Brasil, no período de 2002 a 2012, possibilitando observar onde tem se estabelecido e concentrado, bem como analisar suas linhas de pesquisa com a finalidade de verificar se tem incluído de alguma forma, a emergente – pelo menos no Serviço Social – questão ambiental.

Esse levantamento teve início com uma pesquisa pelos sites dos principais Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Esta etapa se mostrou, no entanto, um tanto problemática, pelo fato de não haver um padrão de sistematização dos dados dos programas em seus portais. Enquanto alguns programas disponibilizam dados completos, incluindo o acesso à biblioteca virtual de sua instituição, outros programas

continham poucas informações, tinham bibliotecas virtuais desatualizadas ou com falhas de funcionamento e os contatos realizados através de e-mail resultaram improdutivos. A ausência de padrão poderia prejudicar o levantamento do *corpus* sobre o qual incidiria a análise, tendo-se optado, num segundo momento, pela identificação dos principais Programas, bem como coleta de dados da produção, a partir do Portal Capes, especificamente de seus Cadernos de Indicadores anuais, que apresentam dados confiáveis e sistematizados de forma acessível. Das dificuldades surgidas pelo levantamento nos portais dos Programas, parece patente a necessidade de uma política unificada de sistematização desses dados, uma vez que a divulgação e acessibilidade dos trabalhos deve ser um pilar da produção de conhecimento nas universidades: a socialização do conhecimento produzido e financiado com recursos públicos, ao menos no que tange às Universidades Federais e Estaduais.

Realizada aquela opção, elegeu-se o período 2002-2012 para análise, uma vez que ainda não se encontram sistematizados nos Cadernos de Indicadores da Capes, dados de pesquisas e trabalhos dos anos de 2013 e 2014. A escolha de um intervalo de tempo relativamente longo decorreu da preocupação com a obtenção de material de pesquisa, considerados estudos que costumam apontar para uma baixa produtividade no Serviço Social de discussões em torno da questão ambiental. A partir de então, realizamos o *download* dos Cadernos de cada Programa nesse intervalo de 11 anos e, com isso, pudemos identificar e acompanhar o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país, coletar dados sobre a produção

total destes programas, bem como o quantitativo de produções voltadas à questão ambiental, foco do presente trabalho. Nas tabelas abaixo, observamos a evolução dos Programas de Pós-Graduação no país:

EVOLUÇÃO PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO 2002-2012 – MESTRADO*

2002

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
-	UFMA	-	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	-
-	UFRN	-	UFV	-
-	-	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2003

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
-	UFMA	-	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	-
-	UFRN	-	UFV	-
-	-	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2004

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
-	UFMA	-	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	-
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-

2005

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
-	UFMA	-	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	-
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-

2006

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
-	UFMA	-	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-

-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-

2007

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-

2008

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-

2009

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
--------------	-----------------	---------------------	----------------	------------

UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-
-	-	-	EMESCAM	-

2010

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	-	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	-	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-
-	-	-	EMESCAM	-

2011

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	UFMT	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-

-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	FUFSE	-	UFES	-
-	-	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-
-	-	-	EMESCAM	-

2012

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
UFPA	FUFPI	UNB	PUC RIO	UEL
UFAM	UFMA	PUC GO	PUC SP	UFSC
-	UFPB/JP	UFMT	UERJ	PUC RS
-	UFPE	-	UFF	UCPEL
-	UFRN	-	UFV	-
-	UFAL	-	UFRJ	-
-	UCSAL	-	UNESP/FR	-
-	FUFSE	-	UFES	-
-	UECE	-	UFJF	-
-	-	-	UNICSUL	-
-	-	-	EMESCAM	-
-	-	-	UFF**	-

E- Evolução Programas de Mestrado reconhecidos pela Capes. Fonte:
Capes - Elaboração própria

* Os campos em negrito destacam o ano de surgimento do Programa de Pós-Graduação destacado.

** Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional.

**EVOLUÇÃO PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PERÍODO
2002-2012 – DOUTORADO***

2002

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	-	-	PUC SP	PUC RS
-	-	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2003

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	-	PUC SP	PUC RS
-	-	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2004

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2005

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-

2006

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-

-	-	-	UNESP/FR	-
---	---	---	----------	---

2007

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-

2008

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-

2009

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-
-	-	-	UERJ	-

2010

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-
-	-	-	UERJ	-

2011

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-
-	-	-	UERJ	-

2012

NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL
-	UFPE	UNB	PUC SP	PUC RS
-	UFMA	-	UFRJ	-
-	-	-	UNESP/FR	-
-	-	-	PUC RIO	-
-	-	-	UERJ	-
-	-	-	UFF	-

Tabela 2 – Evolução Programas de Doutorado reconhecidos pela Capes.

Fonte: Capes - Elaboração própria

* Os campos em negrito destacam o ano de surgimento do Programa de Pós-Graduação destacado.

Os Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Capes, em nível de Mestrado, eram 16 em 2002 e chegaram a 30 em 2012, estando presentes em todas as regiões do país, com predomínio da Região Sudeste, com 12 Programas, o que representa 40% do total, seguido pelo Nordeste, com 9, representando 30% do total; em seguida vem a Região

Sul, com 4 Programas – 13,33%, Centro-Oeste, com 3 – 10% e Norte, com 2 Programas – 6,66%. Dados do ano de 2015 apontam para a criação de dois novos Programas, um deles na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN e outro na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Com a criação desses dois novos Programas, constata-se que o número destes dobrou num intervalo de treze anos, compreendidos o período 2002-2015.

Com relação aos Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela Capes, em nível de Doutorado, eram 4 Programas em 2002, chegando a 10 em 2012, mais que dobrando em uma década. Nesse caso, não estão presentes em todas as regiões. A Região Norte ainda não conta com nenhum Programa de Doutorado. Do total de Programas, concentram-se, mais uma vez, majoritariamente, na Região Sudeste, com 6 Programas – 60% do total, seguido pela Região Nordeste, com 2 Programas – 20% e Centro-Oeste com 1 Programa – 10% e Sul, também com 1 Programa – 10% do total. Dados mais recentes disponíveis no *site* da Capes, apontam para um rápido crescimento dos Programas de Doutorado, com a criação de 6 novos Programas entre 2012 e 2015, o que representa um incremento de mais de 50% em pouco mais de três anos. Os novos Programas estão na Região Nordeste – Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI -, Região Sudeste – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES -, e Universidade Federal de Viçosa – UFV -, e na Região Sul – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC -, Universidade Estadual de Londrina – UEL – e

Universidade Católica de Pelotas – UCPEl²⁵. Estes dados não se encontram nos quadros anteriores, uma vez que tais programas foram criados em período posterior proposto nesse trabalho, que cobre os anos de 2002 a 2012.

Embora todos os Programas estejam inseridos na área de Serviço Social, com formação majoritária em Serviço Social, incluem também a formação em Política(s) Social(ais), Desenvolvimento Local/Regional e Economia Doméstica. No levantamento abaixo, identificamos os Programas, sua ênfase/formação e suas linhas de pesquisa. A grande maioria dos Programas que contam com Mestrado e Doutorado apresentam as mesmas linhas de pesquisa para ambos, a exceção parece ser a Universidade Federal do Maranhão – UFMA. As informações foram retiradas dos *sites* dos Programas de Pós-Graduação.

LINHAS DE PESQUISA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO 2002-2012 – POR REGIÃO

REGIÃO NORTE

UFAM – SERVIÇO SOCIAL:

Questão Social, Políticas Públicas, Trabalho e Direitos Sociais na Amazônia;

²⁵ Os dados dos novos Programas foram retirados do site da Capes. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarles&codigoArea=61000000&descricaoArea=CI%20CANCIAIS+SOCIAIS+APLICADAS+&descricaoAreaConhecimento=SERVI%20SOCIAL&descricaoAreaAvaliacao=SERVI%20SOCIAL#>>. Acesso em 15/07/2015.

Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

UFPA – SERVIÇO SOCIAL:

Serviço Social, Políticas Públicas e Movimentos Sociais;

Serviço Social, Trabalho e Desenvolvimento.

REGIÃO NORDESTE

FUFPI – POLÍTICAS PÚBLICAS:

Cultura, Identidade e Processos Sociais;

Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

FUFSE – SERVIÇO SOCIAL:

Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social;

Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social.

UCSAL – POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA*:

Políticas sociais universais, institucionalização e controle;

Estado, desenvolvimento e desigualdades sociais;

Direitos sociais e novos direitos, construção de sujeitos e cidadania.

* Criou em 2015 um Programa de Especialização em Serviço Social e Gestão de Políticas Sociais.

UECE – SERVIÇO SOCIAL:

Estado, Questão Social e Serviço Social;
Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais.

UFAL – SERVIÇO SOCIAL:

Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social;
Trabalho, Política e Sociedade.

UFMA – POLÍTICAS PÚBLICAS:

MESTRADO:

Avaliação de Políticas e Programas Sociais;
Seguridade Social: Política de Saúde, Política de Assistência Social e Previdência Social;
Política Social e Serviço Social;
Violência, Família, Criança, Idoso e Gênero.

DOUTORADO:

Estado, Cultura e Políticas Públicas;
Desenvolvimento, Questão Agrícola e Agrária e Meio Ambiente;
Estado, Questão Urbana e Políticas Públicas;
Estado, Trabalho e Políticas Públicas.

UFPB – SERVIÇO SOCIAL:

O Pensamento Social, Serviço Social, Trabalho e Questão Social;
Estado, Direitos, Política Social e Participação Social.

UFPE – SERVIÇO SOCIAL:

Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social;
Serviço Social, trabalho e questão social;
Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos;
Serviço Social, ética e direitos humanos;
Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e a família;
Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social.

UFRN – SERVIÇO SOCIAL:

Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos;
Ética, Gênero, Cultura e Diversidade;
Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

REGIÃO CENTRO-OESTE

PUC GO – SERVIÇO SOCIAL:

Teoria Social e Serviço Social;
Política Social, Movimento Social e Cidadania.

UFMT – POLÍTICA SOCIAL:

Política Social, Estado, Direitos e Movimentos Sociais;
Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

UNB – POLÍTICA SOCIAL:

Política Social, Estado e Sociedade;
Movimentos Sociais e Cidadania;
Questão Social, Instituições e Serviços Sociais;
Trabalho e Relações Sociais.

REGIÃO SUDESTE

EMESCAM – POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL:

Políticas Públicas e Cidadania;
Política de Saúde e Práticas Sociais.

PUC RIO – SERVIÇO SOCIAL:

Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos;
Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais;
Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social.

PUC SP – SERVIÇO SOCIAL:

Serviço Social: Identidade, Formação e Prática;

Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil;

Assistência Social e Seguridade Social.

UERJ – SERVIÇO SOCIAL:

Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social;

Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social;

Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social.

UFES – POLÍTICA SOCIAL:

Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais;

Reprodução e Estrutura do Capitalismo Contemporâneo.

UFF (1) – POLÍTICA SOCIAL:

Avaliação de políticas de seguridade social;

Avaliação de políticas de programas e projetos governamentais e não-governamentais;

Gênero, orientação sexual, raça e política social;

Geração e política social.

UFF (2) - SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira;

Serviço Social, Políticas Públicas e Formação Profissional.

UFJF – SERVIÇO SOCIAL:

Políticas Sociais e Gestão Pública;
Serviço Social e Sujeitos Sociais.

UFRJ – SERVIÇO SOCIAL:

Políticas Sociais;
Processo de trabalho e classes sociais;
História e concepções contemporâneas do Serviço Social;
Teoria social e serviço social;
Temas Urbanos;
Cultura e movimentos sociais;
Estado, Sociedade e Direitos Humanos;
Democracia e Globalização.

UFV – ECONOMIA DOMÉSTICA:

Definição de Padrões de Performance;
Família, Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano e Social;
Trabalho, Consumo e Cultura.

UNESP – SERVIÇO SOCIAL:

Serviço Social: mundo do trabalho;

Serviço Social: formação e prática profissional.

UNICSUL – POLÍTICAS SOCIAIS:

Políticas Sociais, Famílias e Desigualdades Sociais;
Cidades, Cultura e Práticas Sociais.

REGIÃO SUL

PUC RS – SERVIÇO SOCIAL:

Gerontologia social;
Serviço Social e Políticas Sociais;
Serviço Social e Processos de Trabalho.

UCPEL – POLÍTICA SOCIAL:

Estado, direitos sociais e política social;
Cidadania, proteção social e acesso à justiça.

UEL – SERVIÇO SOCIAL:

Serviço Social e Processos de Trabalho;
Gestão de Políticas Sociais.

UFSC – SERVIÇO SOCIAL:

Direitos, Sociedade Civil, Políticas Sociais na América Latina;

Serviço Social, Ética e Formação Profissional;
Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana.

Do total de Programas de Pós-Graduação, apenas três apresentam linhas de pesquisa que abordam a questão ambiental. São eles: Universidade Federal do Amazonas – UFAM – com a linha “Serviço Social, Diversidade Sócio-Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia”; Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - com a linha “Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social” e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC RIO - com a linha “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social”. Dos três Programas, a UFAM conta apenas com nível de Mestrado, UFPE e PUC RIO, Mestrado e Doutorado.

Passou-se, posteriormente, à identificação dos trabalhos que abordam a questão ambiental. Estes trabalhos, uma vez identificados, foram analisados, uma vez que os Cadernos não apresentam as palavras-chaves ou resumos dos trabalhos, efetuando-se uma seleção pelos títulos daqueles que, num primeiro momento, pareciam abordar de alguma forma questões ambientais. Após esse levantamento inicial, que resultou num total de **116 dissertações e 53 teses**, optamos por refinar a busca utilizando de palavras-chave.

As palavras-chave empregadas foram as seguintes: Meio Ambiente, Questão/Debate Ambiental, Questão(ões) Socioambiental(ais), Socioambiental(ais) e Sócio-ambiental(ais), Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, Sustentável(eis), Ambiental(ais) e

Ambiente, Injustiça/Justiça Ambiental(ais). A partir da seleção por palavras-chave, chegamos a um total de **59 dissertações e 14 teses**. Das 59 dissertações, 16 foram produzidas em Programas de Pós-Graduação da Região Norte, 10 na Região Nordeste, 2 na Região Centro-Oeste, 22 na Região Sudeste e 9 na Região Sul. Os dados são apresentados estatisticamente abaixo:

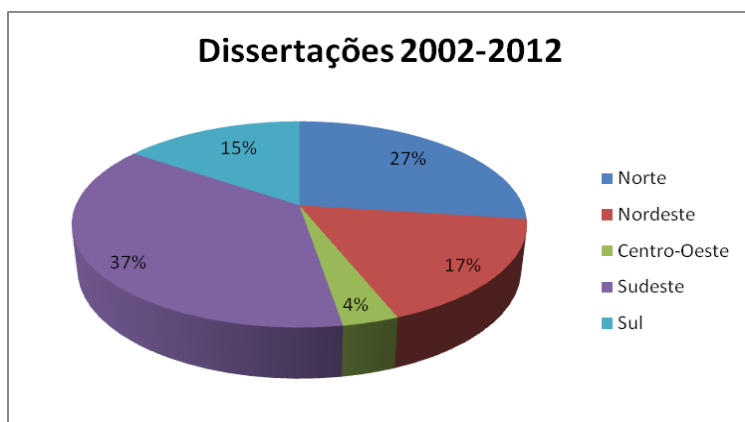


Figura 3- Quantitativo de Dissertações. Elaboração própria.

Com relação às teses, a partir da busca pelas mesmas palavras-chave, chegamos ao seguinte resultado: nenhuma tese produzida na Região Norte, 5 na Região Nordeste, 1 na Região Centro-Oeste, 6 na Região Sudeste e 2 na Região Sul, com os percentuais apontados na figura abaixo:

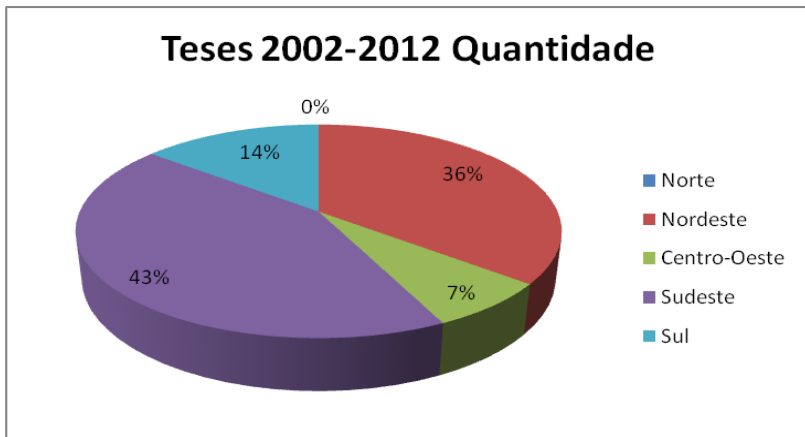


Figura 4- Quantitativo de Teses. Elaboração própria.

Buscamos também analisar se a presença de linhas de pesquisa específicas nos Programas se traduziu num significativo aumento do número de publicações no período analisado. Assim, de um total de 59 dissertações no período analisado, 19 dissertações foram escritas nos Programas que constam com linhas de pesquisa específicas, perfazendo um percentual de 32,20% do total de publicações. Com relação às teses, foram escritas 5 nesses Programas, em um universo de 14, perfazendo um percentual de 35,71% do total das publicações. Considerando que estamos tratando de um universo de 3 Programas de Pós-Graduação, num grupo com ao menos 30 Programas, é um número significativo – em média um terço das publicações com referência à temática ambiental – indicando que a criação de linhas de pesquisa tem contribuído para a elevação do número de publicações específicas, contribuindo de forma fundamental para a inclusão e amadurecimento

do debate ambiental no Serviço Social.

Buscou-se comparar estes dados, aos do mapa dos conflitos ambientais no Brasil, e se pode constatar que a produção nas três regiões onde os conflitos ocorrem em maior grau correspondem a uma produção maior de trabalhos com temática ambiental: as regiões, em ordem decrescente, colocam o Nordeste em primeiro lugar no país em conflitos ambientais, com 29,45% dos conflitos, o Sudeste em segundo com 27,7% e o Norte em terceiro com 21,28% dos conflitos. Tanto na produção de dissertações, como de teses, há alguma equivalência: com relação às dissertações, 37% produzidas na região Sudeste, 27% na região Norte e 17% na região Nordeste; com relação às teses, Sudeste com 43%, Nordeste com 36% e Norte com 14%. Outros fatores por certo influenciam no quantitativo da produção nos programas de Pós-Graduação apontados – e reconhecido pela Capes – mas interessou-nos a comparação entre estes dados, que podem indicar que a intensidade dos conflitos ambientais na região possa influenciar a produção relacionada aos temas ambientais. Abaixo, segue mapa dos conflitos ambientais no país, de acordo com dados do estudo organizado pela Fiocruz.

Região	Estado	Conflitos principais	Conflitos Relacionados ⁺	Total	% Por Estado	% pó Região
Centro-Oeste	Goiás	8	1	9	2,62	9,62
	Mato Grosso	13	3	16	4,66	
	Mato Grosso Sul	6	2	8	2,33	
Nordeste	Alagoas	9	0	9	2,62	29,45
	Bahia	16	4	20	5,83	
	Ceará	9	3	12	3,50	
	Maranhão	8	3	11	3,21	
	Paraíba	6	4	10	2,92	
	Pernambuco	13	3	16	4,66	
	Piauí	4	1	5	1,46	
	Rio Grande Norte	9	0	9	2,62	
	Sergipe	8	1	9	2,62	
	Acre	8	0	8	2,33	
Amapá	8	0	8	2,33		
Amazonas	15	2	17	4,96		
Pará	10	3	13	3,79		
Rondônia	9	0	9	2,62		
Roraima	8	0	8	2,33		
Tocantins	9	1	10	2,92		
Sudeste	Espírito Santo	13	0	13	3,79	27,70
	Minas Gerais	23	4	27	7,87	
	Rio de Janeiro	20	1	21	6,12	
	São Paulo	30	4	34	9,91	
Sul	Paraná	15	2	17	4,96	11,95
	Rio Grande do Sul	10	3	13	3,79	
	Santa Catarina	10	1	11	3,21	
Total		297	46	343		

Figura 5- Mapa dos Conflitos Ambientais no Brasil²⁶.

As dissertações e teses filtradas por palavras-chave são apresentadas a seguir, de forma regionalizada e apresentam uma diversidade de temas tais como políticas públicas, legislação, unidades de conservação, educação ambiental, questão agrária e conflitos ambientais.

²⁶

Disponível em <http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=resumo>>. Acesso em 19/01/2016.

RELAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES POR REGIÃO NO PERÍODO 2002-2012

REGIÃO NORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Título (dissertação): A Política de Educação Ambiental no Município de Belém: um olhar do Serviço Social

Autoria: RODRIGUES, T. C. O.A.

Ano: 2004

Título (dissertação): Assistência Social e Ambiente: uma Análise do projeto Aproveitamento Sustentável da Andiroba no estado do Amapá

Autoria: FONSECA, C. T.

Ano: 2006

Título (dissertação): A Gestão da Defesa Civil no estado do Pará frente aos Desastres Ambientais

Autoria: MONTEIRO, S. N

Ano: 2006

Título (dissertação): Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE – Tucuruí

Autoria: BASILE, C. G

Ano: 2007

Título (dissertação): Ecoturismo E Sustentabilidade: Perspectivas À Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Autoria: EWERTON, M. D

Ano: 2007

Título (dissertação): Desenvolvimento das Cidades: verso e reverso da concepção de sustentabilidade sócio-ambiental na Bacia Hidrográfica do Tucunduba em Belém - PA

Autoria: BARROS, L. G. C. B

Ano: 2008

Título (dissertação): Meio Ambiente na percepção dos moradores das ocupações Riacho Doce e Pantanal na Bacia Hidrografia na Igarapé Tucunduba - PA

Autoria: MACÉDO, C. M

Ano: 2008

Título (dissertação): Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande: permanência e mudança no trabalho e no patrimônio ambiental do pescador artesanal na comunidade de Curuçá/PA

Autoria: SOUZA, M. A. M

Ano: 2008

Título (dissertação): Agricultura familiar: o processo de formação para a sustentabilidade na comunidade de Marupaúba município de Tomé-Açu/PA

Autoria: BARROS, M. T. P

Ano: 2010

Título (dissertação): Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o serviço social

Autoria: GUIMARÃES, J. T. S

Ano: 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ JOÃO PESSOA

Título (dissertação): A atividade econômica do caulim: o passivo socioambiental no junto do Seridó/PB

Autoria: SOUSA, E. M. N

Ano: 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS*

Título (dissertação): condições de vida da população no entorno do Lago do Aleixo: um estudo sócio-ambiental

Autoria: ARAÚJO, I. S

Ano: 2009

Título (dissertação): Tecnologia social de incubação de empreendimentos solidários e de autogestão: análise da organização do trabalho da associação de reciclagem e proteção ambiental (ARPA/MANAUS-AM).

Autoria: COELHO, P. L. A

Ano: 2009

Título (dissertação): Gestão social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas

Autoria: SILVA, S. Q.

Ano: 2011

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Título (dissertação): Programa Comunidade Ativa: análise da implantação e resultados das estratégias de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável nos Municípios Piauienses de Alto Longá, Joaquim Pires e Morro do Chapéu

Autoria: LUSTOSA, E. M. B

Ano: 2007

Título (dissertação): Gestão integrada de políticas públicas: Reforma agrária e equilíbrio ambiental - uma sinergia possível

Autoria: MATOS, T. C. C

Ano: 2008

REGIÃO NORDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO*

Título (dissertação): A morada do teimoso: as práticas sócio-ambientais de resistências em Mãe Luíza / Natal - um território (in)sustentável?;

Autoria: SILVA, A.L.

Ano: 2003

Título (dissertação): Desenvolvimento sustentável e pobreza: o farol do desenvolvimento no Banco do Nordeste em São Gonçalo do Amarante - CE

Autoria: FREIRE, M. C. M

Ano: 2003

Título (dissertação): Capitalismo contemporâneo, produção destrutiva e questão ambiental: a direção social dada pelas organizações da sociedade civil ao trato da problemática do "lixo" urbano

Autoria: VALENÇA, M.

Ano: 2005

Título (dissertação): Questão ambiental e assentamento rural: a luta por uma sustentabilidade alternativa no assentamento Novo Horizonte II, em Maxaranguape - RN

Autoria: ARAÚJO, R. C. B

Ano: 2007

Título (dissertação): Conflitos socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais

Autoria: SILVA, L. B

Ano: 2007

Título (dissertação): ICAPUÍ / CE: um estudo sobre o impacto do terceiro setor no desenvolvimento local e sustentável

Autoria: MATIAS, M. L

Ano: 2007

Título (dissertação): A “questão ambiental” e a intervenção do serviço social nos programas socioambientais das empresas

Autoria: RAFAEL, PAULA RAQUEL BEZERRA

Ano: 2008

Título (dissertação): Sindicalismo rural e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica

Autoria: SILVA, M. R. G

Ano: 2012

Título (tese): terra de mangue não é terra de habitar: sustentabilidade na produção do espaço a partir das subjetividades que envolvem o manguezal do Pina, no Recife

Autoria: BRYON, M. E. Q

Ano: 2005

Título (tese): Capitalismo Contemporâneo e "questão ambiental": uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Autoria: SILVA, M. G

Ano: 2008

Título (tese): A degradação ambiental como expressão da produção destrutiva do capital: uma análise da carcinicultura e suas implicações nas condições de vida e de trabalho das populações tradicionais

Autoria: SILVA, A. L

Ano: 2009

Título (tese): Interface entre Racismo e Meio Ambiente na Configuração Sócio-Espacial da Ilha de Deus em Recife

Autoria: SOUSA, T. C. V

Ano: 2011

Título (tese): Pescador de ilusões: o trabalho da pesca artesanal e a sustentabilidade do desenvolvimento em comunidades pesqueiras nos municípios de Pão de Açúcar e Olho D'Água do Casado no Baixo São Francisco alagoano

Autoria: PEIXOTO, A. C. B

Ano: 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Título (dissertação): O desenvolvimento local sustentável no semi-árido nordestino: um estudo de caso na comunidade de Mirandas, Caraúbas/RN

Autoria: FALÇÃO, Roberta Borges de Medeiros

Ano: 2005

REGIÃO CENTRO-OESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO

Título (dissertação): Serviço social e questão ambiental: desafios para a formação profissional na contemporaneidade

Autoria: OLIVEIRA, T. R. F. M

Ano: 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Título (dissertação): Cidadania induzida: uma crítica aos programas governamentais de indução do desenvolvimento sustentável

Autoria: Costa, P. H. E. L

Ano: 2002

Título (tese): As ONG's como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades

Autoria: PEREIRA, M. H

Ano: 2007

REGIÃO SUDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Título (dissertação): Os Pólos Agroflorestais como Política de Desenvolvimento Rural Sustentável em Rio Branco no Acre: da Proposição à Realidade

Autoria: SOUZA, E. F

Ano: 2008

Título (dissertação): O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas

Autoria: CORRÊA, D. C

Ano: 2010

Título (dissertação): Questão social e meio ambiente: apropriação do território e os impactos ambientais em Juiz de Fora/MG

Autoria: MOREIRA, E. M. C
Ano: 2011

Título (dissertação): Legislação Ambiental e Reprodução Socioeconômica de Pequenos Produtores Rurais da Micro-bacia Hidrográfica do Córrego do Grama, Coimbra/MG
Autoria: SANT'ANNA, M. A. C. M
Ano: 2011

Título (dissertação): Questões Socioambientais e o Viver na Cidade de Viçosa-MG: uma Análise a Partir da Percepção de seus Moradores
Autoria: CARVALHO, M. M
Ano: 2012

Título (dissertação): Análise das Ações e Práticas de um Programa de Educação Ambiental e a Perspectiva dos Sujeitos Sociais Atendidos
Autoria: VIEIRA, T. B
Ano: 2012

Título (dissertação): Licenciamento, Conflito e Justiça Ambiental: uma Análise a partir dos Coletivos em Rede na Zona da Mata Mineira
Autoria: SANTOS, P. M
Ano: 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO*

Título (dissertação): Formação de valores sócio-ambientais: uma experiência em Educação Ambiental
Autoria: SOUZA, R. F. de
Ano: 2003

Título (dissertação): Desenvolvimento sustentável e gestão das cidades na globalização
Autoria: Aline L
Ano: 2005

Título (dissertação): Rio Pirai: mudanças ambientais e transformações sócio-culturais - curso, percurso e transcurso de um corpo d' água

Autoria: CABRAL, E. M. G

Ano: 2006

Título (dissertação): Política socioambiental: Construindo o conceito através do Projeto EcoBarreiras

Autoria: PEREIRA, M. F. C

Ano: 2010

Título (dissertação): Responsabilidade socioambiental: um novo espaço de atuação ocupacional do Serviço Social

Autoria: ALCANTARA, G.O

Ano: 2010

Título (dissertação): Propostas e práticas de Educação Ambiental em uma escola pública. Estudo do Projeto Amigos do Meio Ambiente na Escola Estadual Presidente Castelo Branco

Autoria: CECILIO, A. R. L

Ano: 2011

Título (dissertação): O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM - e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus

Autoria: GARRIDO, A.L

Ano: 2011

Título (dissertação): Os impactos socioambientais da implementação da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé na comunidade Nossa Senhora do Livramento

Autoria: LOUZADA, L.X

Ano: 2011

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

Título (dissertação): Ideologia e crise ambiental: limites e tragédias do ambientalismo

Autoria: REZENDE, G

Ano: 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Título (tese): Conflitos socioambientais e o direito à água: Aspectos jurídicos e sociais da Política Nacional de Recursos Hídricos

Autoria: GOMES, G. F

Ano: 2011

Título (tese): A lógica destrutiva do capital, crise ambiental, mudanças climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental

Autoria: ZACARIAS, R

Ano: 2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Título (dissertação): Das lamentações à realização dos sonhos? Educação ambiental e mudanças sociais

Autoria: BASTOS, K. R. P

Ano: 2004

Título (dissertação): Responsabilidade socioambiental empresarial na loja Extra Hipermercado Santa Rosália do Grupo Pão de Açúcar: uma experiência em questão - Sorocaba/SP 2000/2009

Autoria: ANDRADE, S. A. L

Ano: 2009

Título (dissertação): Serviço social e sustentabilidade: uma nova demanda para a profissão

Autoria: MENDES, M. M

Ano: 2011

Título (tese): Costa Oeste do Paraná e a Hidrelétrica Binacional de Itaipu: Um Estudo Sobre a Dinâmica da Gestão Ambiental nos Municípios Lindeiros

Autoria: Roesler, M.R.V.B

Ano: 2002

Título (tese): Metodologia de intervenção sócio-ambiental: a consolidação de interfaces na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Autoria: CAMOLESI, A. B.
Ano: 2004

Título (tese): Sustentabilidade e serviço social: novos paradigmas
Autoria: ATAURI, I. C
Ano: 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Título (tese): Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo
Autoria: MENDES, R. C. L. O
Ano: 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (FRANCA)

Título (dissertação): A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)
Autoria: DIAS, M. R
Ano: 2012

REGIÃO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Título (dissertação): Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o serviço social
Autoria: BOURCKHARDT, V
Ano: 2010

Título (dissertação): Faces do desastre sócio-ambiental do Vale do Itajaí: análise dos desafios lançados ao Serviço Social
Autoria: CAMPOS, C. C
Ano: 2011

Título (dissertação): A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis: novas demandas ao serviço social

Autoria: NUNES, L. S

Ano: 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Título (dissertação): Responsabilidade social empresarial: parceria interinstitucional trilhando caminhos para a sustentabilidade social

Autoria: SCHMIDT, J. A. C

Ano: 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Título (dissertação): Desenvolvimento sustentável e cultura de paz no meio escolar: desafios para o serviço social

Autoria: OLIVEIRA, S. B

Ano: 2007

Título (dissertação): O papel das Organizações de Economia Solidária na promoção da sustentabilidade dos Agricultores Familiares Agroecológicos da região de Pelotas

Autoria: GOTUZZO, G. L

Ano: 2009

Título (dissertação): Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão

Autoria: SANTOS, S. J. E

Ano: 2011

Título (tese): O Serviço Social nas Trilhas do Planejamento Sócio-ambiental participativo: um desafio para a contemporaneidade

Autoria: BONDER, C

Ano: 2005

Título (tese): A Prática do Assistente Social em uma Comunidade sustentável: um desafio para a sociedade contemporânea

Autoria: DORNELLES, D. F

Ano: 2005

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Título (dissertação): Desenvolvimento sustentável na zona sul do Rio Grande do Sul: demandas para as políticas educacionais

Autoria: BOM, L. R. F

Ano: 2010

Título (dissertação): Os princípios básicos da educação ambiental na lei – PNEA 9.795/99 e o ensino técnico profissionalizante de nível médio no IF – sul-rio-grandense Campus Pelotas: aproximações e distanciamentos

Autoria: FARIAS, J. L. C

Ano: 2010

*Programas de Pós-Graduação que apresentaram Linhas de Pesquisa com temática socioambiental.

Após a aplicação das palavras-chaves, restaram, conforme se mencionou, 59 dissertações e 14 teses. Uma vez que o objetivo deste trabalho não se limita a analisar apenas os dados quantitativos, mas qualitativos dessas produções, restava a necessidade de efetuar uma seleção do *corpus* sobre o qual a análise se centraria. Para além de apresentar informações que possam dimensionar a proporcionalidade das produções na área ambiental – apontando quer seu aumento, quer uma suposta “inexpressividade” desse debate no Serviço Social – intentamos nos aproximar desse debate para conhecer a forma como se tem apropriado e debatido a temática nesses Programas. Uma vez que

não havia condições de efetuar a leitura de todos os trabalhos, optou-se por efetuar uma seleção de alguns trabalhos, a partir de algum critério: determinou-se que este critério seria regional, ou seja, que selecionaríamos um trabalho em cada modalidade – dissertação ou tese – por região do país. Assim, foram selecionadas 5 dissertações e 4 teses²⁷, totalizando nove trabalhos a serem analisados. Buscamos, na escolha dos trabalhos, selecionar trabalhos que representassem uma diversidade de temas voltados à discussão ambiental, buscando apreender e exemplificar quais são e apontar as formas como tem se apropriado da discussão. As teses da região Sul não foram encontradas em formato PDF *online*. Após contato com os Programas e tentativa de contatar os autores, mal-sucedida, pesquisas apontaram que um desses trabalhos havia sido publicado por uma editora e estava disponível para aquisição. Adquirimos o mesmo para dar continuidade ao trabalho. Efetuada essa ressalva, os trabalhos selecionados são apontados abaixo:

Dissertações:

1) “Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social” – UFPA/2011 (D1).

Autora: Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães

Orientadora: Olinda Rodrigues da Silva

²⁷ Conforme dados apresentados anteriormente, a região Norte não apresentou Programa de Pós-Graduação em nível de Doutorado. Optamos por manter o critério apesar dessa ausência e por não incluir um segundo trabalho de outra região.

2) “Conflitos socioambientais na Praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais” – UFPE/2007 (D2).

Autora: Laurileide Barbosa da Silva

Orientadora: Vitória Régia Fernandes Gehlen

3) “Serviço Social e Questão Ambiental: desafios para a formação profissional na atualidade” – UFMT/2012 (D3).

Autora: Tatiane Ropck Félix Mendes de Oliveira

Orientadora: Tânia Maria Santana dos Santos

4) “O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?” – UFJF/2010 (D4).

Autora: Deborah Cristina Corrêa

Orientador: Pedro de Novais Lima Júnior

5) “Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social” – UFSC/2010 (D5).

Autora: Vandenéia Bourckhardt

Orientador: Hélder Boska de Moraes Sarmiento

Teses:

1) “Capitalismo contemporâneo e ‘questão ambiental’: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social” – UFPE/2008 (T1).

Autora: Maria das Graças e Silva

Orientadora: Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes

2) “As ONG’s como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades” – UNB/2007 (T2).

Autor: Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua

Orientadora: Nair Heloísa Bicalho de Sousa

3) “Sustentabilidade e Serviço Social: Novos paradigmas” – PUC SP/2009 (T3).

Autora: Ilda Chicalé Atauri

Orientadora: Maria Lucia Martinelli

4) “A prática do Assistente Social em uma Comunidade Sustentável: desafios para a sociedade contemporânea” – PUC RS/2005 (T4).

Autora: Denise Yasodã Freitas Dornelles

Orientadora: Patricia Krieger Grossi

A partir da definição dos trabalhos que seriam analisados, buscamos definir o que seria analisado nos mesmos. Alguns eixos ou temas foram definidos. São eles: a) seus objetos de pesquisa ou a questão em debate, para compreender que discussões relacionadas à questão ambiental têm provocado a reflexão dos profissionais; b) os principais conceitos ou categorias empregados, no intuito de perceber que conceitos categorias têm lançado mão para compreensão do objeto de pesquisa, bem como estabelecer se há algum tipo de unidade nesse

sentido; c) que referências foram empregadas, identificando as principais no trato da questão ambiental; d) qual a compreensão da questão ambiental e sua relação com a questão social? Há uma preocupação em estabelecer nexos entre ambas? E busca-se definir os termos do debate?; e) há uma preocupação em definir os termos do que se compreende por sustentabilidade/desenvolvimento sustentável? Qual o sentido tem se dado a este termo? f) que matriz analítica serve como fundamentação do trabalho; g) a perspectiva empregada, se de matriz antropocêntrica ou ecocêntrica e em qual linha específica.

4.1 AS PROBLEMÁTICAS QUE FUNDAMENTARAM AS PESQUISAS

Com relação às problemáticas de pesquisa, a seleção dos trabalhos analisados buscou privilegiar temas distintos com o intuito de perceber a forma como estes foram construídos, apontando, eventualmente, tendências do debate na profissão, bem como apreender a forma com que estes relacionam suas problemáticas à questão ambiental e estabelecer se haveria um fio condutor comum nestas.

As problemáticas desenvolvidas compreendem, como veremos, temas distintos: educação ambiental, conflitos socioambientais e apropriação do espaço, a formação profissional e sua relação com a questão ambiental, a análise da produção de artigos com temática ambiental nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais – CBAS -, o conceitual marxista sobre a temática ambiental, o debate sobre desenvolvimento sustentável e sua relação com o modo de produção, o

papel das ONG's nas políticas socioambientais, gestão ambiental e serviço social e, por fim, serviço social e sua atuação com o desenvolvimento sustentável numa comunidade sustentável.

Assim, o trabalho **D1**, da Região Norte, sob o título “Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social” insere-se na discussão da política de habitação, especificamente, tem o intuito de problematizar a compreensão da dimensão ambiental dos assistentes sociais que operam a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV -, notadamente, na elaboração do eixo de Educação Sanitária e Ambiental do Trabalho Técnico Social dos empreendimentos.

O trabalho **D2**, da Região Nordeste, sob o título “Conflitos socioambientais na Praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais” busca problematizar a questão ambiental a partir dos conflitos socioambientais na Praia de Gaibu, no município de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. Objetiva “investigar os conflitos socioambientais para a efetivação dos direitos sociais, considerando a transformação do lugar a partir do processo de urbanização e industrialização ocorrido desde a década de 1970 do século passado” (D2, p. 7).

No trabalho **D3**, da Região Centro-Oeste, sob o título “Serviço Social e Questão Ambiental: desafio para a formação profissional na contemporaneidade” o debate centrou-se sobre a análise do processo formativo dos assistentes sociais em três universidades da região – Universidade Federal de Mato Grosso, UNIVAG e UNIC -. com o

intuito de apurar se a questão ambiental, concebida enquanto um desafio para a formação profissional, encontrava-se nas diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social dessas universidades.

O trabalho **D4**, da Região Sudeste, sob o título “O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?” consistiu em identificar como o debate sobre a questão ambiental tem sido apropriado e se difundido no Serviço Social. Para tanto, realizou um levantamento das publicações de artigos nos Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS - de 1992 a 2007. Seu trabalho centrou-se na apuração de dados quantitativos.

Já o trabalho **D5**, da Região Sul, com o título “Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social objetivou realizar “um estudo conceitual dos fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e sua relação com o Serviço Social” (D5, p. 28).

Com relação às teses, encontramos também temas bastante diversificados. A **T1**, da Região Nordeste, sob o título “Capitalismo contemporâneo e ‘questão ambiental’: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social” buscou compreender o debate acerca do Desenvolvimento Sustentável “como expressão da tentativa de estabelecer mecanismos de controle da relação sociometabólica do capital” (T1, p. 14), analisando seu conteúdo e a forma como tem sido propagado por agências internacionais, assim como dos instrumentos pragmáticos adotados em nome de uma pretensa sustentabilidade.

A **T2**, Região Centro-Oeste, com o título “As ONG’s como mediação político- jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades” busca apreender o papel das ONG’s na mediação sócio-jurídica em temas ambientais em processos emancipatórios de comunidades. Centra sua análise na atuação efetiva dessas organizações com o intuito de verificar seus efeitos sobre as políticas públicas socioambientais, com foco sobre atuação de duas organizações que atuam em regiões do cerrado, uma localizada no Distrito Federal – que atua na região do Parque Ezequias Heringer ou Parque do Guará -, e outra em Goiás – na região da Usina Hidrelétrica do vale do Rio São Marcos na Serra do Facão.

A **T3**, da Região Sudeste, com o título “Sustentabilidade e Serviço Social: Novos paradigmas” teve como objetivo “realizar uma análise da relação do Serviço Social com a Sustentabilidade, no âmbito da política ambiental brasileira. Voltou-se para a apreensão da profissão e sua interlocução com a “gestão ambiental e sustentável” (T3, p. 10) em organizações empresariais e governamentais na cidade de Bauru/SP.

Por fim, a **T4**, da Região Sul, sob o tema “A prática do Assistente Social em uma comunidade sustentável: Desafios para a sociedade contemporânea” objetivou abordar a prática do assistente social numa comunidade sustentável, no caso, uma Comunidade – “alternativa” – Morada da Paz, criada no Distrito de Vendinha – Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul e da qual a profissional fazia parte e que foi posteriormente transformada numa ONG de Educação Ambiental.

No conjunto das publicações encontradas, podemos estabelecer que os trabalhos inserem-se em eixos específicos, que poderiam ser agrupados nos grandes temas seguintes: políticas públicas, legislação, unidades de conservação, educação ambiental, conflitos socioambientais, desenvolvimento sustentável, em nível conceitual e de práticas ditas sustentáveis, responsabilidade socioambiental, questão ambiental e questão agrária. Nos trabalhos analisados, foram classificados da forma como se segue:

	EIXO
D1	Educação Ambiental
D2	Conflitos Socioambientais
D3	Questão Ambiental
D4	Questão Ambiental
D5	Questão Ambiental
T1	Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
T2	Políticas Públicas
T3	Desenvolvimento Sustentável
T4	Desenvolvimento Sustentável

Tabela 3 - Eixos dos trabalhos. Elaboração própria.

4.2 A FORMAÇÃO DOS AUTORES

Como veremos na análise acerca da matriz analítica empregada na problematização dos temas abordados, há uma diversidade de perspectivas que chamou a atenção do autor, motivando-o a pesquisar e

estabelecer as formações dos autores dos trabalhos, como um possível indicador explicativo da pluralidade teórica observada. Cabe ressaltar que é cada vez mais comum, em tempos de um apelo ao debate interdisciplinar, a aproximação de outras áreas de formação ao Serviço Social e vice-versa. Tal aproximação, na visão do autor, está relacionada às diretrizes curriculares oriundas da ABEPSS, em sintonia com o projeto ético-político profissional, com uma formação com bases crítico-marxistas, campo de reflexão cada vez mais restrito nas universidades públicas do país, diante da ofensiva do pensamento pós-moderno e conservador. É importante ressaltar, nesse sentido, que entre os princípios das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS - do ano de 1999, encontramos a opção teórica hegemônica no princípio que preceitua a “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”, embora se preceitue também a “presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional” e o “exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais”. Há assim, um espaço claro para a presença de linhas de pensamento distintas, como elemento da própria dinâmica da vida acadêmica e intelectual.

Na mesma direção, segue o Código de Ética Profissional - RESOLUÇÃO CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO 93 – ao manifestar, em seus princípios fundamentais, o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia,

emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, bem como a “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas”.

Essa abertura ao debate sob uma orientação hegemônica de matriz marxista é ainda um campo de grandes controvérsias que não serão abordadas aqui por fugir ao escopo do presente trabalho. Quer-se, com isso, demonstrar que os distintos olhares e correntes teóricas observados nos trabalhos estão fundamentados na garantia do pluralismo teórico e profissional, o que não significa que inexistam conflitos e enfrentamentos entre as diversas correntes presentes. Trabalhamos com a hipótese de que as distintas abordagens tivessem relação com a formação dos profissionais. A partir dessa hipótese, buscamos formular um quadro dos dados constantes na Plataforma *Lattes*, onde constam os currículos dos pesquisadores, que foram sistematizados e que podem ser observados abaixo:

FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES

	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
D1	Serviço Social - UFPA	Serviço Social – UFPA	Educação (em andamento)
D2	Economia Doméstica - UFRPE	Serviço Social - UFPE	Serviço Social - UFPE
D3	Serviço Social – UFMT	Política Social - UFMT	---
D4	Serviço Social – UFJF	Serviço Social – UFJF	---
D5	Serviço Social - UNIOESTE	Serviço Social - UFSC	---
T1	Serviço Social - UFPE	Serviço Social - UFPE	Serviço Social - UFPE
T2*	Direito - UNESP Teologia – ITQRP**	Estudos Linguísticos - UNESP	Política Social - UNB
T3	Serviço Social – ITE	Serviço Social - UNESP	Serviço Social – PUC/SP
T4***	Serviço Social e Políticas Sociais – PUC/RS	Serviço Social e Políticas Sociais – PUC/RS	Serviço Social e Políticas Sociais – PUC/RS

Tabela 4 - Formação dos Pesquisadores. Fonte: Plataforma *Lattes*.
Elaboração própria.

* Possui Pós-Doutorado em Sociologia do Direito pela Universidade da Picardia (Amiens - França).

** Instituto Teológico Quadrangular de Rio Preto.

*** Pós-doutora em Políticas Sociais e Cidadania pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra-CES-UC\Portugal.

Os dados indicam ao menos duas informações importantes: de um lado, no trabalho T2, a formação acadêmica em nível de graduação e pós-graduação em outra área que não o Serviço Social, pode ser um fator na adoção de uma matriz analítica distinta. Aqui, não consideramos trajetórias pessoais, uma vez que seria difícil e talvez até mesmo questionável avaliar tais aspectos. Ainda assim, a introdução desse trabalho específico, permite concluir sua trajetória como desempenhando um importante papel na adoção da teoria sistêmica que emprega como matriz analítica, como veremos adiante.

Por outro lado as teses T3 e T4 foram escritas por pesquisadoras oriundas da Pontifícia Universidade Católica, a primeira de São Paulo, a segundo do Rio Grande do Sul. A matriz teórica, nesse sentido, como veremos adiante, pode guardar relação com a Universidade de formação destas. É apenas um indicativo aqui, uma vez que tal afirmação, para confirmação, deveria se basear num estudo amplo de caráter quanti-qualitativo, mas é comum as universidades serem caracterizadas por uma certa linha teórica, não seria, portanto, nada que já não se saiba. No caso da T4, a situação também é semelhante em alguns aspectos à T2, com uma clara exposição do papel da trajetória pessoal na adoção da perspectiva adotada.

A partir do exposto acima, passamos ao tópico seguinte, que aborda a matriz analítica dos trabalhos analisados, para poder verificar a hipótese formulada.

4.3 A MATRIZ ANALÍTICA

Consideramos a matriz analítica que fundamenta os trabalhos um dado essencial. A partir de nossa análise, pudemos apurar que nem todos os trabalhos desenvolveram, de forma consistente, **uma opção teórica clara** e/ou coerente, repercutindo sobre o desenvolvimento do trabalho e transparecendo, em alguns casos, uma insuficiente apropriação da temática e dificuldade em desenvolver o tema dentro do debate amplo da questão ambiental.

Constatou-se, ainda, certo **ecletismo teórico**, o que possibilita o estabelecimento de algumas hipóteses, que vão desde a insegurança na busca pelas fontes, uma vez que grande parte do referencial ainda provém de outras áreas de conhecimento, notadamente do campo das ciências sociais, mas também demonstra um processo formativo ainda deficitário, considerando-se se tratar de trabalhos em Programas de Pós-Graduação, dos quais se esperaria um maior rigor conceitual na elaboração das análises propostas.

Em alguns casos, empregaram-se conceitos e categorias sem a preocupação com a caracterização dos mesmos, o que denota um desconhecimento da polissemia que caracteriza alguns conceitos no campo das ciências sociais. Acerca desses conceitos e categorias destinaremos uma sessão específica. Apesar de encontrar trabalhos com um grau de ecletismo exacerbado, outros trabalhos foram construídos sobre bases teóricas mais sólidas e com uma narrativa mais coerente. A diversidade de fontes e a reduzida produção de literatura no Serviço Social podem ter contribuído para o ecletismo observado, embora na tradição crítica, já data de algum tempo a busca por uma fundamentação

da questão ambiental, como pode ser observado, por exemplo, nas formulações presentes na D5. Estas dificuldades foram encontradas em pelo menos duas dissertações de orientação crítica:

Para realizarmos um debate que se dê dentro destes marcos, é imprescindível nos apropriarmos teoricamente de discussões que nos mostre a estreita relação entre homem e a natureza - que não seja nem naturalista e muito menos antropocêntrica - pois ambos se complementam e se pertencem, demonstrando assim que a problemática ambiental é de caráter social, para tanto resgatando a estreita relação homem e natureza (D1, p.55).

Estão presentes também onde a ausência de uma matriz teórica como fio condutor de análise resultou num debate dúbio sobre a questão ambiental, em que o debate é permeado por afirmações um tanto vagas sobre a compreensão da questão ambiental e outras vezes é reduzida à sua dimensão ecológica. Veja-se, por exemplo, a seguinte citação:

A questão ambiental e sustentável constitui, hoje, um chamamento global e local dos governos do mundo todo, empresas, instituições, autarquias e de todas as pessoas, com o intuito de ajudar a proteger o meio ambiente, do qual o homem necessita para garantir a sua própria sobrevivência. Isso não é por acaso, mas em razão das degradações que vêm se arrastando ao longo das décadas e que, por sua vez, envolvem o homem e o espaço que ele ocupa (T3, p. 25).

Por outro lado, nos trabalhos de matriz sistêmica, não se aprofundou o poder explicativo desta vertente, sendo complementada, nessas lacunas, com uma orientação ética ecocentrada, principalmente pela vertente da ecologia profunda (*deep ecology*).

Entende-se haver uma complementaridade entre ambas as abordagens, uma vez que a teoria sistêmica “toma como ponto de partida a degradação das bases biofísicas que permitem a sobrevivência da espécie humana (ROBERTT, 2014, p. 105), tendendo, dessa forma a ver a questão ambiental a partir da noção de desequilíbrios de subsistemas. São observados, nesse sentido, esforços no sentido de mudanças de “mentalidades, valores e atitudes” (Id., p. 105), que se somam ao que consideram a problemática do crescimento populacional e à necessidade de se efetuar modificações na relação com a natureza – que Robertt chama de “abandono de uma relação arrogante com a natureza” (Ibid., p. 107), pontos estes que estariam também presentes nas vertentes ecocêntricas, sendo a oposição entre subsistemas na teoria da complexidade um possível correspondente à concepção centrada sobre a oposição entre uma humanidade como um bloco homogêneo em oposição à natureza, no pensamento ecocêntrico da ecologia profunda, assim como a relação de equilíbrio entre os subsistemas e o abandono da relação arrogante com a natureza, um correspondente ao igualitarismo biosférico (bioética) (FOLDAORI, 2005, p. 92) apregoado pelos ecologistas profundos.

Vejamos, a partir dos trabalhos inscritos nessa matriz, o que afirma o autor da T2:

“Para efeito desta reflexão inicial, queremos deixar claro que a nossa ênfase será no *ecologismo militante* e de caráter socioambiental, conforme a compreensão que lhes foi dada pela análise de Jorge G. Ferrer e Estrella D. Ferrandis (1998)” (T2, p. 35). E complementa:

Neste sentido, o **ecologismo militante** é, portanto, junto com o feminismo e o movimento racial (cf. id., pp. 63 e ss.), uma contribuição decisiva e fundamental às críticas de políticas públicas incapazes de fomentar igualdade, dignidade e liberdade aos membros da sociedade indistintamente. É um pensamento original, exigente e radicalmente diverso. Não se acomoda e nem se adapta à racionalidade das sociedades industriais e nem tampouco avaliza políticas sociais epidérmicas que mantêm os níveis de produção, consumo, embasados numa concepção de crescimento econômico insustentável. **Propõe uma sociedade ecocêntrica ou biocêntrica, em cuja noção a espécie humana se encontra em estreita ligação e reciprocidade cosmológica** (Id, p. 35, grifos nossos).

Ou a seguinte menção, oriunda da T4:

A Comunidade Morada da Paz visa o desenvolvimento de suas atividades seguindo princípios que garantam a sustentabilidade da vida. Não se trata de, nesse momento que o mundo atravessa, simplesmente falar em desenvolvimento econômico e social, mas, principalmente, da capacidade de sustento do ser humano e do próprio planeta Terra. O maior desafio, neste novo século, é compatibilizar aquilo que é necessário para a sua subsistência com o que a natureza pode oferecer, segundo

Daly (1984). Sustentabilidade representa uma proposta em que os indivíduos como seres integrados à natureza, com ela troquem saberes e utilizem os recursos de uma forma racional, harmônica e equilibrada, visando garantir o seu proveito pelas gerações futuras (p. 38).

Vemos, nesses excertos, o estabelecimento de algumas relações entre a perspectiva sistêmica e a ética ecocêntrica. Também é possível observar a ênfase no indivíduo e na mudança de posturas e comportamentos. Esta é reafirmada numa citação a Morin:

Morin (1982) fala dos sujeitos como um ser constituído por dimensões: a ecológica, a antropológica, a cultural, a espiritual, a biológica. O sujeito, em Morin, é quem desencadeia, no singular, as transformações, mas cuja consciência não pode ser uma consciência singular, ela começa no singular, mas tem que se ampliar no coletivo, e é enfático ao dizer que não há consciência sem espírito e consciência e conhecimento, é cultura, é afetividade (T3, p. 60).

Ainda com relação à questão do ecletismo, acreditamos que esta também está relacionada a questões de ordem epistemológica e a observância de procedimentos metodológicos na elaboração dos objetos de pesquisa e construção de hipóteses. Nesse sentido, alguns trabalhos, embora apresentassem um tema de pesquisa relevante do ponto de vista do debate ambiental, tiveram **problemas na elaboração de sua hipótese e/ou problema de pesquisa**, o que dificultou o avanço na análise dos dados empíricos.

Com relação aos trabalhos que apresentaram problemas na definição dos objetos de pesquisa, podemos mencionar duas realidades distintas: de um lado, alguns trabalhos não constituíam, do ponto de vista científico, um problema de pesquisa; de outro lado, observou-se trabalhos que tiveram a problemática de pesquisa mal formulada que acarretou numa abordagem que não conseguiu se ater ao objeto, abordando temas aparentemente desconexos ou apresentando problemas de continuidade, com saltos ou inferências com perceptíveis problemas de relação.

Por outro lado, em alguns casos, somou-se, à construção teórico-metodológica deficitária, aspectos relacionados à **problemática sujeito/objeto de pesquisa**. Explicamos: entendemos que, para a correta construção e elaboração do percurso intelectual de análise de um dado problema de pesquisa, certo distanciamento seja necessário. O que não implica defender uma postura de neutralidade ou de excesso de formalismo no processo de pesquisa, mas, antes, defender uma postura metodológica com certo grau de rigor. As pesquisas participantes, por exemplo, são instrumentos amplamente empregados e legitimados na metodologia científica. Em ao menos um caso, a proximidade do sujeito de pesquisa ao objeto da mesma parece ter inviabilizado o olhar de distanciamento necessário à apreensão do problema. Apresentou-se, também, de forma pouco “ortodoxa” do ponto de vista científico, e com um grau de informalismo e rigor metodológico no mínimo questionáveis.

Ainda, de uma forma geral, esperava-se, quase como uma hipótese geral formulada pelo autor, que as produções refletissem quase

que exclusivamente a direção hegemônica da formação profissional. Isso, contudo, não se concretizou, como se pode perceber pelo exposto até aqui. Trabalhamos, na seção anterior, na formulação da hipótese de que a formação dos profissionais que ingressam nos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social, muitas vezes oriundos de outras áreas de conhecimento onde inexistente uma direção hegemônica no processo de formação, à distinção do Serviço Social, poderia ser um elemento explicativo para a presença de distintas matrizes analíticas que fundamentaram os trabalhos analisados. Essa hipótese, contudo, não se confirmou.

De uma forma geral, grande parte dos trabalhos se insere numa perspectiva progressista em torno da discussão socioambiental, ainda que alguns não cheguem propriamente a caracterizar a problemática ambiental à luz de um claro referencial teórico. O que se quer afirmar com isso, é que, embora mobilizem um referencial de análise, **algumas abordagens não procuraram afirmar o potencial explicativo da teoria empregada**, antes se limitando a afirmar sua filiação a esta ou aquela corrente teórica. O que não significa que a corrente teórica à qual se filiam não ofereça potenciais explicativos à questão ambiental e ao tema específico do objeto de pesquisa, tão somente que alguns trabalhos não se aprofundaram ao ponto de trabalhar de que forma esses referenciais contribuem para a interpretação e explicação das relações analisadas. O resultado é que se parte de um pressuposto que não demonstra sua especificidade no olhar para a questão ambiental, com uma apropriação superficial que em alguns casos desborda apenas na defesa ideológica de pontos de vista,

quando não em afirmações de senso comum e citações teóricas que supostamente fundamentariam tais inferências.

Com relação à postura “progressista” mencionada, isso não significa de forma alguma que as abordagens sejam fundamentadas exclusivamente por uma perspectiva crítica, embora seja interessante constatar que todas as dissertações analisadas inserem-se numa matriz teórica de orientação marxista. No caso das teses, essa unanimidade inexistente. Das 4 teses analisadas, uma única faz clara referência à matriz crítico-marxista (T1), enquanto uma segunda (T2), embora trabalhe com conceitos como justiça ambiental e o papel das ONG’s na mediação de questões socioambientais, não faz essa opção teórica. Resgata, como fundamento de sua análise, a perspectiva sistêmica, a partir da teoria da complexidade em Morin.

Na mesma esteira, encontramos a T4, que se fundamenta também em Morin. Embora inicie sua exposição problematizando a questão dos paradigmas de análise e encampando a defesa de uma complementariedade e necessidade de diálogo entre estas – e especificamente entre a perspectiva crítica e a teoria sistêmica -, em diversas passagens deixa antever uma crítica com a direção majoritária do processo de formação em Serviço Social, que caracteriza como um “grupo hegemônico” antes que idéias hegemônicas, que se apropriariam de uma determinada teoria e não se sensibilizariam para dar ouvidos a outras (T4, p. 99). Relaciona a perspectiva sistêmica a uma visão de mundo holística e assim relaciona teoria sistêmica e ecologia:

Para a teoria da complexidade, a *ecologia* é tratada como consciência ecológica, requer conhecimento e responsabilidade na formulação de uma consciência coletiva e planetária. A *consciência ecológica* não é apenas a tomada de consciência da degradação da natureza, ela é eco-antropo-bio-espiritual”. (p. 93).

Por fim, a T3 insere-se no controverso debate acerca da gestão ambiental (ver Silva) e embora não apresente um referencial explícito, sua análise tende a compreender a questão ambiental e o paradigma da sustentabilidade – como veremos mais adiante - de um ponto de vista compatível com as proposições de organismos internacionais, que representam o que se convencionou chamar como a corrente do ambientalismo moderado. Em alguns momentos, contudo, as colocações da autora parecem inseri-la numa perspectiva funcionalista, quando chama de “caducos”, por exemplo, os “estereótipos” (sic) do capitalismo, numa defesa explícita à não menos controversa atuação socioambiental das empresas, e a defesa do papel Estado como “única, necessária e indispensável” (T3, p. 107) ao desenvolvimento capitalista. A sustentabilidade, nesse trabalho, está subsumida à lógica empresarial e ao paradigma do desenvolvimento sustentável hegemonicamente concebido.

Abaixo, elaboramos um quadro aproximando a formação dos pesquisadores aos referenciais teóricos – quando existentes – empregados em suas análises:

	FORMAÇÃO	MATRIZ ANALÍTICA
D1	Serviço Social - UFPA	Marxista
D2	Economia Doméstica - UFRPE	Marxista
D3	Serviço Social – UFMT	Marxista
D4	Serviço Social – UFJF	Marxista
D5	Serviço Social - UNIOESTE	Marxista
T1	Serviço Social - UFPE	Marxista
T2	Direito - UNESP / Teologia – ITQRP	Sistêmica (Pós-moderna)
T3	Serviço Social - ITE	Sistêmica (Pós-moderna)
T4	Serviço Social e Políticas Sociais – PUC/RS	Sistêmica (Pós-moderna)

Tabela 5 - Formação x Referencial. Elaboração própria.

4.4 AS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS EMPREGADAS

A partir da leitura dos trabalhos selecionados, buscamos estabelecer as principais referências agrupadas por expressão teórica. Tais referências são as que possibilitaram estabelecer as matrizes empregadas, conforme se demonstrou na seção anterior. O intuito, nessa seção, é determinar se há expressões teóricas comuns na matriz que orienta a aproximação e abordagem da questão ambiental, ou, de forma complementar, conhecer as principais referências nos distintos campos teóricos. Para viabilizar esse trabalho, buscamos identificar autores que

estiveram presentes nos distintos trabalhos de mesma matriz teórica. Assim, pudemos estabelecer as principais referências. No entanto, há algumas referências específicas que, na medida do possível, destacaremos individualmente.

Dividimos os trabalhos por matriz teórica, sendo que a vertente marxiana compreende os trabalhos D1 a D5 e T1; os de orientação sistêmica, T2 e T4. A metodologia empregada para apontar tais referências consistiu em verificação das citações diretas nos trabalhos, excluindo, portanto, menções nas referências finais dos trabalhos que não foram diretamente mencionadas. Os autores indicados são os que constam em pelo menos dois trabalhos, no caso dos trabalhos de orientação marxista; nos de orientação sistêmica, os que constaram nos dois trabalhos. A T3, por não estar inserida em nenhuma orientação teórica expressa, não foi contemplada nesse tópico.

Nas dissertações D1 a D5 e na tese T1, as referências fundamentais foram as seguintes:

- Alain Bihl (1998; 1999);
- Ana Elizabete Mota et al (1998, 2002; 2003; 2005; 2007; 2007; 2008; 2009; 2011);
- Antônio Carlos Diegues (1992; 1996; 2001);
- Bernardes, J. A e Ferreira, F. (2003; 2008);
- Carlos Frederico Loureiro (2002a; 2002b; 2006; 2006; 2007; LOUREIRO, CASTRO, LAYRARGUES; 2002; 2005);
- Carlos Nelson Coutinho (1980; 2000);
- François Chesnais (2005; CHESNAIS, SERFATI, 2003);
- David Harvey (1996; 2004; 2004; 2006);

- Ellen Wood (2003);
- Engels (1978; 1988);
- Enrique Leff (1996; 2001; 2001, 2006);
- Eric Hobsbawn (1977b; 1986);
- Ernest Mandel (1985; 1990);
- Gilberto Dupas (2008);
- Guillermo Foladori (1997; 1999; 2001a; 2001b; 2005; 2007);
- 4.4.1 - György Lukács (1972);
- Henri Acselrad (1992; 2001; 2004; 2005; 2007; 2009; 2009; 2009; 2009);
- Henry Lefebvre (1991; 2004);
- Ignacy Sachs (1986; 2004; 2007; SACHS, VIEIRA, 2007);
- Isabel Cristina de Souza Carvalho (1997; 2002);
- István Mézsáros (2002; 2004; 2007);
- John Bellamy Foster (2005; 2010; FOSTER, CLARK, 2004);
- José Eli da Veiga (2005; 2008);
- José Paulo Netto (1991; 1996; 1996a; 1996b; NETTO, BRÁZ, 2006; NETTO, CARVALHO, 1996);
- Karl Marx (1965; 1977a; 1977b; 1978; 1980; 1985; 1988; 1996; 1998; 2001; 2004; MARX E ENGELS, 1998);
- Leila da Costa Ferreira (1998);
- Lúcio Kowarick (1993);
- Marcos Reigota (2005; 2006; 2007);
- Maria Carmelita Yasbeck (2001; 2006; 2009);
- Maria das Graças e Silva (SILVA; 2010);

- Marilda Iamamoto (1999; 2002; 2004; 2004; 2007; 2009; IAMAMOTO, CARVALHO, 2005);
- Marilena Chauí (1989; 2003);
- Marina Abreu (2002; 2004; 2007);
- Michael Löwy (2000; 2005; 2009; 2009);
- Philippe Pomier Layrargues (1997; 1998; 2005; 2006);
- Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2001; 2008);
- Ricardo Antunes (1998; 1999; 2003; 2006; 2008);
- Robert Kurz (1991; 1993; 2003);
- Ronaldo do Livramento Coutinho (2004; 2009; COUTINHO, ROCCO, 2004);
- Sérgio Lessa (1999);
- Vicente de Paula Faleiros (1986; 2000; 2000);
- Vieira (VIEIRA E BREDARIOL; 2006);
- Yolanda Guerra (2007; 2010; 2012)

Pode-se constatar, nesses trabalhos, a utilização de fontes de orientação marxista, em diversos campos, seja o campo específico do Serviço Social, com autores de referência como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Ana Elizabete Mota, Maria das Graças e Silva, seja em campos da filosofia e das ciências sociais, tais como Marx, Löwy, Mézaros, Sachs, Foster, Mandel, Lefebvre, Foladori, Acelrad, dentre outros, alguns de maior relevância, mas também referências secundárias de outros pesquisadores que se inserem na matriz teórico-crítica.

Por outro lado, nos trabalhos com orientação sistêmica, temos as seguintes referências:

- Norberto Bobbio (1988, 1992; 1998; 2001; 2002; 2003);
- Leonardo Boff (1996; 1999);
- Martin Buber (1982;1987);
- Marcel Bursztyn (2000; 2001; 2002);
- Franci Gomes Cardoso (2000; CARDOSO ET AL, 2000);
- Manuel Castels (1988; 2000);
- Edgar Morin (1982; 1994; 1997; 1998b; 1999; 2001a; 2002a; 2002d; 2004);
- Eduardo Viola (1987; 1992; 1992; 2001; VIOLA, LEIS, 1998).

Outros autores mencionados, embora não presentes em ambos os trabalhos, mas significativos, foram: Fritjoj Capra, Bernard Charlot, Pierre Clastres, Ronald Dworkin, Jürgen Habermas, Werner Heisenberg, Lúcio Kowarick, Jean Lojkin, Humberto Maturana e Francisco Varela, Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, Pierre Rosanvallon, Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos. A menção a determinados autores não necessariamente implica pertencimento à matriz analítica à qual os autores se afiliam; este parece ser o caso, ao menos, da autora Franci Gomes Cardoso e do autor Leonardo Boff, embora seu chamamento a relações mais solidárias com a natureza possa ser apropriado ou confundido com posições ecocentradas.

4.5 OS CONCEITOS E CATEGORIAS EMPREGADOS

Nessa seção, buscamos identificar os principais conceitos e categorias mobilizados para problematizar a articulação do tema específico à questão ambiental, de forma a apontar se há, entre os trabalhos identificados na mesma perspectiva analítica, referência a conceitos e categorias comuns. Estes são posteriormente especificados conforme referenciados nos trabalhos, quando houve preocupação por parte dos autores em estabelecer os termos em que compreendem tais conceitos. Mencionamos também, categorias e conceitos empregados de forma específica nos trabalhos e que desempenharam papel relevante para a problemática dos mesmos. Nesse sentido, apenas os trabalhos de orientação crítico-marxista, que compreendem os trabalhos D1 a D5 e a tese T1, apresentaram conceitos e categorias comuns, sobre as quais nos deteremos a seguir. Os conceitos específicos nesses trabalhos, bem como nos demais, com outras matrizes analíticas, são apenas apontados, posteriormente.

CONCEITOS E CATEGORIAS COMUNS
1. Acumulação por Espoliação
2. Acumulação Primitiva
3. Contradição Capital x Trabalho
4. Desigualdade Ambiental
5. Forças Produtivas
6. Imperialismo Ecológico
7. Mais-Valia
8. Metabolismo Social e Falha Metabólica

9. Natureza/meio ambiente
10. Relações Sociais de Produção
11. Ser Social
12. Trabalho

Tabela 6 - Conceitos e categorias comuns. Elaboração própria.

A tabela acima permite depreender a referência a categorias e conceitos centrais na teoria de matriz crítico-marxista, bem como constatar que a discussão da temática ambiental, nessa perspectiva, está nitidamente a estas associada. Embora em alguns trabalhos as categorias fossem empregadas sem a preocupação em conceituá-las ou situá-las teoricamente, buscaremos, nesse momento, a partir dos trabalhos analisados, caracterizar a forma como são compreendidas estas categorias analíticas:

Acumulação por Espoliação - é um conceito chave expresso pelo geógrafo britânico marxista David Harvey. Embora mencionado nos trabalhos, seu significado não é caracterizado no trabalho. A partir das contribuições de Harvey, podemos dizer que a acumulação por espoliação é uma “tese” que se contrapõe à noção de que a acumulação primitiva – ou originária – está circunscrita a determinado período histórico e que a acumulação hoje se desenvolveria apenas em torno da reprodução ampliada, “através da exploração do trabalho vivo na produção” (HARVEY, 2005, p 108). Ele contraria esta tese afirmando

que a acumulação baseada na “depredação, na fraude e na violência” (Id., p. 108), longe de serem fenômenos circunscritos ao advento do capitalismo, são marcas de sua lógica e de seu dinamismo histórico, sendo, portanto, recorrentes na história do capitalismo. Sobre o conceito, afirma Harvey (Id, p. 111):

O capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas. Mas, tal como Luxemburgo observou convincentemente, é “constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu modus operandi tem muito de contingente e casual. Apesar disso, é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.

Os mecanismos de acumulação por espoliação estão presentes, sobretudo, no avanço e expropriação de populações pobres e sobre áreas de fronteira da expansão capitalista, bem como na privatização de bens públicos.

Acumulação Primitiva - a acumulação primitiva ou originária, como anteriormente exposto, é uma categoria marxiana, pela qual Marx buscou compreender a emergência e afirmação histórica do capitalismo, através, sobretudo, da espoliação camponesa. Mais uma vez, contudo, o conceito foi empregado nos trabalhos sem precisar seu significado,

embora seja amplamente conhecido entre os pesquisadores marxistas. Segundo o Dicionário do Pensamento Marxista,

Marx define e analisa a acumulação primitiva na parte sétima do primeiro livro de O Capital. Tendo examinado as leis do desenvolvimento da produção pelo capital, Marx volta sua atenção para o processo pelo qual o CAPITALISMO se afirmou historicamente. A sua compreensão geral do capitalismo é uma condição prévia para isso, tal como a sua análise mais geral da categoria MODO DE PRODUÇÃO, pois é preciso ter conhecimento de como um conjunto de relações de produção entre classes se transforma em outro: em particular, o que faz com que uma classe despossuída (isto é, desprovida da propriedade de seus meios de produção) de trabalhadores assalariados, o PROLETARIADO, entre em confronto com uma classe de capitalistas que monopolizam os meios de produção. A resposta de Marx é extremamente simples. Uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim sendo, as origens do capitalismo encontram-se na transformação das relações de produção no campo. A separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria. É essa a observação básica que Marx põe em evidência com sua referência irônica ao “chamado segredo da acumulação primitiva” (2013, edição digital).

Contradição Capital x Trabalho - a relação de oposição entre Capital e Trabalho está presente nas reflexões marxianas e marxistas e se refere, de forma sucinta, à contradição entre uma produção social de riquezas e

sua apropriação privada, representada pela contradição fundamental entre Capitalistas e a Classe Trabalhadora.

Desigualdade Ambiental - A desigualdade ambiental é um conceito oriundo dos movimentos de justiça ambiental e tem sido desenvolvido no Brasil, sobretudo por Henri Acselrad. Acerca do conceito, a dissertação D4 assim o contextualiza:

Identificando-se com os problemas sociais, a temática ambiental transcende as discussões sobre devastação ambiental ou escassez dos recursos naturais ultrapassando-as e assumindo, principalmente no contexto brasileiro, uma intrínseca correlação com a forma desigual pela qual se estabelecem as relações sociais. [...] No que tange ao campo ambiental a desigualdade se perpetua, a apropriação privada dos recursos existentes na natureza, bem como a maior exposição da população pobre aos riscos ambientais dá origem ao que Acselrad (2009) chamou de desigualdade ambiental, afirmando que a mesma configura-se no Brasil como uma expressão da desigualdade social (D4, p. 38).

A desigualdade ambiental apresenta-se como uma perspectiva distinta para análise da questão ambiental, opondo-se à limitação da questão ambiental à questão da sustentabilidade ecológica e à caracterização da destrutividade ambiental concebida genericamente, a qual atribui a todos a mesma responsabilidade sobre a crise ecológica. Estabelece nexos entre a desigualdade social e a desigualdade na apropriação do ambiente.

Forças Produtivas - denomina-se “forças produtivas”, na teoria marxista, o conjunto formado pelos meios de produção e força de trabalho, ou, conforme estabelece o Dicionário do Pensamento Marxista (2013):

O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do PROCESSO DE TRABALHO, a descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado. Restam, porém, vários elementos cuja definição é discutida. Alguns autores encaram a própria ciência como uma força produtiva (e não apenas as transformações dos meios de produção que dela resultam), e há quem considere o espaço geográfico como uma força produtiva (Cohen, 1978, cap.II)²⁸.

Mais uma vez, o conceito é empregado nos trabalhos sem sua necessária especificação. O conceito de forças produtivas é geralmente associado ao de **Relações de Produção**:

As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho (Id., 2013).

²⁸ Dicionário do Pensamento Marxista, versão digital (2013): conceito de forças produtivas e relações de produção.

Conforme o Dicionário do Pensamento Marxista, os conceitos são associados, na obra da maturidade de Marx, à ideia de contradição entre forças de produção e relações sociais de produção no modo de produção capitalista e, de uma forma geral, na história da humanidade, em que a polarização entre ambos estaria na origem de novos modos de produção. Esse binômio, afirma-se ali “subjaz, em qualquer modo de produção, ao conjunto dos processos da sociedade, e não apenas ao processo econômico” (Id., 2013), de ponde a já célebre – e polêmica - afirmação marxiana acerca da relação estrutura/superestrutura.

Imperialismo Ecológico - sua caracterização é estabelecida, em uma nota de rodapé, na dissertação D3, que assim o define:

Imperialismo ecológico é o termo utilizado por Foster e Clarck (2006) para sinalizar a disputa entre os Estados nacionais, reveladores da desigualdade entre países de centrais e periféricos. O conceito de imperialismo ecológico denuncia a desigualdade estrutural entre nações do centro e da periferia do sistema (D3, p. 30).

A tese T1, por sua vez, também faz referência à Foster e Clarck, ao trabakhar a categoria acumulação por espoliação – despossessão – de Harvey. Afirma a autora:

No capitalismo contemporâneo, marcado pela busca incessante de ruptura das barreiras à expansão do valor, acentua-se a disputa pelos recursos naturais, dirigida pelas transnacionais e pelos estados imperiais. Esta tendência é

discutida por Foster e Clarck (2006) a partir do conceito de *imperialismo ecológico*. Reconhecendo a complexidade do tema, os autores reafirmam o caráter global da “questão ambiental”, ao mesmo tempo em que a situam no intrincado jogo de forças que caracteriza o capitalismo do século XXI. Sendo assim, a degradação ambiental encontra-se mediada pela disputa entre os estados nacionais e diretamente através de suas corporações. Este quadro de intensas competições revela uma desigualdade estrutural entre países centrais e periféricos, reafirmando-se também neste campo as disposições hierárquicas próprias de um sistema de dependência e dominação assentado na divisão internacional do trabalho (T1, p. 73).

Pode ser relacionado, dessa forma, às relações sociais e econômicas estabelecidas entre o Norte-Sul global, marcados por uma relação de subordinação presente em políticas de dominação política, econômica e social de caráter colonialista e neocolonialista. A repartição do mundo entre as potências nos Pós-Guerra, a interferência político-econômica no período das ditaduras militares na região da América Latina e o neoextrativismo são fenômenos contemporâneos desse debate.

Num sentido distinto, Alfred W. Crosby publicou o livro “Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900” que trata sobre a “invasão biológica” dos europeus aos “novos” continentes: animais, vegetais e doenças desembarcados nessas terras.

Mais-Valia - mais uma vez nos valem do significado que o Dicionário do Pensamento Marxista (2013) atribui ao conceito:

A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário.

Constitui-se enquanto um conceito fundamental da teoria marxista e se pode afirmar que é o cerne do modo de produção capitalista, ou sua razão de ser, sobre o qual as modificações nas forças produtivas incidem, seja na modificação do regime da força de trabalho, seja através de inovações tecnológicas, que, na ótica marxiana, estão associadas às contradições do modo de produção capitalista e à sua formulação acerca da queda tendencial da taxa de lucro.

Metabolismo Social e Falha Metabólica - a dissertação D4 assim trata desse tema:

Já na sociedade capitalista o processo de trabalho tem uma característica específica. Seu objetivo é produzir mercadorias com valor de uso e com valor de troca superior ao daquele que foi investido pelo capitalista no início do processo de produção, considerando todos os gastos com matéria-prima, meios de produção e mão-de-obra; objetiva um valor excedente, e é justamente no marco desta mudança de relação entre homem e natureza, na alienação imposta pela sociedade capitalista ao intercâmbio, ou nos

termos de Marx (apud FOSTER 2005) no metabolismo entre homem e natureza que se estrutura a chamada falha metabólica, precursora da atual crise ambiental.

Marx utilizou-se do conceito de metabolismo social não só para referir-se a real interação metabólica entre sociedade e natureza por meio do trabalho humano, atribuindo a este, um sentido mais amplo, utilizando-o, conforme Foster, “para descrever o conjunto complexo, dinâmico e interdependente, das necessidades e relações geradas e reproduzidas de forma alienada no capitalismo” (2005, p. 222) (D4, p. 18).

Parte de Foster e Marx para trabalhar os conceitos de metabolismo social, compreendido como o intercâmbio entre a humanidade e a natureza mediado pelo trabalho e que sob o modo de produção capitalista é perturbado, a partir da noção de falha metabólica. Em menção já amplamente difundida de Marx, este afirma acerca dessa ruptura ou falha metabólica:

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital (Marx, 1986, p.82).

É importante ressaltar que para Marx, esse intercâmbio não se realiza entre a sociedade e natureza, concebida de forma dual. Para ele,

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2008, p. 84).

É importante destacar que, para Marx, essa separação decorre de processos econômico-sociais antes que um fato inscrito na natureza das coisas. A separação ocorre como decorrência de mecanismos engendrados pelo modo de produção capitalista, não é algo “natural”. A tese T1, assim se refere à categoria falha metabólica:

Assim, Marx refere-se à ruptura da “relação metabólica” na qual o homem se apropria dos elementos naturais e, após o seu consumo, os devolve à natureza. À medida que essa troca de elementos entre as sociedades humanas e o meio natural passa a ser mediada pela produção de mercadorias, manifesta-se um dos traços mais destrutivos da sociedade do capital. A estreita unidade entre degradação ambiental e a alienação do trabalho evidencia-se, posto que ambas deitam raízes no modo de produção burguês e suas leis imanentes (T1, p. 43).

Acerca da relevância do conceito para a compreensão da questão ambiental, vide, por exemplo, a seção **3.4** do presente trabalho.

Natureza/meio ambiente – conceito central e controverso é abordado pela dissertação D5, afirmando que são comumente tomados como sinônimos e que isso deve ser realizado com precauções para que não se recaia numa visão “naturalista”, que associa comumente o conceito de natureza à ideia de uma natureza intocada, exterior ao homem e ainda não transformada (D5, p. 33). Segundo a autora,

Quando se compreende a natureza tal como definida anteriormente por Netto e Braz (2009), ou seja, uma “unidade” que articula os seres inorgânicos, orgânicos e o ser social “numa totalidade complexa”, entende-se que, nesse sentido, é possível sim estabelecer uma associação com um conceito de meio ambiente que não seja naturalista (Id., p. 32).

Assim, extrapola-se o entendimento de natureza/meio ambiente enquanto restrito exclusivamente à esfera do que é concebido como “natural”, passando a um entendimento ampliado que engloba meio físico e biológico, mas, também, pelo meio sociocultural (Ibid., p. 32).

Ser Social – outra categoria marxista, o “ser social” é assim colocado pela dissertação D1:

Então, nesta obra de Marx, não encontramos uma abordagem economicista sobre o trabalho, mas sim afirmações de caráter ontológico, que nos possibilita compreender a relação homem/natureza, em que o homem

para atender as suas necessidades precisa desenvolver uma atividade que é o trabalho, que irá mediar esta relação, implicando numa *interação no marco da própria sociedade* (NETTO BRÁZ, 2008, p. 34), ou seja, não é um simples transformar da natureza, mas também é um processo de constituição do ser social, mas o que seria este ser social? De acordo com Lukács (1979, p.17), “o ser social - em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares – pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica”. Consequentemente, não podemos pensar o ser social como independente ou separado da natureza [...] (D1, p. 57).

Por outro lado, a dissertação D5 assim aborda a categoria “ser social”:

Isso porque, ao contrário da visão naturalista, entende-se o ser humano como parte da natureza, que além de alterar o meio ambiente, também é influenciado pelas condições ambientais e se transforma nessa relação. Não se trata de conceber o homem como “um ser superior”, e por isso, capaz de dominar, apropriar e destruir um meio com o qual não se identifica, mas um ser que se distingue pela capacidade de colocar finalidades e refletir sobre suas ações ao transformar o meio onde vive – um ser social. (D5, p. 32).

Em outras palavras, o ato de se constituir em ser social nada mais significa que nos constituímos em sociedade, ou, como afirma o Dicionário do Pensamento Marxista (2013),

O que há de característico na concepção de Marx é, primeiro, que ela parte da ideia de seres humanos que vivem em sociedade e não envolve uma antítese entre indivíduo e sociedade que só pode ser superada pela suposição de algum tipo de contrato social ou, alternativamente, considerando-se a sociedade como um fenômeno supraindividual. Assim, no terceiro de seus *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844), Marx escreve: “Mesmo quando realizo um trabalho *científico* (...) realizo um ato *social*, porque *humano*. E não apenas porque o material de minha atividade – como a própria linguagem que o pensador usa – me é dado como um produto social. Minha *própria* existência é uma atividade social”; e prossegue dizendo que devemos evitar postular a “sociedade” como uma abstração confrontada com o indivíduo, “pois o indivíduo é um *ser social*”.

Trabalho – o conceito Trabalho, na teoria marxista é tido como fundante do ser social e como ação mediadora entre homem e natureza. A teleologia do trabalho se constitui como traço distintivo da natureza humana. Vejamos como é compreendida tal categoria nos trabalhos analisados. A dissertação D5 assim se refere à categoria:

O ser social se constitui pelo trabalho e através dele distingue-se da natureza, porém, sem perder sua naturalidade – sua condição originária de ser da natureza. O ser social é o único capaz de agir teleologicamente, propor finalidades, antecipar metas, projetar ações, objetivar idealizações, de acordo com as necessidades de cada momento histórico. Assim, seguindo uma perspectiva crítico-dialética, o trabalho é a categoria fundante da humanidade (sociedade) e assume centralidade no desenvolvimento histórico. O trabalho é a atividade humana de interação com a natureza que transforma matérias naturais em

produtos que atendem às necessidades sociais. Através do trabalho se obtêm as condições materiais de existência e reprodução da sociedade. (NETTO; BRAZ, 2009, p.30) (p. 31).

A tese T1, na mesma linha, afirma a importância da aproximação com a categoria Trabalho:

A aproximação com a categoria **Trabalho** possibilitou-nos compreender que a relação entre sociedade e natureza obedece a uma especificidade, que distingue o gênero humano das demais espécies vivas, tendo em vista que este se diferencia do mundo natural pelo trabalho. Ou seja, a humanidade relaciona-se com a natureza mediada pelas relações que estabelece entre seus semelhantes para produzir os meios necessários à satisfação de suas necessidades (p. 22).

Por fim, a dissertação D1 assim define a relevância da categoria Trabalho:

[...] então debruçar-nos sob o debate realizado por Karl Marx sobre o trabalho - enquanto categoria ontológica, que nos mostra a relação íntima entre o homem e a natureza - nos permite perceber que na sociedade capitalista esta relação foi modificada. Bem como, foi reduzida a dimensão ontológica do trabalho, no qual a natureza enquanto bem de uso comum a todos é privatizada e o homem é reduzido à mera força de trabalho, portanto ambos tornam-se mercadorias. Destacamos que não nos referimos à categoria trabalho como simples “pano de fundo” desta relação, mas como atividade fundamental mediadora das relações estabelecidas entre a natureza e o

homem que foram modificadas com a ultrapassagem para a sociedade capitalista - que não foi algo imediato e possível de ser demarcado. Ressaltando que o trabalho assalariado “[...] é apenas uma forma histórica especial do sistema de trabalho não pago que existe desde que existe a separação de classes; uma forma histórica especial que deve ser pesquisada como tal, se quisermos compreender o que é o que significa” (BENJAMIN, 2003, p.19). Marx (2010), em “*Manuscritos Econômicos e Filosóficos*”, realiza uma crítica à Economia Política Clássica, pois, segundo o mesmo, esta restringia a compreensão de trabalho ao modo de produção burguês, percebendo-o como simples atividade destinada ao lucro; reconhecendo, somente, que o trabalho humano é a fonte de toda riqueza, partindo da propriedade privada como fato, no entanto, não a explica (p. 56).

A autora enfatiza que o Trabalho é uma categoria que não se restringe à sua forma alienada sob o capitalismo, antes se constitui como uma forma histórica que o assume nesse modo de produção. É nesse sentido que decorre sua menção à Marx.

CONCEITOS E CATEGORIAS ESPECÍFICOS – DISSERTAÇÕES				
D1	D2	D3	D4	D5
Desenvolvim entismo	Produção do espaço	---	Desenvolvimento	---
Cidades sustentáveis	Política ambiental	---	Questão social	---
Cidades mercadoria	Habitat	---	Espoliação urbana	---

---	Turismo Sustentável	---	---	---
-----	---------------------	-----	-----	-----

Tabela 7 - Conceitos e categorias específicos presentes nas Dissertações.
Elaboração própria.

CONCEITOS E CATEGORIAS ESPECÍFICOS - TESES			
T1	T2	T3	T4
Gestão ambiental	Sociedade civil	Gestão ambiental	Consciência ecológica
Educação ambiental	Questão socioambiental	Direitos socioambientais	Ecologia
Mundialização financeira	Emancipação	---	Autopoiésis
Ideologia do progresso técnico	Questão social	---	Auto-eco-organização
Obsolescência programada	Ecologismo militante	---	Problemas ecossociais
---	Eco-organização	---	---

Tabela 8 - Conceitos e categorias específicos presentes nas Teses.
Elaboração própria.

4.6 QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL E O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE

Embora considerável parte dos trabalhos não tenha como tema a questão ambiental *stricto sensu* como seu objeto de pesquisa, em todos eles o tema a perpassa, sendo possível, através de uma observação

atenta, deprender como concebem a questão ambiental e sua inter-relação à questão social. Assim, o objetivo desta seção foi o de, a partir da leitura dos trabalhos, buscar apresentar a forma como esta é compreendida.

Dissertação D1 – Região Norte

“Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social” - UFPA/2011.

A dissertação **D1** tem como objeto a política de educação ambiental nas cidades amazônicas, tensionada por projetos de cunho preservacionista e/ou desenvolvimentista e tendo em vista que a degradação ambiental atinge também as cidades. Assim, seu foco serão os processos de educação ambiental nas cidades, a partir do conceito de cidades sustentáveis, conceito este influenciado, segundo a autora, pelo debate ambiental.

Para aquela, existe uma fragilidade nas “teorias biocêntricas e antropocêntricas quanto à compreensão de natureza, meio ambiente, ambiente e recursos naturais” (p. 16). Apesar de posteriormente se filiar expressamente à teoria crítica, percebemos a dificuldade na apreensão do debate acerca de uma ética bio ou antropocentrada na afirmação anterior da autora. A mesma ainda prossegue, posteriormente, acerca dos paradigmas éticos que se relacionam à questão ambiental:

Para realizarmos um debate que se dê dentro destes marcos, é imprescindível nos

apropriarmos teoricamente de discussões que nos mostre a estreita relação entre homem e a natureza - que não seja nem naturalista e muito menos antropocêntrica - pois ambos se complementam e se pertencem, demonstrando assim que a problemática ambiental é de caráter social, para tanto resgatando a estreita relação homem e natureza (p.55).

Percebe-se aqui, uma fragilidade no debate que a autora propõe, uma vez que a mesma realiza uma crítica às posturas biocêntricas e antropocêntricas sem caracterizar os termos em que são compreendidas tais posturas. Além disso, afirmar que ambos “se complementam e se pertencem”, é um juízo de valor não suportado pelo amplo debate marcado por profundas divergências entre tais perspectivas. Por fim, afiliar-se à corrente crítica e desconhecer sua natureza antropocentrista resulta, no mínimo, paradoxal.

Apesar dessa aparente inconsistência nos termos desse debate, a autora compreende que é necessário “ir além dos marcos jurídicos para compreender a lógica de produção e reprodução do espaço urbano, para localizar coerentemente o debate sobre os problemas ambientais das cidades no Capitalismo” (p. 18), assumindo, assim, uma postura teórica crítica ao constatar que há uma relação estreita entre a exploração do homem e da natureza e compreendendo a questão ambiental como uma expressão da questão social. Para ela, “ônus e bônus não atingirão da mesma forma a todos, revelando de forma mais evidente o caráter de classe da questão ambiental” (p. 22).

Afirma, a partir de Chesnais e Serfati (2003), que a crise ecológica não é uma crise do capital e que esta transfere o ônus aos mais pobres.

A questão ambiental, afirma a autora, deixaria lacunas na forma

como a sociedade se reproduz econômica e politicamente, não contemplando questionamentos que dizem respeito à sua viabilidade (ou não viabilidade), e se pretende efetivar políticas que se preocupem realmente com os limites dos recursos naturais e de suas consequências sociais, ou se somente correspondem a interesses de expansão e acumulação do capital. (p. 65).

Sua preocupação insere-se, dessa forma, sob o questionamento da forma como nossa sociedade se reproduz, opondo a dimensão da sustentabilidade econômica à social e ambiental, pela qual os recursos naturais seriam compreendidos sob uma lógica “economicista e mercadológica” e a questão ambiental ficaria restrita a um apelo de cunho individual. Cita, a este respeito, Moraes e Turolla (2008, p. 8), para quem

Os problemas de meio ambiente estão largamente associados a falhas do sistema de mercado. A maioria dos economistas tende a enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos, que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas. Argumentam que as externalidades negativas devem ser incorporadas ao sistema de preços, restabelecendo a

coincidência entre o ótimo individual e o ótimo coletivo [...] Na realidade, entretanto, a incorporação das externalidades negativas ao sistema de preços não é um processo trivial e não raro está associado a um papel ativo do Estado na execução de um papel de alocador de recursos que, se deixado à mercê das forças do mercado livre, produz depleção de recursos naturais ou ambientais a taxas que não se sustentam intertemporalmente (D1, p. 66).

Os autores em questão colocam uma problemática chave no debate acerca da questão ambiental, que diz respeito a uma tendência a considerar a precificação pela taxação, das ditas externalidades de caráter ambiental, um debate levado a cabo pelos representantes da economia ambiental.

A dificuldade em operacionalizar tal processo, diz respeito à necessidade de um papel ativo por parte do Estado, uma vez que, deixado à lógica do mercado, esses mecanismos se tornariam ineficientes e mesmo danosos ao meio ambiente. Esse é um dado importante, considerando-se o corrente debate sobre economia verde - levada a cabo pelo mercado e encampado pela corrente que representa o ambientalismo moderado - a qual tem se defendido como uma alternativa à política regulatória e de controle do Estado, um Estado em crise, ineficaz e sem recursos, se comparado à suposta eficiência dos mercados. É o que afirma a autora:

O mercado entra em cena e o Estado (aparentemente) se torna mínimo, havendo a

predominância de intervenções públicas realizadas pela iniciativa privada. Em que este tem como responsabilidade proteger contratos privados e incentivar os mercados competitivos. Estes tipos de ações correspondem a políticas ambientais para os capitais, como define Acserald (2009) (p. 66).

A autora se fundamenta em Acselrad para analisar a existência de dois tipos de políticas ambientais, uma destinada aos ambientalistas, dirigidas a áreas de reserva e proteção de ecossistemas, de caráter mais simbólico e outra dirigida aos capitais. Esta última,

[...] seria aquele que procura acionar instituições que regulam a apropriação agregada da base material pelos capitais múltiplos. Desde o seu início, é próprio do capitalismo que a dinâmica fragmentária dos capitais individuais conviva com a possibilidade de emergência de crises, em função da ausência de coordenação com as dinâmicas macroeconômicas do capital em geral. A idéia é que ao Estado caberia fazer esse papel de administrador da crise, de agente estratégico de um modo de regulação. A regulação no campo ambiental consistiria em encontrar o que, aparentemente, certos agentes dominantes estão procurando: instituições que possam regular os efeitos predatórios indesejáveis da descoordenação dos capitais múltiplos. Essa regulação do tamanho agregado da pressão dos capitais individuais sobre a base de recursos resumiria o que podemos chamar de uma ‘política ambiental para os capitais’, em oposição àquela que opera no

campo simbólico, ‘para os ambientalistas’.
(ACSERALD, 2009, p.23 (p. 67).

Ao Estado – neoliberal – coube a regulação dos recursos naturais para administrar a crise ambiental sem comprometer a circulação e expansão do capital. Poderíamos, por analogia, estender esta perspectiva ao Estado neodesenvolvimentista, compreendendo-o, nos termos de Gonçalves como mais uma versão do liberalismo enraizado, que “exprime o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica” (2012, p. 637), com diferenças sutis, mas inseridos numa dinâmica econômica mundial marcada pela crise do capital e o acirramento de seu caráter espoliador. Assim,

Este caráter estratégico para a circulação de mercadoria e, conseqüentemente, do capital, mostra-nos o quanto este sistema é capaz de se recriar e de se manter, no entanto, de maneira predatória sem se importar com as dimensões humana, sociais e ambientais, ampliando a “questão social” que é latente e que se metamorfoseia (IAMAMOTO, 2001) (p. 67).

Associa esse debate à emergência em torno do tema da sustentabilidade. Afirma que este debate em torno da sustentabilidade ocorre com um forte componente ideológico, uma vez que

[...] o conceito de *desenvolvimento sustentável* busca estabelecer o pressuposto da efetiva possibilidade de

uma ordem social ecológica e democrática, *sem que isto implique necessariamente a ultrapassagem do capitalismo*, ou seja, o desenvolvimento sustentável tem como diretriz a organização da economia [...] (COUTINHO, 2004, p. 22 apud D1, p. 68).

Para a autora, o debate em torno da sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável goza de um consenso apenas aparente e mascara seu real objetivo, qual seja, a formulação de políticas “ecológicas” estabelecidas do Norte ao Sul global, destinadas a

[...] assegurar a gestão internacional dos principais ecossistemas, com o objetivo de garantir a durabilidade e disponibilidade de importantes estoques de recursos naturais funcionais ao desenvolvimento econômico, atendendo à continuidade da lógica do próprio capital. Assim, uma das principais metas dos que propõem o modelo do Desenvolvimento Sustentável, seria, diante da escassez de recursos e dos altos níveis de poluição atualmente existentes, assegurar àqueles povos ou grupos de indivíduos já beneficiados pelos seus estágios de desenvolvimento social, em termos de acesso aos recursos naturais abundantes, **a manutenção dos seus níveis de crescimento econômico e de consumo, em detrimento daqueles grupos e países do terceiro mundo**, que embora vivam em regiões e/ou ecossistemas ricos em recursos naturais não têm assegurados o direito de usufruto dessas riquezas. (FERNANDES, 2006, p. 140, APUD D1, p. 68, grifos da autora).

Em outras palavras, a forma como a sustentabilidade tem sido compreendida, é uma forma restrita, que subordina a sustentabilidade ambiental ao imperativo da sustentabilidade econômica. A autora afirma compreender que a temática da sustentabilidade comporta outras perspectivas e que as alternativas colocadas não são consensuais, antes, compreende que “essa categoria faz parte de um campo de disputas por projetos e retóricas em conflito para a sua construção” (p. 69).

Busca, por fim, transpor esse debate aos dilemas do desenvolvimento do espaço urbano. A migração ocorrida no país, sobretudo devido às modificações na agricultura, com a modernização e mecanização da agricultura e da pecuária, aliado aos processos de industrialização do país, geraram um forte êxodo rural em direção às cidades. A autora afirma, que não apenas agricultores são atraídos para as cidades, mas também se tornou espaço de atração para o capital. A disputa por espaços gerou uma cidade dividida, usualmente conhecida como a cidade formal, de um lado, e a cidade informal, de outro, geralmente desprovida dos mesmos padrões da cidade formal, consideradas, as cidades informais, uma nova forma de moradia popular, implantada pela própria dinâmica da produção da cidade MARICATO apud D1, p. 70) e, tendo em vista que o custo da força de trabalho desses segmentos não inclui o custo da mercadoria habitação, a estes apenas restam os locais desvalorizados e que estão excluídos da cidade formal.

Sobre conformação desses espaços da cidade informal como lugar de moradia de classes trabalhadoras empobrecidas e para as quais inexistem políticas públicas urbanísticas ou de habitação, a

autora afirma: “Porém, os detentores da riqueza utilizam este fato de maneira controvérsia, acusando as classes mais pobres pela problemática ambiental” (p. 70). Refere-se, a autora, às concepções da pobreza como responsáveis pela degradação ambiental, as teses do círculo vicioso e do duplo caminho, que, ignorando a desigualdade na apropriação das cidades, buscaram atribuir, ainda que de maneiras distintas, aos pobres a responsabilidade da degradação ambiental.

As cidades formais tornam-se espaços de investimento do capital para favorecer a circulação, por meio de investimentos em infraestruturas físicas e sociais, atraindo grupos consumidores. As cidades são, elas mesmas, tornadas mercadorias, tornando-se cidades-empresas.

É nesse contexto que surge seu objeto de pesquisa, com a educação ambiental estando presente nas políticas públicas, especificamente, em seu estudo, na diretriz dos trabalhos técnico-sociais dos empreendimentos habitacionais financiados pelo Governo Federal pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Este trabalho ou intervenção é estruturado em três eixos centrais, um deles o de educação sanitária e ambiental.

Sua análise recai sobre a apropriação e forma como a questão ambiental é trabalhada nesses projetos junto à população beneficiária, a seu ver, ainda de forma restrita e com caráter “domesticador”, sendo restrita, ao que constata, a aspectos “meramente naturais, além da percepção limitada da problemática ambiental no espaço urbano à questão do lixo, situação que se refletirá no próprio planejamento da

educação ambiental” (p. 104). Mas mesmo a autora parece se contradizer aqui, primeiro por conceber a educação ambiental como uma metodologia de “conscientização”. Em segundo lugar, há uma forte limitação na forma de compreender a inserção popular no planejamento urbano, concebendo-a como “tensionada pelo desconhecimento do direito ambiental das cidades pela ‘população’” (p. 19), como se fosse o horizonte de participação estivesse condicionado à compreensão de dimensões técnicas geralmente acessíveis a especialistas, organizações e universidades. Por fim, em terceiro lugar, a contraditoriedade em torno da dimensão educativa da profissão, criticada em alguns momentos pelo seu caráter “domesticador”, mas concebida, em outros momentos, como “conscientizadora” e objetivando “alcançar mudanças nos atos e comportamentos” (p. 110).

Dissertação D2 – Região Nordeste

“Conflitos socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais” – UFPE/2010.

A dissertação D2 trabalha com a noção de conflitos socioambientais na Praia de Gaibu e sua relação com os direitos sociais. A pesquisa se refere à transformação daquela “em decorrência da produção do espaço para garantir o crescimento econômico como um dos mecanismos para o enfrentamento da questão social” (p. 7), e seus efeitos sobre a natureza e a população nativa. Trabalha principalmente

com o conceito de produção de espaço de Lefebvre (1971), conceito este em que o autor

“[...] aponta três momentos que se constituem: 1 - as práticas espaciais, a partir das relações sociais que se estabelecem entre os interesses particulares e coletivos; 2 - a representação do espaço, onde o poder público e iniciativa privada exercem seu poder e transformam o ambiente e 3 - os espaços de representação, onde a comunidade nativa resiste e exerce sua cidadania, reivindicando por melhor condição de vida, garantia e ampliação dos direitos sociais” (Id., p. 7).

Parte de um horizonte comum na produção das cidades em nosso país, relatando como o crescimento urbano acarretou na expulsão em massa da população da zona rural costeira num processo de “descoberta” das praias do Litoral Sul (p.14) e na ocupação de áreas da periferia de Cabo de Santo Agostinho, especialmente em áreas de encostas com altas declividades, manguezais, alagados e outras áreas impróprias assentamentos humanos, fenômeno que se deu concomitantemente ao aumento da pobreza.

Afirma que a regularização dessas áreas de ocupação tem contribuído para o aumento da ocupação desordenada do solo urbano, o que parece uma constatação descontextualizada, uma vez que é a própria autora que apresenta a dinâmica de expulsão da população nativa da região objeto de pesquisa, fenômeno comum na história e constituição das cidades brasileiras, aliada de políticas intermitentes, incoerentes e insuficientes de produção de moradias populares.

A ocupação da orla se dá principalmente na década de 1970, com a criação de loteamentos de veraneio e o fechamento de acessos à praia. É no âmbito desses processos de produção das cidades que se encontram as políticas de expansão do turismo, as quais, segundo a autora, “mantém as características das outras políticas: segregação, desarticulação, setorialização e emergencial (sic)” (p. 15). Afirma que o objetivo de tais políticas não são o de “desenvolvimento das potencialidades humanas para sua emancipação e sim garantir o crescimento econômico e a reprodução do capital, em detrimento da condição e da qualidade de vida das comunidades locais” (p. 15). Em que pese seu entendimento acerca do que compreende como “desenvolvimento de potencialidades humanas para sua emancipação”, entende-se que a autora se refere à inviabilização de modos de vida das comunidades nativas, pela apropriação de seus territórios para áreas de veraneio bem como para expansão do turismo.

Observa, na Política Nacional do Turismo, “uma orientação predominantemente econômica [...] sob um discurso do desenvolvimento sustentável e melhoria da condição e conseqüente qualidade de vida da população, através da geração de emprego e renda” (p. 16). Tal orientação é marcada por duas forças convergentes, segundo a autora:

[...] uma, de natureza mundial, respondendo a uma necessidade intrínseca da atividade turística (já que ela se encontra articulada à acumulação irrestrita de capital), ou seja, a incorporação constante de novos roteiros; e outra, de caráter

regional, calcada, sobretudo na busca do crescimento econômico (p. 18).

Tais ações objetivariam a inclusão e consolidação do “território litorâneo nordestino dentro do mercado turístico global” (p. 18), obedecendo a um “modelo global de urbanização turística” (Id., p. 18). As ações dos governos locais, ao privilegiar área de interesse turístico na região, excluiriam dos investimentos regiões do interior, com a manutenção da situação de pobreza dessas regiões e na transformação do litoral como região de atração e migração.

A privatização de extensos trechos das praias é um dos principais e mais visíveis efeitos da política turística do litoral nordestino, com modificações antrópicas com grandes impactos sobre os ecossistemas, tais como as dunas, mangues e restingas, afetando a dimensão ecológica da sustentabilidade e, do ponto de vista da sustentabilidade social, afetam a população nativa que tem sua vida e sustento dessas áreas, bem como são também afetadas com o aumento do custo de vida nessas regiões. Os discursos tendem a sobrevalorizar os efeitos “socioeconômicos e sociais” das políticas de turismo e a autora cita Cruz (1999) para quem “os discursos apresentados por tais políticas carecem de fundamento científico e tendem a supervalorizar os ganhos econômicos com o turismo” (p. 19). A este respeito, afirma a autora:

Desse modo, discutir o turismo no contexto atual implica em articulá-lo além das relações de gênero e do meio ambiente, deve-se buscar identificar os conflitos sócio-econômico-ambientais que sua inserção como um dos promotores do desenvolvimento vem favorecendo

(sic). Conflitos esses que vêm adquirindo múltiplas dimensões, associados à fragmentação e precarização do trabalho, degradação ambiental e a não inserção de práticas significativas de sustentabilidade no cotidiano de comunidades distintas (p. 20).

Em seus apontamentos acerca dos direitos sociais e meio ambiente, no Capítulo I, trabalha com o contexto histórico do surgimento dos direitos sociais. Há um salto em sua análise, onde ela passa a analisar o contexto histórico da questão ambiental, apontando, a nosso ver de forma equivocada, a década de 1970 como período em que se desencadeou um “processo acelerado e contínuo de exploração e degradação ambiental” (p. 31). Equivocada, pois a degradação ambiental decorre de processos de longa data, que a partir da década de 1970 começaram a ser tematizados por grupos distintos. Ela parece subsumir o processo de crescimento “desordenado” das cidades com o processo de exploração e degradação ambiental. O crescimento das cidades e a desigualdade na apropriação do território são constituintes do processo mais geral de degradação social e ecológica mas a estas não se resumem.

A crise socioambiental, afirma, está relacionada a um mundo finito em recursos naturais numa sociedade de consumo pautada pela acumulação do capital, em detrimento do equilíbrio ecológico – e social, acrescentamos nós.

Entende que “esta problemática possibilitou uma situação caótica para a própria sobrevivência do ser humano, assim como para as muitas outras espécies do planeta” (p. 32), contexto em que surgem os

movimentos ambientalistas que buscariam “o estabelecimento de leis e normas que visavam reduzir os impactos negativos da ação antrópica” (p. 32), num enfoque um tanto reducionista, uma vez que não consideramos a existência de um único movimento ambientalista, bem como seus projetos distintos incluem, mas em muito ultrapassam a mera proposição de leis e normas para diminuir os impactos negativos da ação humana sobre o ambiente. Sustenta-se sobre uma concepção ingênua da lei e do Estado: da lei, por entender ser um fim em si mesmo, capaz de assegurar os recursos naturais como um “bem de uso comum do povo” (p. 32), conforme faz menção ao capítulo VI, da Constituição Federal de 1988; do Estado, por concebê-lo como um ente que tem o dever de defender o meio ambiente das agressões que porventura sofra, ignorando o papel do Estado na economia capitalista.

Vai além, ao defender a ideia de que, além da garantia legal, faz-se necessário possibilitar mecanismos que confirmem seu protagonismo (da população “desfavorecida”), como se participação popular e protagonismo dependessem de uma concessão do Estado ou mesmo deduzindo haver interesse do Estado na sua garantia, desconsiderando as disputas por hegemonia que marcam o poder político.

Caracteriza, então, a questão ambiental:

Assim sendo, a forma como a sociedade está organizada na contemporaneidade vem gerando desordem na natureza. Esta desordem, por sua vez, reflete as desigualdades nas relações sociais de etnia, de classe e de gênero localizadas no tempo e no espaço. A questão ambiental, portanto, coloca em jogo o próprio modo de organização da

sociedade e as leis que regem sua reprodução, particularmente no que se refere à relação metabólica entre ser humano e natureza (p. 34).

Afirma que estudos demonstram relações entre degradação ambiental e suas implicações sobre os direitos sociais e a produção de desigualdades sociais. Tais estudos demonstrariam ainda que

[...] a manutenção do equilíbrio das **leis da natureza**, assim como o uso coletivo dos recursos naturais garantem a melhoria na qualidade de vida, o acesso às condições dignas de trabalho, a autonomia, a liberdade e, principalmente a valorização da identidade das comunidades que existem a partir da **sua relação metabólica com a natureza** (p. 35, grifos nossos).

Conclui, acertadamente, que a degradação ambiental e o acesso aos recursos naturais mediados pelo mercado implicam numa submissão da sociedade a interesses particulares e negação de direitos sociais. Mas postula que o movimento ambientalista leva ao “restabelecimento do equilíbrio da natureza e à construção da democracia na sociedade” (p. 35), uma suposição a nosso ver um tanto infundada. Afirmar, como em seguida o faz, a partir de Acselrad, que lutam

[...] pela implantação de um novo modelo de cidadania, que tem como objetivo geral introduzir princípios democráticos nas relações sociais mediadas pela natureza, tais como: a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento; liberdade de acesso aos recursos naturais,

respeitando os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e aos diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; a participação da sociedade no controle das relações entre os seres humanos e a natureza (ACSELRAD, 1992) (p. 35).

Tal afirmação nos parece mais acertada que a anterior, pois os movimentos ambientalistas são constituídos por pautas distintas, complementares, mas também opostas e sua efetividade depende de uma série de fatores que não podem ser resumidos apenas às suas intenções.

Busca-se, afirma a autora, a democratização do controle sobre os recursos naturais, considerando que a i social de determinados grupos sociais está relacionada com relações que estabelecem com o meio ambiente. Considera-se, assim que o “meio ambiente, neste contexto, se constitui como o suporte natural da vida e do trabalho das populações, enquanto a luta contra a degradação ambiental apresenta como escopo, a preservação dos direitos dos cidadãos à vida e ao trabalho” (p. 36). Tais relações são profundamente atingidas por meio da desigualdade de acesso aos recursos naturais públicos, desigualdade essa resultante de relações sociais também desiguais.

Em analogia ao conhecido texto de Hardin, “A tragédia dos comuns”, aqui tal tragédia é justamente o oposto ao que o autor postulou, em 1968: se, por um lado, “o ponto do artigo era demonstrar que as estratégias individuais de uso de recursos necessariamente levam a um uso excessivo dos recursos comuns (*commons*)” (FATHEUER,

2014, p.15), pode-se afirmar que a real tragédia é justamente a apropriação privada desses bens de uso comum, que ao fim era a tese defendida pelo autor.

A apropriação privada de espaços comuns acarreta, segundo a autora, uma transformação profunda da

[...] condição de existência de determinados grupos sociais, os quais se encontram impossibilitados de se beneficiarem dos resultados advindos de seu trabalho, mediado pelos recursos naturais públicos. Assim, comunidades urbanas e rurais foram vítimas de mudanças ambientais que desestabilizaram suas condições de trabalho e existência. Esta parcela da população tornou-se dependente da oferta de emprego por parte de capitalistas da indústria e do comércio (ACSELRAD, 1992).

Este, afirma, é o caso das comunidades que habitavam a região, cuja economia familiar era marcada pela pesca artesanal e a agricultura familiar auto-suficiente. Entende que na base desses conflitos socioambientais – acerca do uso dos mesmos – estão a negação de direitos sociais e, a partir de Foladori (2001), afirma que tais contradições são as causas dos problemas ambientais, mas abrem caminho para sua solução. Constitui expressão da prioridade concedida à dimensão econômica da sustentabilidade acima das preocupações ecológicas e sociais. À instalação de infraestrutura turística somou-se à construção de um Complexo Industrial, de uma Refinaria de Petróleo e um Estaleiro, que tiveram consequências sobre a oferta de espécies de peixes na região e com reflexos sobre a degradação ambiental da ilha de

Itatuoca. Mencionamos abaixo as falas de alguns sujeitos entrevistados pela autora que dão dimensão aos processos em curso:

“hoje é uma situação muito difícil, a maior parte dos pescadores estão morrendo de fome, a Ilha de Itatuoca [que a refinaria desapropriou para construção de suas instalações] já não é mais ilha, os manguezais se acabou tudo por causa do hotel [a construção do Blue Tree Park]” (p. 64).

“A maioria dos nativos sobrevivem da pesca, a área de Gaibu está praticamente morta pra pesca, a Ilha de Itatuoca não existe mais por causa da refinaria. O porto de Suape, junto com esse hotel [o Blue Tree Park] acabou com os manguezais e não deixam a gente passar pro lado de lá, é capaz da gente apanhar, levar um tiro. Eles dizem que vão aproveitar o povo daqui pra trabalhar, mas não me enganam não” (p.64).

“O Porto comeu quase todo o mangue, antigamente a gente ia, pegava caranguejo, marisco, agora a gente não pode nem chegar perto que chega logo a fiscalização e expulsa a gente de lá” (p. 65).

A autora se posiciona a favor de uma concepção de sustentabilidade, e afirma que, mesmo com as percepções e dicotomias que cercam o conceito,

[...] todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados da sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazo, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na preservação do meio ambiente (p. 49).

Os níveis dessa preocupação com a sustentabilidade variam bastante, uma vez que o debate é polarizado entre alternativas num amplo espectro, que tem em comum o apelo ao desenvolvimento sustentável, embora com claro predomínio à postura do ambientalismo moderado, baseado numa sustentabilidade fraca com fundamentos na economia ambiental e privilegiamento de estratégias de sustentabilidade via mercado, que privilegiam a dimensão econômica, sujeitando as demais dimensões de distintas maneiras: a sustentabilidade ambiental fica restrita ao emprego de tecnologias ditas mais limpas, projetos pautados em ações de cunho “educativo” voltados, sobretudo à mudança comportamental dos indivíduos, via ações de responsabilidade socioambiental empresarial, quando não de pura legitimação de suas atividades – em muitos casos danosas - nas comunidades onde se inserem; a sustentabilidade social se restringe à inclusão pelo mercado e na delegação de políticas sociais focalizadas e residuais ao Estado, de forma a garantir a reprodução da força de trabalho num país em que os salários, via de regra, não garantem a manutenção de padrões mínimos de subsistência aos trabalhadores.

O paradoxo da noção de sustentabilidade balizada pelo mercado é a ocorrência de tragédias como a de Mariana – MG, onde o selo de sustentável concedido a Vale²⁹ contrasta com as dimensões da

²⁹ “As ações da Vale não farão mais parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa em 2016. Atualmente a companhia tem o **maior peso** na listagem, que vigora até o fim do ano. A Vale deixa o índice após a tragédia ambiental causada pelo rompimento das barragens da Samarco em Mariana (MG), empresa na qual detém 50% de participação. Além disso, a mineradora também é processada por crimes ambientais em Nova Lima (MG).

“tragédia” causada pela empresa, do ponto de vista social e ambiental, e a aprovação pelo governo do Estado de uma legislação que beneficia as empresas de mineração pouco tempo depois do rompimento da barragem, denuncia a cumplicidade³⁰ e comprometimento do poder político e econômico e demonstra a centralidade concedida à dimensão econômica.

O desenvolvimento com distribuição e equidade, com justiça social e ampliação dos direitos sociais, constitui-se, segundo a autora, num dos maiores desafios da sociedade atual.

Dissertação D3 – Região Centro-Oeste

“Serviço Social e questão ambiental: desafio para a formação profissional na contemporaneidade” – UFMT/2012.

A dissertação D3 tem o intuito de estudar a questão ambiental no processo de formação profissional, buscando nos currículos de cursos

Os fatos levam ao questionamento da permanência da empresa no índice, que é uma referência sobre companhias que realizam ações que visam a sustentabilidade e a responsabilidade social”. Disponível em <<http://www.reporterdiario.com.br/Noticia/544081/vale-deixa-indice-de-sustentabilidade-da-bolsa-em-2016>>. Acesso em 27/11/2015.

³⁰ Também na Câmara de Deputados, onde se debate um novo Código de Mineração, denúncias dão conta de que 28 dos 36 deputados de três comissões sobre mineração receberam doações do setor no ano passado e pelo menos 18 deputados que visitaram a cidade de Mariana após a tragédia, 13 tiveram campanhas pagas com dinheiro de empresas do setor. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/549065-mineradoras-doaram-r-66-mi-a-deputados-que-debatem-acidente-e-regras-do-setor>>. Acesso em 27/11/2015.

de Serviço Social no Mato Grosso, a presença desse debate. Com esse intuito, expressa sua compreensão, baseada na teoria marxista, de como esta se constituiu.

A autora compreende a questão ambiental como decorrência do atual sistema de organização social, onde à exploração do trabalho somam-se outras formas de exploração, incidindo também sobre o meio ambiente, submetendo-o a seus interesses.

A crise ambiental, expressa pela “pilhagem, degradação e destruição ambiental” (p.11) são as expressões visíveis do que entende por questão ambiental. Mas a questão ambiental não se restringe apenas à dimensão ecológica, a autora considera que degradação ambiental e insustentabilidade social são geradas pelo modo de produção sob o discurso do desenvolvimento, associando questão ambiental e social. A crise ambiental, ao afetar desigualmente grupos e classes sociais, se traduz numa crescente insustentabilidade social.

Mas é necessário, nesse ponto, esclarecer a relação entre questão social e ambiental. Para a autora, a questão ambiental se constitui numa expressão da questão social (p. 12), o que não implica uma relação de ascendência ou de prioridade à questão social, mas antes, significa que a questão ambiental decorre da questão social, dos mecanismos que a engendraram. Ou como afirmam Chesnais e Serfati:

Hoje, Marx enunciaria uma “lei” [...] complementar, relativa à destruição pelo capitalismo do ambiente natural, dos recursos naturais e da biosfera. O termo complementar é indispensável, já que é no processo de constituição inicial, isto é, da expropriação das

condições de existência anteriores dos “proletários”, dos homens e mulheres que formarão o “proletariado” [...] e de sua dominação pelo capital, que jazem alguns dos mais importantes mecanismos de destruição deste meio ambiente (2003, p. 51).

Apontam as tendências do capitalismo à predação e ao parasitismo, despercebidas por muito tempo, presentes em seu surgimento – na espoliação camponesa, principalmente - e que permanecem presentes nos quadros nos quais se move.

A crise ambiental da qual se fala tem, portanto, sua origem relacionada à dinâmica de (re) produção do capital, subordinando sociedade e natureza à sua racionalidade, onde esses mecanismos de espoliação também estão presentes, inaugurando uma “nova forma” de relacionamento com o meio ambiente. Para explicar essa nova forma de relacionamento entre sociedade e meio ambiente, a autora emprega um conceito oriundo da teoria crítica: o metabolismo entre homem e natureza, mediado pelo trabalho e perturbado pela relação capitalista, ocasionando uma ruptura nessa relação, uma falha metabólica, completada pela relação entre trabalho assalariado e o capital. Tal mediação é fundamental, de acordo com a autora, para que “se compreenda o processo de degradação ambiental no qual hoje se encontra a sociedade e sua vinculação com a questão social” (p. 24).

A degradação ambiental, assim, é caracterizada como fruto de relações sociais que priorizam a reprodução do capital às necessidades humanas e sociais, pautadas por um ideário de crescimento incompatível com o conceito de sustentabilidade. Entende que,

No atual estágio de desenvolvimento, a expansão do capital toma proporções mundiais através da globalização do mercado e da financeirização do capital, ocasionando uma exploração exorbitante das bases materiais indispensáveis à relação sociometabólica entre os seres humanos e a natureza (MÉSZÁROS, 2002). Esta, por vez, também se mundializa para atender as necessidades globais do sistema produtivo vigente, acentuando as expressões da questão ambiental, a extração da mais valia através da extrema precarização do trabalho e, concomitantemente, as contradições intrínsecas ao próprio sistema (p.24).

A financeirização do capital acirra esse quadro. Assim, como afirmar Chesnais e Serfati (2003) longe de se circunscrever ao âmbito financeiro, o capital rentista está presente na relação com os trabalhadores e a terra: se de um lado a luta de classes busca conter ou frear os avanços sobre a economia política do trabalho, o desenvolvimento técnico – ou o progresso científico e tecnológico – transferem os efeitos da ação do capital para a frente. Contudo, “a vitória conseguida pelo capital financeiro no quadro da globalização capitalista contemporânea, oriunda da liberalização e da desregulamentação deu um formidável impulso ao capitalismo predador e à apropriação rentista” (2003, p. 57), ampliando as esferas de ampliação do capital, à custa da exploração do trabalho e da natureza.

A autora se engana, em nossa compreensão, ao assumir que a crise gerada pelo capital – de cunho ecológico e social -, se traduz numa crise estrutural do capital. Acerca disso, afirma:

No mundo do trabalho, as consequências são danosas, como o grande desemprego estrutural, trabalhadores em condições precarizadas. Em relação ao meio ambiente pode-se apontar a destruição da natureza em escala globalizada com vários problemas ambientais: aquecimento global, desflorestamento, contaminação de rios e mares, desertificação, extinção de fauna e flora, entre outros. Tudo isso vem demonstrando a lógica destrutiva do processo de acumulação do capital, um processo que destrói o trabalho, a natureza, a vida **ocasionando uma crise estrutural do capital.** (p. 26).

Conforme debatemos na seção **3.4**, a partir das contribuições de Chesnais e Serfati (2003), a crise pode ser concebida como uma crise societária, mas não do capital, que utiliza a ocorrência desta em seu proveito, não através da mercantilização da natureza, como se costuma conceber, mas de sua capitalização – sua transformação em “capital natural” -, transformando-a num novo campo de acumulação. O que não significa dizer que o capitalismo não enfrenta crises, antes, passa por crises cíclicas e mesmo estruturais, do ponto de vista da teoria crítica, mas suas crises são decorrentes de suas próprias contradições, marcadas por um queda tendencial à taxa de lucro e uma fuga para a frente de suas contradições, marcadas, hoje mais do que nunca, por características regressivas social e ecologicamente. Essas barreiras são as “que o capitalismo vai buscar transpor, ao mesmo tempo, pela acentuação de suas agressões contra os trabalhadores e pela exploração cada vez mais insana de suas condições exteriores ambientais” (CHESNAIS E SERFATI, 2003, p. 66 APUD D3, p. 41).

Os custos dessa crise ecológica não são distribuídos igualmente, impondo-se de forma desigual entre grupos e classes sociais e entre países no contexto mundial, razão pela qual a autora afirma a partir das contribuições de Foster e Clarck (2006) que os custos são externalizados, sobretudo para os países do Terceiro Mundo, através da imposição de “regimes de produção socioecológicos” que aprofundam o antagonismo entre campo e cidade e entre países do Norte e do Sul global (p.28).

Problematiza as formas de consumo e vê a questão da produção do lixo como uma das expressões mais dramáticas da questão ambiental, “pois reflete a tendência de reprodução da desigualdade que marca o imperialismo ecológico” (p. 29), sobretudo se vinculado ao discurso da sustentabilidade pautado pelo ideário da reciclagem. Questiona o trato da questão ambiental subsumida à questão da reciclagem, uma vez que, de um lado, trata a questão ambiental como uma questão individual, de mudanças comportamentais, por outro, pela forma como o pretense discurso da sustentabilidade ambiental é pautado, nessa situação específica, pela insustentabilidade social, representada no trabalho precário na figura do(a) catador(a). A insustentabilidade social, segundo a autora, é decorrência de centralidade conferida à sua dimensão econômica, sem alteração na relação sociometabólica das relações sociais de produção (p. 27). Mais, a sustentabilidade ambiental regida pela lógica de reprodução do capital, leva ao aprofundamento da contradição entre sustentabilidade ambiental e social, onde o incremento na primeira não se traduz em modificações substanciais na segunda.

A questão ambiental, portanto, deve ser entendida de forma ampla:

Identificando-se com os problemas sociais, a temática ambiental transcende as discussões sobre devastação ambiental ou escassez dos recursos naturais ultrapassando-as e assumindo uma intrínseca correlação com a forma desigual pela qual se estabelecem as relações sociais (p. 35).

Afirmar que a problemática ambiental transcende as discussões sobre a devastação ambiental não significa negligenciar essa dimensão, mas antes compreender que os mecanismos produtores da desigualdade social são os mesmos que dão origem à desigualdade ambiental. A destrutividade gerada pela dinâmica de apropriação da natureza, seguindo uma lógica e racionalidade do lucro, apresenta-se como uma de suas expressões, embora não a única. As injustiças ambientais são geradas por esses mecanismos de apropriação desigual e de repartição do ônus também de forma desigual. De acordo com Acselrad:

A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriados por outrem. Esse esquema, grosso modo, é um dos motores da desigualdade social e,

conseqüentemente, da pobreza, seu efeito mais visível. Assim a pobreza não é um estado, mas um efeito fruto de um processo social determinado e com características próprias. Do mesmo modo, a desigualdade ambiental nada mais é do que a distribuição desigual das partes de um meio ambiente injustamente dividido (ACSELRAD, 2009, p. 76, APUD D3, p. 37).

É preciso compreender claramente essa formulação, para evitar a confusão que a autora incorre, ao concluir, a partir da análise de Acsehrad, que “a pobreza, assim como a desigualdade social estão na raiz da degradação ambiental” (p. 37), confundindo a formulação de Acsehrad com as teses que responsabilizam os pobres pela degradação ambiental. Acreditamos, pela leitura que se realizou do trabalho, que esta afirmação tenha se constituído como um equívoco na sua colocação, antes que a conclusão de que as ideias de Acsehrad reforçariam as teses do círculo vicioso e/ou do duplo caminho.

Há, assim, segundo a autora, nexos centrais entre a questão ambiental e a questão social, com sua gênese e conformação a partir do modo de produção.

Dissertação D4 – Região Sudeste

“O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas?” – UFJF/2010

A dissertação D4 assentou-se, também, na preocupação de levantar de que forma o debate ambiental tem sido apropriado pelo

Serviço Social, analisando-se, quantitativamente, sua produção na área. A autora entendeu que era necessário, ao se aproximar do debate, ir além da perspectiva da sustentabilidade, mas incorporá-la ao todo mais complexo do qual faz parte, a questão ambiental.

Entende que o campo do debate ambiental é marcado por distintas perspectivas, com “valores, concepções e interesses diversos e frequentemente contraditórios, revestidos de um objetivo supostamente comum e universal: salvar o meio ambiente e a vida no planeta” (LOUREIRO, 2002 APUD D4, p. 10). É, assim, um campo heterogêneo e marcado por conflitividade, mas seu apelo indiscriminado pode levá-lo à banalidade. Afirma, com Herculano:

A diversidade de idéias permitiu que se desenvolvessem várias formulações sobre a **questão ambiental (LÉXICO)** e direcionamentos diversos para enfrentá-la ou respondê-la: de um lado há os que, conforme a ideologia capitalista contemporânea, responsabilizam as populações mais carentes pela devastação ambiental (Banco Mundial/organismos internacionais); de outro, aqueles que propõem ajustar o crescimento econômico com o uso racional dos recursos naturais (**ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável**); há ainda, aqueles que concebem medidas extremas como o controle do crescimento populacional e o crescimento zero (tese de *Meadows, neomathusianos*), há também os que elegem a sociedade industrial como geradora da devastação ambiental (**visão arcadiana e antiprogressista**), aqueles que como resposta ao produtivismo e consumismo da sociedade moderna propõem estilos de vida alternativos (**movimento hippie de contracultura, etc.**), e

aqueles que reconhecem a incompatibilidade entre o sistema capitalista e qualquer proposta de preservação ambiental (**ecossocialistas ou ecomarxistas**) entre outros (HERCULANO,2000 APUD D4, p. 10).

Aponta que sua análise, a partir da teoria crítico-marxista, permite compreendê-la como proveniente e determinada pelas relações sociais capitalistas, sua forma de organização, produção e reprodução social, assentando-se sobre a exploração do trabalho e da natureza:

A forma como a sociedade estrutura suas relações é que determinam as utilizações dos recursos naturais existentes no planeta e os direcionamentos das inovações tecnológicas, os quais se conformam de acordo com as diferentes racionalidades que disputam o controle pela apropriação das riquezas naturais. Em outras palavras, a maneira como o homem se relaciona com a natureza é fruto das relações sociais mais gerais, que se dão de acordo com determinado contexto social, histórico e econômico (p. 16).

Concebe a questão ambiental como uma expressão da questão social, compreendendo a degradação ambiental como fruto de relações sociais fundamentadas sobre a necessidade de expansão do capital em contraposição às necessidades humanas. Com tal interpretação da questão ambiental, afirma, coloca-se em questão a forma de apropriação e uso e distribuição das riquezas – naturais, mas também socialmente produzidas. Afirma que tal discussão

[...] não se reduz às formas de exploração dos recursos naturais, ou aos avanços tecnológicos e

suas mazelas, como se o quadro atual fosse fruto de um embate entre entes externos às relações sociais. Tal pensamento leva ao reducionismo que coloca **a industrialização em oposição à natureza** sem colocar em pauta a base do sistema capitalista: a apropriação privada dos bens socialmente produzidos, não só bens materiais, mas também os naturais (p. 15).

É preciso melhor explicar essa afirmação. Há uma discussão importante em Foladori (2001), acerca da caracterização da questão ambiental. Concebe-se, usualmente, na sua compreensão, que estaria determinada por três fatores: a superpopulação, os recursos e os resíduos. Foladori entende que, sob este prisma, a questão ambiental é compreendida a partir da tese dos “limites físicos externos com os quais a humanidade se defronta” (Id., p. 101). A este respeito, afirma que é questionável a redução da questão ambiental a limites externos, uma vez que a crise ambiental decorre de sua organização social e econômica, ou seja, aparece, antes, como um conflito no interior da sociedade, razão pela qual é equivocada a concepção da sociedade como um bloco em oposição à natureza. A sociedade, antes que um bloco homogêneo é composta por grupos sociais distintos, e dividida em classes sociais. A autora do trabalho referenda tal postura, ao discutir a questão mais geral da relação entre espécies e o meio ambiente, uma vez que, à diferença das demais espécies, não estabelece relações com seu meio em bloco, mas sim por grupos e classes sociais (p. 16). Assim, discutem-se os efeitos externos ao processo produtivo, evitando-se o debate das relações que se dão no seu interior. A cultura dos efeitos, como se tem denominado essa abordagem.

Além disso, embora comum numa perspectiva ecologista – especialmente nos “verdes” -, essa crítica à sociedade industrial, ao industrialismo como uma superideologia³¹, recorreremos à Chesnais e Serfati quando afirmam que é necessário efetuar uma crítica à teoria do desenvolvimento de antiliberais críticos, os quais tem paradoxalmente defendido uma transformação social em consonância à manutenção do modelo industrial poluente atual, compartilhando do paradigma dominante: não se pode ignorar, alegam, que

[...] no nível conceitual, a extensão internacional do capitalismo se define como a extensão da relação de produção capitalista, da relação entre capital e trabalho assalariado. Mas, não se pode negligenciar a encarnação material dessa extensão, a saber, a exportação e implantação de indústrias específicas, notadamente as que se tornaram centrais para a acumulação, como a automobilística ou a química pesada (2003, p 59).

É necessário compreender, além disso, que, diferentemente da crítica a um “industrialismo”, como quer o movimento ecologista, a ideia da “integração ou da absorção da ciência pelo capital como instrumento de dominação” (Id., p. 59) é fundamental para o debate, distinguindo e diferenciando técnica e tecnologia, que inclui a técnica mas a ela não se resume, mas constitui, sobretudo, um modo de dominação.

³¹ A ideologia do industrialismo, apontada pelos verdes, entende que tanto socialismo como capitalismo se movem dentro de seus quadros, o que se traduz numa “adesão à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas mediante a permanente expansão do processo de produção e consumo” (FOLADORI, 2005, p. 99, tradução nossa).

Esses esclarecimentos são fundamentais para o debate da questão ambiental que se quer crítico e não podem ser negligenciados, sobretudo nos dias atuais, uma vez que

[...] tornou-se moda em anos recentes [...] identificar o crescimento da consciência ecológica com a atual contestação pós-moderna da metanarrativa do Iluminismo. O pensamento ecológico, dizem-nos frequentemente, caracteriza-se por uma perspectiva pós-moderna, pós-Iluminismo (FOSTER, 1999, p. 161).

Há, portanto, na visão da autora, uma conexão intrínseca entre as relações sociais capitalistas e sua relação com natureza.

Estabelece também seus nexos com a temática do desenvolvimento, ao compreender como a temática tem se apresentado, pautado por um modelo que levaria ao desenvolvimento social, “fruto de uma racionalidade ocidental moderna utilizada para justificar a lógica capitalista em seu processo de expansão industrial e econômica em nível mundial” (MACHADO, 2006 apud D4, p. 23). Aqui, há que se ressaltar que não se pode reduzir a racionalidade moderna – e o projeto de modernidade - à lógica capitalista. Estes pressupostos estão presentes, por exemplo, na crítica pós-moderna ao projeto da modernidade.

Afirma que esse modelo de desenvolvimento atua como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural e atua como “instrumento de mediação das relações de poder das relações de poder e dominação, historicamente estabelecidas, entre as nações industrializadas e aquelas de economias primárias” (p. 23) e operam pela transposição geográfica de um modelo que se afirmam

supostamente universais, válidos e e desejáveis, constituindo-se em “eixo e pilar de sustentação de políticas voltadas à superação do ‘atraso’” (p. 23).

O ideário do desenvolvimento sustentável surge, a partir da década de 1970 e se consolida na década seguinte, como substituto desse discurso e modelo de desenvolvimento, para uma forma de desenvolvimento que consiga conciliar “crescimento econômico com preservação ambiental e desenvolvimento social” (p. 24). E conclui que é diante do paradoxo entre crescimento e preservação que se estabelece uma luta – política e ideológica – em torno a projetos de desenvolvimento que culminam na formulação da questão ambiental. O desenvolvimento sustentável e suas propostas, não escapam à polissemia que tem marcado seu debate, desde a década de 1980:

Para seus defensores, a noção de desenvolvimento sustentável descortina um novo paradigma social capaz de compatibilizar crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, inaugurando uma nova forma de produzir, de se relacionar com o meio ambiente, deixando para traz a antiga noção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (SACHS, 2004). Para seus críticos, configura-se em mais um mecanismo de convencimento para os objetivos do capital, no qual uma convincente artimanha ideológica para manutenção do *status quo* diante do quadro de degradação ambiental e social da sociedade contemporânea. Corresponde a uma adequação do processo de desenvolvimento dentro da ordem capitalista conforme afirmou Sthael (1995) (p. 30 et seq).

Entende, por fim, tratar-se a questão ambiental, de uma manifestação ou expressão da questão social (p. 33). Diferentemente do debate em torno de uma nova questão social, entende-se que a questão ambiental é parte das novas expressões da questão social. Identifica-se com os problemas sociais, transcendendo as discussões dos limites físicos e assumindo, uma relação intrínseca com a forma desigual pela qual se estabelecem as relações sociais (p. 38): “Desta forma, somente se poderia pensar em proteção do meio ambiente ou em igualdade ambiental com a promoção da justiça social” (p. 38). Apresenta, a partir de Acselrad, um conceito inovador, através da noção de uma mais-valia ambiental:

Pois a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de mais-valia ambiental pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos (ACSELRAD, 2009, p. 77 APUD D4, P. 39).

Esta mais-valia ambiental se assenta na distribuição desigual do acesso ao território e nas formas de apropriação e uso daquele, possibilitando fenômenos como a espoliação urbana, que nada mais são que expressão dessa desigualdade socioambiental e razão pela qual não

se podem dissociar as dimensões da sustentabilidade ambiental da social, muito embora, nas relações sociais atuais, estas não só não são compreendidas em sua relação, como assumem uma posição de oposição.

Dissertação D5 – Região Sul

“Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social” – UFSC/2010

A dissertação D5 teve como objeto de pesquisa um estudo conceitual dos fundamentos da análise marxista para a temática ambiental e sua relação com o Serviço Social. A autora informa que, inicialmente, sua proposta era a de realizar uma análise de conteúdo de teses e dissertações sobre meio ambiente nos Programas de Pós-Graduação brasileiros, listando a produção teórica existente, as perspectivas teóricas presentes, as principais categorias teóricas oriundas da teoria crítico marxista presentes nos trabalhos, bem como identificar avanços, lacunas e perspectivas na produção do Serviço Social sobre o meio ambiente. Por sugestão de sua banca, optou por redirecionar seu objeto, enfatizando fundamentos provenientes da teoria crítica na interpretação da questão ambiental. Nesse sentido, faz um percurso até analisar as contribuições de Foster, Löwy e Leff para a compreensão da questão ambiental.

Inicia sua abordagem questionando acerca dos significados atribuídos ao meio ambiente, afirmando que a menção a esse conceito é comum e por vezes pouco problematizado, apresentando-se esvaziado ou parecendo se referir a um conceito e entendimento consolidados. E que o significado deste é fundamental para a compreensão das questões ambientais, sobretudo de significado que assume “no interior das relações produtivas, em específico, do modo de produção capitalista” (p. 30), e tomando-se como ponto de partida o papel fundamental de sustentação da vida que a natureza assume em qualquer modo de organização social.

Decorrente de um processo evolutivo ocorre o que a autora denomina de saltos qualitativos, que levaram à constituição do ser social. Da existência hipotecada à natureza (NETTO, BRAZ, 2009 APUD D5), chega-se à constituição do ser social enquanto “uma espécie natural, (que) sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo *diverso* da natureza.” (NETTO; BRAZ, 2009, p.36-37 APUD D5, p. 31). O ser social assim se constitui em relação com a natureza, pela mediação do trabalho, sem, com isso, perder sua condição natural. Essa relação de intercâmbio com a natureza, da qual faz parte, não é em si contraditória ou problemática:

Não é o homem que produz para atender necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia que degrada o meio ambiente. É quando o homem começa a organizar sua forma de produzir de modo a criar um número cada vez maior de necessidades que a relação homem-natureza tende a torna-se predatória (p. 33).

Entende-se, assim, que é preciso compreender os mecanismos de funcionamento do modo de produção capitalista, os quais assumem contornos específicos, levando a uma relação destrutiva com o meio natural. Afirma que, assim como as relações humanas são “coisificadas”, a relação homem-natureza também tende a se pautar numa relação pragmática e a natureza, transformada em mercadoria e sujeitada a leis de mercado.

Há uma controvérsia no debate da teoria crítica a respeito da relação do modo de produção com a natureza. A autora aqui se filia à perspectiva que afirma a mercantilização da natureza, ou seja, sua transformação em mercadoria. Para Chesnais e Serfati (2003), contudo, o processo de capitalização da natureza não se traduz na sua transformação em mercadoria. É um debate que precisa ser aprofundado à luz da teoria crítica, uma vez que é possível afirmar que em algumas situações a mercantilização da natureza parece real, mas fica a interrogação acerca do entendimento de Chesnais e Serfati, que se opõe a tal ideia. Há, na linha de entendimento que referenda a mercantilização da natureza, a concepção de que tudo que é passível de venda no mercado é, portanto, mercadoria e que não necessitam ser produzidos com trabalho. Veja-se, nesse entendimento, a força de trabalho, que é considerada e transformada em mercadoria nesse modo de produção. Ainda que não haja valor, uma vez que não há trabalho envolvido, ainda assim há preço, determinado pela oferta e procura. Logo, defende a posição de que elementos da natureza viram mercadoria numa economia mercantil onde a maioria dos produtos são produzidos e trocados no mercado.

Entendemos, ainda, que se tratam de processos ou fenômenos correlatos, mas com suas especificidades. A privatização da água seria um caso, por exemplo, de mercantilização da natureza e sua capitalização se expressaria na sua entrada na esfera financeira, como um bem passível de ser comercializado no mercado de ações.

A autora entende que essa relação se torna destrutiva na medida em que a satisfação de necessidades humanas e a produção de valores de uso se subordinam à produção de mercadorias, “onde sobressai o valor de troca que alimenta a lucratividade e o ciclo reprodutivo do capital” (p. 35). Cita como exemplos de manifestações dessa subordinação dos valores de uso aos valores de troca, a obsolescência programada, a inovação estética, a ideologia do consumo e a publicidade. Mas a relação predatória do modo de produção, a seu ver, não pode ser resumida aos padrões de produção e consumo:

É no conjunto de relações sociais capitalistas, baseadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital que está a gênese da crise ambiental. O modo como são distribuídos os meios de produção e as relações sociais que se firmam entre os homens e entre eles e a natureza a partir dessa forma de organização geram diferenças quanto à apropriação dos recursos naturais (p. 37).

Afirma, ainda, que é “na organização concreta do trabalho humano e o seu desenvolvimento dentro de formações sociais historicamente específicas que determinam como se expressa o

metabolismo entre homem e natureza” (p. 55). Portanto, à exploração da força de trabalho vai se somar a exploração da natureza. Se o trabalho produz mais-valia, a exploração da natureza, de forma complementar, permite a redução dos custos de produção. Assim é que o desenvolvimento das forças produtivas se converte em forças destrutivas da natureza e do homem. Dessa forma, “a dinâmica da sociedade capitalista e as relações sociais em que se pauta, estão diretamente relacionadas ao conjunto dos problemas socioambientais” (p. 37).

Essa dinâmica é marcada pela falha metabólica, compreendida pela perda de fertilidade do solo, mas também na separação radical que se opera através do cercamento das terras comuns e sua privatização. Esse processo representou um processo de “alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições que formaram a base de sua existência” (MARX apud FOSTER, 2005, p. 229). Para a autora, de acordo com Marx, o processo de alienação do trabalho se relaciona, portanto, ao processo de alienação da natureza, alienando-o de seu próprio corpo, de sua essência espiritual, através da transformação de sua relação com a natureza, mediada agora pela propriedade privada.

É interessante notar, em que pesem as acusações a Marx de referendar uma lógica produtivista, ou mesmo um suposto prometeísmo na tese marxiana, atribuindo todo valor ao trabalho e de negligenciar a natureza, que princípios do que foi usualmente concebido como definição geral do desenvolvimento sustentável - de que este compreende o desenvolvimento capaz de suprir as

necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações - estavam presentes em seus escritos (FOLADORI, 1997), conforme menciona a autora, a partir da análise de Foster do pensamento ambiental em Marx:

Do ponto de vista de uma formação socioeconômica superior, a propriedade privada da terra por determinados indivíduos vai parecer tão absurda como a propriedade privada de um homem por outros homens [...]. [Todas as sociedades] são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres familias* [bons pais de família] (MARX apud FOSTER, 2005, p. 231).

Constata-se que nos escritos de Marx, há a adoção de “uma visão do homem como parte inseparável da natureza, numa abordagem da relação homem/natureza que não foi unilateral” (p. 63) e, portanto, com Löwy, “uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista (LÖWY, 2005, p.37-38). Acerca das críticas a um suposto prometeísmo marxiano, entendemos que já foi amplamente debatido e devidamente contextualizado, vide, a este respeito, por exemplo, o trabalho de Chesnais e Serfati (2003) e Foladori (1997). Este último, a este respeito, afirma:

É certo que, entre os dois resultados da produção capitalista, esgotar o operário e o solo, Marx dedica sua atenção ao primeiro. Seu objeto de

estudo foi a análise do sistema capitalista e de seus efeitos sobre a classe operária. Não obstante, seu método lhe permitiu ver mais além do seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza. [...] A magnitude da crise ambiental atual não pôde ser prevista por Marx, e não o foi. Mas tampouco pode-se atribuir-lhe um desinteresse pelo futuro do mundo natural. Todas as suas formulações partem de uma filosofia de união do ser humano com a natureza (Id., p. 145).

Ainda assim, Löwy, segundo a autora, propõe uma revisão da teoria crítica em sua concepção de forças produtivas, “rompendo com a ideologia do progresso e com o paradigma tecnológico e econômico da civilização industrial moderna” (LOWY, 2004, p. 97 apud D5, p. 65). Desse ponto de vista, Löwy se situa no campo que defende uma postura semelhante à defendida por Chesnais e Serfati (2003) ao defender que uma sociedade ecossocialista deve se pautar numa nova estrutura tecnológica das forças produtivas, uma vez que todo o aparelho produtivo está a serviço da acumulação e expansão do capital (p. 55).

A autora compreende, a partir da leitura de Löwy, que além da contradição marxiana entre força de trabalho e relações de produção, surge uma segunda, entre forças produtivas e condições de produção, a tese da segunda contradição de O'Connor, polêmica e questionada, por exemplo, por Chesnais e Serfati (2003) e Foladori (1997), e que se entende como limites postos pela própria natureza à dinâmica capitalista. Sob a perspectiva de Chesnais e Serfati, a crise ecológica

não representa uma crise ao capital, mas antes uma crise da civilização humana.

Em Leff, há a crítica a uma racionalidade instrumental que conduz à crise ambiental, abrindo caminho para se pensar numa racionalidade alternativa, desconstruindo a racionalidade econômica e científica da modernidade e dos aparatos que a legitimam (LEFF, 2006 apud D5, p. 68). Afirma, acerca do paradigma do desenvolvimento sustentável:

Nesse sentido, o autor faz uma crítica ao discurso do “desenvolvimento sustentável” e do propósito de internalizar as “externalidades ambientais” que a racionalidade econômica capitalista criou para dissimular aparentemente a incompatibilidade entre meio ambiente e desenvolvimento. Antes de se apontarem os “limites do crescimento” a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida eram considerados como problemas externos ao sistema, depois, eles foram adquirindo uma importância expressiva, incorporados ao discurso de certa “ética ambiental” e refuncionalizados dentro do processo de racionalização econômica. (LEFF, 2006, p. 252; 266-267).

Entende, segundo a autora, a problemática ambiental como uma “problemática eminentemente social e a construção da racionalidade ambiental³² como um processo político e social que passa pela confrontação de interesses opostos” (p. 68).

³² Assenta-se sob princípios como a produtividade ecológica, os valores culturais, os significados subjetivos e a criatividade humana (D5, p. 68).

A noção de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, subjacente a esse modelo de desenvolvimento, é amplamente questionada pela autora, com críticas dirigidas à economia ecológica e a criação da figura do poluidor-pagador. Com Löwy, menciona o fato de a sustentabilidade estar nas mãos dos tecnocratas, os mesmos que levaram ao surgimento da crise ecológica e que agora apresentam sua “solução”, atribuindo um papel central à economia de mercado para na organização da sociedade e da natureza (p. 43).

O conceito amplamente aceito de sustentabilidade, além de conter uma visão ingênua de matriz keynesiana, afirma, “longe de conter um teto de consumo material [...] prefere considerar um piso de consumo material, ou seja, um padrão de consumo [...] que todos poderiam atingir sem comprometer a sustentabilidade ambiental” (p. 44). Afirma, com Layrargues que “o desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças” (LAYRARGUES, 1997, p.7 apud D5, p. 45). Afirma, por fim, que existem diferenças entre a perspectiva do desenvolvimento sustentável – hegemônica, é preciso dizer – e a perspectiva do ecodesenvolvimento, uma vez que:

Enquanto o ecodesenvolvimento postula a justiça social buscando o nivelamento médio no padrão de consumo dos países ricos e pobres, o desenvolvimento sustentável procura omitir a poluição da riqueza através do discurso da erradicação da pobreza, ou seja, teoricamente os países ricos não estariam contribuindo para o agravamento da crise ambiental. O

ecodesenvolvimento alerta para os perigos da crença no uso ilimitado de tecnologias, incentiva o uso de técnicas e soluções originais e aposta na capacidade das sociedades, através da participação dos cidadãos no planejamento de estratégias de desenvolvimento frente aos problemas locais. Enquanto isso, o desenvolvimento sustentável acredita firmemente nas tecnologias modernas para ampliar o rendimento energético, tornando-o mais eficiente e econômico, e por isso, propõe a transferência de tecnologias para os países pobres como um critério de “ajuda”. E finalmente, enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, pois, o crescimento econômico e modernização tecnológica podem levar ao “maldesenvolvimento”, para a perspectiva do desenvolvimento sustentável a solução da crise ambiental está na livre expansão do mercado (p. 46).

Acrescentaríamos aqui que a perspectiva do desenvolvimento sustentável, como foi concebida e amplamente aceita, embora se faça uma defesa do livre mercado, é favorável a uma forma de regulação das atividades econômicas, diferenciando-se, portanto, da postura cornucopiana, que nega a existência de uma crise ecológica e que confia na capacidade do mercado de, pelo sistema de precificação, conter uma possível crise dessa espécie. Esses mecanismos de controle são os que vêm sendo substituídos pelos de mercado, transferindo cada vez mais a preocupação ambiental para mecanismos de mercado, como é o caso da figura do poluidor-pagador. É importante afirmar, também, que, como viemos desenvolvendo desde o início deste trabalho, é preciso diferenciar a postura do desenvolvimento sustentável

hegemônica, de outras posturas críticas que empregam esse conceito na defesa do estabelecimento de outras relações menos predatórias com a natureza. Há certa tendência a resumir o debate do desenvolvimento sustentável em sua perspectiva majoritária, do ambientalismo moderado de organizações e instituições internacionais.

Tese T1 – Região Nordeste

Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental": o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social – UFPE/2008

O objetivo da tese T1 é o de buscar elementos explicativos acerca da gênese da questão ambiental no capitalismo e o paradigma do desenvolvimento sustentável, entendido como “expressão da tentativa de estabelecer mecanismos de controle da relação sociometabólica do capital” (p. 16), ganhando espaço na agenda pública pelo fenômeno da ecologização da política, a partir da década de 1970 e interpelando classes sociais e o Estado, conferindo visibilidade à programática ambientalista através de um chamamento em torno do desafio de compatibilizar crescimento econômico, com sustentabilidade social e ambiental, configurando-se numa pseudo-unanimidade numa sociedade marcada por antagonismos, que levaram a autora ao questionamento dessa proposição:

Embora o Desenvolvimento Sustentável seja permeado por um conjunto de disputas conceituais, fato é que vem congregando um leque de sujeitos sociais de natureza diversa: organismos internacionais, empresários, movimentos ambientalistas e sindical, organizações governamentais e não governamentais de tal sorte que podemos falar de um pacto social cujo objetivo é oferecer alternativas à “Questão ambiental”. Por outro lado, o Desenvolvimento Sustentável adquire centralidade nos discursos de amplos segmentos da sociedade, configurando uma estratégia global do capital – impulsionada por seus intelectuais orgânicos (as agências multilaterais) - afetando um conjunto de iniciativas que se objetivam nacional e localmente, tanto nas práticas governamentais quanto nas ações da chamada sociedade civil. (p. 117).

Apesar do aparente consenso em torno do desenvolvimento sustentável, afirma-se que o campo do ambientalismo é caracterizado como uma nebulosa ecológica, polarizado por vertentes biocentristas e antropocentristas. O campo progressista – antropocentrista – a qual a autora se filia:

[...] oferece distintas leituras sobre as origens e determinantes da “questão ambiental”. Em geral, oferecem denúncias à lógica capitalista ou à “sociedade industrial” e podemos dividi-los em dois agrupamentos: 1) os que concentram suas críticas no paradigma ético da modernidade e, 2) os que defendem a superação da sociedade do capital por uma sociedade de produtores associados. Vale ressaltar que, no interior mesmo de cada bloco, subsistem inúmeras diferenças (p.53).

Entende a questão ambiental, a partir de sua perspectiva teórica, como pautada por uma dupla processualidade: acentuação da destrutividade e mercantilização dos efeitos desta destrutividade, que integra a dinâmica do capitalismo contemporâneo e que só pode ser compreendida em sua relação com a necessidade de reprodução do sistema e a ameaça que isso representa para a reprodução da vida (p. 17).

Em que pese essa interrelação, aponta que, na busca por lucratividade, o capitalismo revela uma dimensão destrutiva e perdulária, através de mecanismos como a obsolescência programada e o desperdício de recursos naturais e sociais que se confrontam progressivamente com “o caráter limitado das potencialidades ambientais, com a finitude dos recursos naturais” (p.17), fato que acarreta o comprometimento da existência humana no planeta, mas que também representa, segundo a autora, uma contradição essencial no processo de sua reprodução.

A autora afilia-se à corrente que defenda a tese da segunda contradição, ao conceber a crise ambiental em suas dimensões sociais, mas, sobretudo ecológica, como uma crise do capital. Não deixa de ser paradoxal que a mesma autora tenha antes se referido à mercantilização dos efeitos dessa destrutividade. Defendemos a tese apresentada por Chesnais e Serfati (2003), já introduzida anteriormente – e referendada por Foladori (1997), em sua crítica à tese da segunda contradição -, que afirma que se trata de uma crise societária, mas não uma crise do capital, uma vez que este inclusive se beneficia da crise ecológica.

A apropriação dos recursos naturais e sua conversão em mercadoria, combinada à exploração do trabalho humano, também mercantilizada, resultam, para a autora, no aprofundamento da falha metabólica identificada por Marx, onde o caráter perdulário do sistema “transforma potencialidades positivas em realidades destrutivas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 614 apud T1, p. 18). Entende que a transformação de tais potencialidades em forças destrutivas se impõe como uma “questão que exige mecanismos de controle para que as condições materiais e simbólicas de sua reprodução sejam asseguradas” (p. 18).

A existência de mecanismos de controle, a nosso ver, não pode ser atribuída a uma exigência do próprio capital como exigência à manutenção de sua reprodução. Basta lembrarmos a histórica relação predatória desse sistema de produção com os recursos naturais, fundamentados numa concepção econômica que por muito tempo ignorou uma preocupação com o uso dos recursos naturais, acreditando que as leis de mercado levariam a um equilíbrio autor-regulatório, sendo desnecessárias qualquer interferência ou regulamentação ou interferência nas “livres forças de mercado”.

A preocupação com os limites físicos surge a partir da década de 1960 e foi tematizada por movimentos ecologistas que, embora não pudessem ser considerados anti-capitalistas, certamente se opunham à forma de uso dos recursos naturais numa sociedade de mercado, marcada pela “ideologia do industrialismo”. Esses movimentos acabaram centrando sua análise numa relação de oposição homem x natureza e considerando o crescimento populacional seu fator central,

desviando-se das relações sociais que fundamentam a apropriação e transformação desses recursos em mercadoria. Polarizou-se, posteriormente, o debate em torno de preservacionistas e desenvolvimentistas, e a partir de Estocolmo passou-se a definir, a partir do advento da perspectiva de desenvolvimento sustentável, a necessidade de algum grau de regulação e controle na apropriação desses recursos. Assim, forças de mercado, de caráter moderado, compõe o movimento de luta por regulamentação do uso dos recursos naturais, mas a estas não se resumem. Não se pode ignorar, como parece fazer a autora, a força e pressão desempenhada pelos movimentos ambientalistas na pauta e luta por regulamentação.

A compreensão da autora, da regulação como uma preocupação de manutenção das condições de reprodução, insere-se, antes, nos postulados da tese da segunda contradição, à qual esta se filia e parece ser um tanto quanto simplista ou mesmo linear. Pensemos, por exemplo, na regulamentação do trabalho: não podemos negar o papel que a pressão da classe trabalhadora exerceu sobre sua instituição. A regulamentação do trabalho é pautada por um debate marcado pela perspectiva da concessão x conquista mas, seja qual for o caso, não comporta uma visão linear.

O mercado rapidamente se ajusta às regulamentações, e sua adaptação a estas é utilizada como mote da sustentabilidade. A autora afirma:

Para dar conta da complexidade destas necessidades o capital opera um conjunto de mudanças nos processos de produção de

mercadorias, para as quais são acionados mecanismos econômicos e ídeo-políticos, mecanismos estes que passam a incorporar, cada vez mais, a problemática ambiental como questão afeta a toda a humanidade. O apelo **preservacionista** ganha força e assume a forma de um amplo pacto em torno do qual se mobilizam o Estado e a sociedade civil para construir alternativas à destruição da natureza, fomentando práticas “ecologicamente saudáveis” e “ambientalmente sustentáveis” (p. 18).

Em nosso entendimento, distinto da autora, não é a preocupação com sua reprodução que “esverdeia” as práticas capitalistas, mas sua adaptação à regulamentação, utilizada posteriormente como mote do engajamento em práticas sustentáveis. Desse ponto de vista, nem mesmo as tecnologias ditas limpas são desenvolvidas pela necessidade de poupar recursos, mas estão relacionadas a necessidade de aprimoramento técnico próprio do sistema e se inserem na lógica da produção de mercadorias. Se conseguir compatibilizar inovação de processos produtivos com menor emprego de recursos, tanto melhor.

Nesse sentido, afirma a autora,

[...] apreender a “questão ambiental” como totalidade historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação de uma parcela dos profissionais do Serviço Social, já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal quais o são nas manifestações da “questão social” (p. 21).

Destaca a relevância e preocupação da temática no âmbito do Serviço Social, afirmando que suas refrações interpelam a intervenção profissional, tal quais o são interpelados, afirma, nas manifestações da questão social. Compreendemos, contudo, que colocar a questão dessa forma, sinaliza a uma diferenciação e distinção das questões: partimos do pressuposto da questão ambiental como uma expressão da questão social, não como uma nova questão social ou mesmo uma questão distinta e separada.

Este parece ser o entendimento da autora, ao assim caracterizar seu entendimento da questão ambiental:

O elemento comum às diversas vertentes interpretativas é o reconhecimento de que ação humana vem produzindo uma crescente depredação da natureza, de consequências significativas para o futuro da humanidade. Este fenômeno, aqui tratado como **“questão ambiental”**, refere-se a um conjunto de deficiências na reprodução do sistema, o qual se origina na indisponibilidade ou escassez de elementos do processo produtivo advindos da natureza, tais como matérias-primas e energia e seus desdobramentos ideopolíticos. Em outras palavras, trata-se da incapacidade do planeta de prover, indefinidamente, os recursos necessários à reprodução da vida, em condições históricas e sociais balizadas pelo alto nível de produção e consumo (p. 51, grifo nosso).

Não só discordamos da tese de que a questão ambiental se origina em “deficiências” na reprodução do sistema, antes, refere-se ao seu funcionamento “normal”, como também não a concebemos

associada exclusivamente à sua dimensão ambiental. A crise ecológica e ambiental decorre de formas de apropriação e uso, assentadas nas relações sociais de produção. Se é correto afirmar que tensionam os limites físicos ou a capacidade de sustentação do planeta, a problemática não se resume a esta dimensão. Antes, tem um forte componente social, na medida em que se traduz numa apropriação privada, transformando o acesso aos recursos cada vez mais mediado pelo mercado e incidindo sobre formas até então relativamente ao abrigo de sua racionalidade. Social também por corresponder a uma apropriação desigual e a sujeições distintas aos efeitos de processos decorrentes dessa ação destrutiva, seja na ação turística que fecha o acesso ao mar aos pescadores, expulsando-os de seu espaço de reprodução social, sejam os efeitos nocivos de desertificação, desmatamento, secas e incidência desigual dos efeitos de catástrofes naturais resultantes dessa ação destrutiva.

Embora se filie à tese da segunda contradição, a autora reconhece que tais limitações são até certo ponto contornadas, seja através da indústria da reciclagem, dos créditos de carbono, desenvolvimento de tecnologias “limpas”, dentre outras. Podemos afirmar que, embora discordemos da tese da segunda contradição, isso não significa afirmar que num futuro talvez próximo, os recursos venham a se tornar um empecilho ao desenvolvimento do capital. Hoje, como afirma a autora, ainda podem ser controlados por meio de distintos mecanismos. Tais mecanismos não são os únicos de que lança mão para contornar a crise ecológica. Afirma que o esgotamento ecológico eleva os custos e fatores de produção, levando ao incremento

de “práticas predatórias em novos territórios, intensificando as guerras de rapina com a mobilização do aparato bélico-militar sob o comando dos Estados Unidos” (p. 73). Sustenta-se em Foster, para o qual

O capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o “ajuste espacial” da exploração e expansão geográficas. O imperialismo ecológico – o crescimento do centro do sistema a taxas insustentáveis mediante a contínua degradação ecológica da periferia – está gerando um conjunto de contradições ecológicas em escala planetária que põe em risco a biosfera em sua totalidade (FOSTER, 2006, p. 239 apud T1, p. 81).

Esta dinâmica tende, portanto, à exacerbação da disputas pelo acesso e apropriação de recursos naturais, acentuando as disputas intercapitalistas e levadas a cabo mediante estratégias de espoliação e imperialismo ecológico. Para a autora, a questão ambiental para o capital só se torna, portanto, uma questão, na medida em que cria obstáculos às formas históricas que se utilizou para se apropriar da natureza (p. 95). Tais, obstáculos, conforme Mota (apud T1, p. 95) podem ser de ordem material, de ordem comercial e de ordem jurídico-políticos.

A este respeito é interessante ressaltar que, ao caracterizar os obstáculos de ordem jurídico-políticos, a autora afirma que se colocam na forma da regulamentação pública do uso do meio ambiente e são oriundos “da pressão dos movimentos sociais envolvidos com a causa

ambiental e ecológica” (p. 99). Em outro momento, discorrendo sobre a regulamentação do acesso, a atribuiu a um processo originário do capital como forma de manutenção de suas condições de reprodução.

Ressalta, nesse processo, a disputa conceitual e prática entre economistas ecológicos e economistas ambientais e que a preocupação destes últimos se consolidaria em torno da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Posteriormente, questiona ambas as perspectivas por não efetuarem uma crítica à economia de mercado. No entanto,

[...] faz-se necessário reiterar a impossibilidade de se enfrentar as degradações ambientais sem levar em conta as tendências econômicas que regem as formas produtivas próprias ao capital e que visam ao fim e ao cabo, a busca do lucro (p. 98).

A administração da questão ambiental é realizada, na concepção hegemônica, a partir de conceitos e práticas como a) a gestão ambiental, sobretudo empresarial; b) a pesquisa científica e as inovações tecnológicas; c) a educação ambiental, numa perspectiva individual, mas tensionada entre a perspectiva instrumental e a emancipatória e d) a ideologia do progresso técnico como solução para a questão ambiental, desconsiderando-se ou secundarizando-se a dimensão social do processo e centralizando-se sobre sua dimensão ecológica (além da econômica). A dimensão social é tratada como “suporte para a edificação de uma sociedade ‘ambientalmente sustentável’” (p. 118).

Sobre a relação que a autora estabelece entre questão social e ambiental, em alguns momentos esta parece dizer respeito apenas à sua dimensão ecológica, em outros momentos, a autora busca estabelecer nexos entre a questão ambiental e a questão social, mediada pela questão da pobreza, as teorias explicativas oferecidas no interior do paradigma do desenvolvimento sustentável, assim como as formas de enfrentamento destas: “o que se evidencia é que a ‘questão ambiental’ é encarada como uma problemática afeta ao ambiente material, físico, não social, manifestando um processo de naturalização da pobreza e de respostas tópicas às suas mais gravosas manifestações” (p. 119).

Tese T2 – Região Centro-Oeste

“As ONG’s como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades” –
UNB/2007

A tese T2 teve como objetivo investigar o papel das organizações não-governamentais e de suas redes como instrumento de mediação jurídico-política em questões socioambientais ante o processo “emancipatório” das comunidades, buscando determinar em que medida esta atuação favorece tais processos emancipatórios ou se se traduz numa cidadania outorgada, de conotação propositiva e assistencial (p. 18). Para tanto, desenvolve uma reflexão acerca da natureza da questão ambiental, passando posteriormente à conceituação de sociedade civil, direito socioambiental e justiça ambiental, discutindo, em seguida, as

organizações não-governamentais em suas especificidades, centrando-se sobre dois estudos de caso, uma de atuação e de defesa do patrimônio natural do cerrado e de sua bio-sociodiversidade, outra de atuação no âmbito de unidades de conservação. Interessa-nos, sobretudo, seu entendimento da questão socioambiental e de justiça ambiental, que buscaremos sintetizar em seguida.

Nesse sentido, o autor justifica que a relevância do tema decorre da natureza da questão socioambiental, cujo “núcleo fundamental é expressão do modo de produção e acumulação de bens do sistema capitalista e de forte impacto no coletivo social” (p. 19). O foco sobre a assessoria jurídica dessas organizações justifica-se, segundo o autor, na forma como tais ações repercutem na efetividade de políticas ambientais, ante o princípio da sustentabilidade. Sustenta a importância de se pensar o meio ambiente em sua relação com a questão social, uma vez que para este as questões estão relacionadas intrinsecamente:

Não há proteção dos recursos naturais se não pensa neles em consonância com os aspectos socioeconômicos. Como se propor, por exemplo, a preservação de um manancial sem se considerar as agruras sociais da população circunvizinha que faz uso dele? Sem se pensar em estratégias de aprimoramento de vida da população do entorno, mesmo de educação ambiental, de produção de renda, de alimentação consistente, a fim de que possa valer-se das águas sem danificá-las? Como pensar a riqueza da biodiversidade sem aclarar os mecanismos predatórios e deteriorantes gerados pela produção em larga escala do sistema econômico predominante? (p. 29).

Para o autor, a exploração sobre o trabalho humano se direciona também ao ambiente circundante, pautada pela produção em larga escala, “numa espiral crescente de lucro e ganância [...] causa impactos colossais e devastadores sobre o meio ambiente” (p. 30), com extração de recursos naturais despreocupada com sua conservação às futuras gerações. Portanto, entende que o legado da Revolução Industrial é uma questão social de graves contornos ambientais, a que denomina questão socioambiental, marcada por processos de exploração e pauperização e no acirramento de mecanismos de destruição da natureza.

Se, por um lado, a questão social emerge no contexto da Revolução Industrial, a preocupação ambiental, afirma, data de meados do século XX, a partir de um ponto de vista fragmentado e a partir de um prisma conservacionista, que na visão do autor, ignora as dimensões social e econômica. A partir da década de 1970, imprime-se uma dimensão social às políticas ambientais, onde afirma que se engendra a vertente ambientalista “socioambientalista” (p. 32). É importante recordar, entretanto, que o atrelamento da dimensão social à questão ambiental como se concebeu a partir de 1970, vem pautado pelas teorias explicativas a que aludimos anteriormente, do duplo caminho e do círculo vicioso, que entendiam a questão social em sua relação à questão ambiental a partir do fenômeno da pobreza e de uma forma restrita. Contudo, o autor parece se filiar a esta postura, em seu conceito da vertente socioambientalista:

A dedução é simples: se o núcleo da ‘questão social’ é a relação entre capital e trabalho no âmbito do sistema de produção capitalista, e se a

problemática ambiental, conforme a vertente mais recente, a sociambientalista, ocupa-se do meio ambiente inserido numa perspectiva mais ampla, em que **as situações atinentes à pobreza e miséria estão extremamente conectadas com a proteção ecológica**, há um vínculo indissociável da ‘questão social’ e da questão ambiental (p. 32, grifos nossos).

O autor até aqui busca realizar uma associação entre questão social e ambiental, para, em seguida, afirmar que não considera a questão ambiental como uma expressão da questão social, mas, antes “uma dimensão fundamental da discussão na contemporaneidade” (p.32), embora não defina os termos desta. Afirma sua associação e vinculação, mas, paradoxalmente, não a compreende como uma expressão da questão social. Afirmar, como o faz, em seguida, que o desemprego, a miséria e as variadas formas de exclusão social se constituem em uma problemática socioambiental apenas faz constatar este paradoxo.

Compreende o movimento ambiental como um todo, “em suas reivindicações básicas e em sua contribuição fundamental e crítica da forma hegemônica de poder e de controle econômico-social” (p.35), embora afirme ter ciência de que não se trata de um todo homogêneo. Não se detém sobre as especificidades dessa heterogeneidade, que coloca em xeque inclusive sua afirmação acerca de suas reivindicações básicas, dado seu amplo espectro político – lembremo-nos de Hopwood (2005). Faz essa referência para, em sequência, postular sua adesão à perspectiva do ecologismo militante de caráter

socioambiental, entendido a partir da forma como o concebem Jorge G. Ferrer e Estrella D. Ferrandis (1998):

La concepción ecologista radical sobre el bienestar social y los servicios sociales parte de una serie de críticas básicas a la naturaleza de las sociedades industriales avanzadas y a su estructura de provisión de bienestar. Así, se plantea que estas sociedades están basadas en la creencia fundamental de que el crecimiento económico cada vez mayor e el consumismo son tanto posibles como deseables; por su parte, el ecologismo va a postular que hay que poner límites a este crecimiento, enfatizando la incapacidad de la tierra para absorber el daño originado por la constante explotación industrial...La crítica ecologista a la sociedad industrial contiene inevitablemente una serie de críticas a los actuales servicios de bienestar que podríamos resumir en cuatro puntos: a) los servicios de bienestar de estas sociedades se plantean para hacer frente a los síntomas más que a las causas de los problemas sociales; b) suponen un gasto público desmesurado y excesivo; c) implican niveles altos de tecnología asociados a un despilfarro de los recursos y a la destrucción ambiental, y d) se basan en grandes unidades de organización que dificultan la independencia y la participación (Ferrer & Ferrandis, 1998, p. 66 apud T2, p. 36).

A concepção do ecologismo militante de vertente socioambiental apresenta aí, seus princípios: matriz ecocentrada, crítica à sociedade “industrial” – não à economia de mercado ou ao capitalismo –, retomada da tese dos limites físicos e crítica aos serviços de “bem-estar”. Conclui o autor:

Neste sentido, o ecologismo militante é, portanto, junto com o feminismo e o movimento racial (cf. id., pp. 63 e ss.), uma contribuição decisiva e fundamental às críticas de políticas públicas incapazes de fomentar igualdade, dignidade e liberdade aos membros da sociedade indistintamente. É um pensamento original, exigente e radicalmente diverso. Não se acomoda e nem se adapta à racionalidade das sociedades industriais e nem tampouco avaliza políticas sociais epidérmicas que mantêm os níveis de produção, consumo, embasados numa concepção de crescimento econômico insustentável. Propõe uma sociedade ecocêntrica ou biocêntrica, em cuja noção a espécie humana se encontra em estreita ligação e reciprocidade cosmológica (p. 36).

A crítica, como vemos, é dirigida genericamente às sociedades industriais. Valemo-nos, aqui, da importante e decisiva contribuição oferecida por Chesnais e Serfati acerca da forma como as perspectivas ecocêntricas escapam à crítica ao capitalismo, contribuindo, segundo afirmam, para que seu combate se destine ao fracasso ou à recuperação pelo sistema. Afirmam:

É, evidentemente, inegável que, em sua grande maioria, os ecologistas acreditaram poder ou quiseram, deliberadamente, evitar fundamentar suas propostas numa crítica do capitalismo de tipo marxiano ou marxista. Atenuaram, ou até apagaram, a importância das relações entre o que chama de ‘produtivismo’ e a lógica do lucro, da mesma forma fizeram silêncio sobre o papel central da propriedade privada na crise ecológica (2003, p. 45).

O autor então retoma o conceito de “socioambiental” para afirmar, embora sem apresentar fundamento, que se trata de um conceito “transcientífico” e que seu uso “enseja a abordagem da complexidade da organização cultural, da formação do substrato econômico-social, da consideração da articulação das forças produtivas, do desenvolvimento tecnológico e do aparelho ideológico” (p. 38), além de propor “a intersecção de conhecimento e apelo para a interação de saberes” (Id.). Entende esta postura como uma postura revolucionária, pois propõe uma reorganização econômica e social distinta das atuais, que não consideram o ambiente apenas como um vetor do desenvolvimento e a preocupação com sua sustentabilidade apenas em razão do fator econômico. Em vez disso, afirma,

[...] consideram **a ecologia como um princípio básico da existência humana**, que, se reativado, **pode produzir princípios superiores** para reorganizar a economia de uma forma humana e voltar a focalizar o desenvolvimento em termos de bem-estar, no qual, para usar a frase bastante conhecida de Gandhi, “*everyone shall have enough to satisfy one’s need, but not greed*”³³” (p. 57, grifos nossos).

Retoma-se, nesta postura, o princípio geral de uma ética superior oriunda da natureza - e balizada pela ecologia como princípio

³³ Todos devem ter o suficiente para satisfazer suas necessidades, mas não a ganância. Tradução nossa.

básico da existência humana - que deve ser padrão de organização social, uma visão romântica da natureza e certo grau de ingenuidade – ou ignorância, no sentido de ignorar - com relação às relações sociais capitalistas. A esses componentes, o autor infere a busca por uma globalização contra-hegemônica, colocada nos termos de uma amplitude “antropo-ecoplanetária”, entendido como o único

[...] capaz de considerar a problemática ambiental adequadamente, que suplanta os âmbitos local, regional, nacional e continental e atinge o conjunto planetário, ou seja, a relação biosfera/humanidade. O circuito então se complexifica. Não é o antropossocial mais considerado isoladamente. Enraíza-se, ramifica-se, interage. Percebe-se o anelamento da vida, que é **eco-bio-antropo- social** (p. 63, grifo nosso).

Sua abordagem acerca do trabalho das ONG's, afirma, funda-se nessa abordagem de “complexidade cognitiva”, e afirma, a partir de Morin, que as sociedades somente se encontram “no reconhecimento ecológico e na sua mútua dependência” (p. 64). A postura crítica se posiciona de forma distinta, opondo-se a esta biologização da vida e mesmo ao igualitarismo biológico, uma vez que entende o ser humano como parte da natureza, mas pela mediação do trabalho, constitui-se em ser social, em imanência e diferencialidade do mundo natural. A concepção na qual o autor se baseia, contudo, parte de pressupostos ou de um “diagnóstico” adequado, mas escapam à crítica das relações capitalistas refugiando-se ao “abrigo da natureza” e de uma cosmovisão biologizante e com um componente religioso característicos das

concepções naturalistas e ecocentradas, sob o risco de mistificação das relações sociais e um forte apelo ético a uma reconexão com a natureza, de caráter individual e pautada por um pacifismo à Ghandi, “seja a mudança que você quer no mundo”. Sua concepção acerca do direito socioambiental é bastante sintomática:

O direito socioambiental, que é dimensão da capacidade reflexiva do humano, é forma auto-organizativa de uma espécie viva em íntima dependência eco-planetária. O direito socioambiental emerge como competência cognitiva do *nós* inscrito no universo, da reflexão humana sobre o seu próprio devir e o devir do mundo, cooperando na dupla pilotagem a que já acabamos de referir (p. 64).

Em oposição à concepção crítica - que vê a sociedade humana em sua dimensão humana, mas em sua diferencialidade mediada pelo trabalho e constituição do ser social -, supõe, com Morin, que nos sistemas vivos subsiste uma identidade dupla: de autonomia (identidade peculiar) e dependência (pertença a um sistema), compondo uma autonomia-dependente de mão dupla, onde os seres afetam o sistema – natural – e este também os transforma, numa relação de interação (p. 113):

Evidentemente, a vida em sua mais diversas articulações e manifestações, é um sistema aberto, complexo e marcado pela dinamicidade, sujeita às transformações resultantes da interação do meio com os seres dos quais se compõe. A autonomia dependente, as transformações do meio, as interações precisam ser consideradas

mediante uma categoria que **vai além da dialética**. Incorpora-a, mas avança. **É a dialógica**³⁴, situada no âmbito dos princípios mais que dos fenômenos. Enquanto a dialética reconhece a superação, por meio da síntese, do antagonismo existente entre fenômenos antitéticos, a dialógica, sem desconsiderar a verdade da dialética, percebe que duas lógicas opostas, embora se “combatam mortalmente”, também se “alimentam uma à outra”, como em simbiose (cf. Morin: *ibid.*: 79-80 apud T2, p. 114, grifos nossos).

Ao trabalhar os conflitos ambientais, e seu acirramento no país, como também no mundo, o autor recorre a Acsehrad, ao afirmar que:

Sem dúvida o agravamento dos conflitos ambientais não é exclusividade nacional. A tensão permanente subjacente entre um modelo de desenvolvimento de caráter exploratório e depredatório, agravado pela modernização capitalista, e o desprezo por uma organização social sustentável, racional e que atenda as reivindicações básicas das populações (saneamento, moradia, saúde, educação, alimentação...) de modo equitativo é comum a todas as esferas do globo e cada vez mais manifesta o distanciamento social do Norte e do Sul. Água, combustíveis, camada de ozônio, biodiversidade, patrimônio genético natural,

³⁴ “A dialogia concerne ao âmbito do paradigma, mais que do fenômeno. Supõe a superação dos modelos lógicos clássicos, unidirecionais, pela percepção de mais de uma lógica simultânea, não-linear, que compreende a relação fenomênica em termos de concorrência, antagonismo, complementaridade. Considera não apenas o real, mas também o virtual contido nos elementos em diálogo, e percebe a incerteza e insegurança de que se imbuí o saber científico” (T2, p. 114, nota de rodapé).

poluição, pesca indiscriminada, são alguns dos muitos focos do conflito entre regiões, povos e nações a pulular em toda o planeta (cf. Acserald, 2004: 7-10 apud T2, p. 78).

Afirma que os conflitos sociais e ambientais tornam indissociável a “chave socioambiental” na leitura das “tensões sociais” (p. 79). Parte de Acselrad, que vem de uma tradição eminentemente crítica e a partir de suas contribuições defende uma visão holonômica³⁵ para o reconhecimento de sua complexidade e as vias possíveis de sua solução, sem eliminar as “tensões na base”.

Compõe, portanto, o que Silva, em sua tese (T1) acredita ser um dos grupos progressistas, este ligado à crítica ao paradigma ético da modernidade, concepção para a qual a “saída apontada, para grande parte destes, é a superação do *antropocentrismo* por uma visão de mundo *biocêntrica*, comprometida com toda a vida na Terra” (T1, p. 53). Apesar de nos contrapormos a muitos aspectos desta concepção, ela contém, certamente, elementos críticos importantes, muitos dos quais só muito recentemente foram debatidos na teoria crítica.

Tese T3 – Região Sudeste

“Sustentabilidade e Serviço Social: novos paradigmas” – PUC
SP/2009

³⁵ “Os elementos não aparecem estanques e dissociados, mas se enfeixam e conjugam de tal maneira que é preciso uma visão holonômica a fim de se reconhecer tanto a sua complexidade quanto as vias possíveis de solução e encaminhamento dos problemas, sem contudo a pretensão de esgotamento das tensões de base, sempre vivas no seio da sociedade” (T2, p. 82).

A tese T3 tem como objetivo analisar a relação do Serviço Social e o paradigma da sustentabilidade no âmbito da política ambiental brasileira. Entende que a discussão é relevante, dados os impactos na natureza decorrentes do desenvolvimento industrial e econômico e supõe uma atribuição aos assistentes sociais em trabalhar com a educação ambiental, “não só como uma demanda emergente e urgente, mas, como uma realidade posta, que atinge o seu espaço ocupacional cotidianamente” (p.10):

Nesse contexto, o objeto de estudo desta tese foi apreender a profissão de serviço social e sua interlocução com a gestão ambiental e sustentável, numa perspectiva de acesso e efetivação dos direitos socioambientais. Assim, o objetivo geral constituiu-se em conhecer e analisar como o Serviço Social se relaciona com a gestão ambiental e sustentável nas organizações empresariais e órgãos públicos representativos da cidade de Bauru (p.10).

Volta-se, portanto, à educação ambiental no âmbito da gestão ambiental, pública e privada, preocupada com a efetivação dos direitos socioambientais. De antemão, é importante entender como qualifica três conceitos centrais de sua análise: gestão ambiental, sustentabilidade e direitos socioambientais.

Sua compreensão de gestão ambiental é fundamentada em Kisnerman (1998, p.197), para o qual é entendida

[...] como uma dimensão teórico-metodológica e crítica operativa, que partindo do conhecimento e da análise da atual situação do mercado, no qual alguns atores estabelecem diferentes processos de uso dos recursos urbanos, permita impor um grau alternativo de racionalidade (p. 25).

Ainda, referencia a Constituição Federal e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA -, para trabalhar o que entende o “novo conceito de gestão ambiental”, que “evidencia a necessidade de uma profunda reflexão sobre a política de proteção ambiental e seu desenvolvimento no **Estado de Bem-Estar Social**” (p. 100, grifo nosso). Posteriormente veremos em que termos compreende este grau alternativo de racionalidade. Já o conceito de sustentabilidade é compreendido, segundo a autora,

[...] é aqui entendida de acordo com a agenda 21, na qual consta que “sustentabilidade” provém das ciências da vida, da ecologia e da biologia. A sustentabilidade significa que no processo evolucionário e na dinâmica da natureza, vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, mutualidades e lógicas de cooperação que permitem que todos os seres convivam, co-evoluam e se ajudem mutuamente para manterem-se vivos e garantir a biodiversidade. A sustentabilidade vive do equilíbrio dinâmico, aberto a novas incorporações, e da capacidade de transformar o caos gerador de novas ordens (PRIGOGINE, 2006 apud GLOBAL, 2006, p.5-6) (T3, p. 25).

Percebe-se, de antemão, que seu conceito de sustentabilidade parte de duas fontes: a primeira, a Agenda 21, documento oriundo da

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD -, mais conhecida como Rio 92, organizada pela ONU em 1992 no Rio de Janeiro, ratificada por 179 países participantes do evento³⁶. À Agenda 21 global, correspondeu a uma Agenda 21 local, elaborada no país para orientar a construção de “sociedades sustentáveis”. Representa, portanto, o paradigma do ambientalismo moderado, conforme trabalhamos em seção anterior. Por outro lado, encontram-se elementos constituintes da teoria da complexidade, a partir das contribuições de Prigogine e da teoria do caos, que foi posteriormente associada à teoria da complexidade. Sobre sua concepção sistêmica de sustentabilidade, ela é expressa assim:

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e a atividade humana, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam suprir as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente e, ao mesmo tempo, preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir a eficiência na manutenção indefinida desses ideais (p. 102, grifo nosso).

É preciso tecer alguns comentários acerca da apropriação desse conceito. Pensamos que há uma apropriação acrítica do conceito

³⁶ Conforme informações do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 04/12/2015.

oriundo da Conferência da ONU; além disso, a aproximação com a perspectiva sistêmica não se traduz numa apropriação integral desta perspectiva ou numa afiliação da autora a esta perspectiva: como afirmamos, não há uma perspectiva analítica que fundamenta o trabalho.

Acerca dos direitos socioambientais, não há uma caracterização que não jurídica dos mesmos, tomando-se como referência sua menção na Constituição Federal de 1988: “No cenário brasileiro, no que se refere ao acesso da coletividade aos direitos socioambientais e à cidadania, o meio ambiente é um direito de todos os cidadãos e está contido nos preceitos da Constituição Federal de 1988” (p.78). Em outro momento, afirma a respeito destes:

Os direitos socioambientais, constitucionalmente garantidos (LIMA, 2002), podem ser melhor compreendidos, por sua vez, por meio de uma leitura socioambiental sobre os diversos direitos já consagrados na Constituição Brasileira de 1988, tais como: os direitos indígenas, direitos ambientais, direitos agrários, culturais, entre tantos outros. Assim, o conceito socioambiental adotado é resultante, em sua essência, de uma equação composta e multifacetária, ainda a ser decifrada – tanto no plano da doutrina e da principiologia do Direito quanto no plano da formulação e da implementação de políticas públicas. A essência da perspectiva socioambiental, portanto, não se resume como poderia parecer, à soma linear e aritmética entre o “social” mais o “ambiental” (p. 85).

Há, portanto, ausência de uma caracterização sociológica dos conceitos ao qual se refere e entendemos que a simples referência ao seu âmbito jurídico-legal não dá conta de sua adequada caracterização e

particularidades. A questão tampouco se encerra na afirmação do direito em seu aspecto positivado, sendo passível de distintas interpretações.

A dinâmica socioambiental é composta segundo a autora:

O meio ambiente ecologicamente equilibrado; a dignidade da pessoa humana e a cidadania; a construção de uma sociedade mais justa e solidária; o combate a todas as formas de racismo; a autodeterminação dos povos; a supremacia dos direitos humanos; a função social das propriedades urbana e rural; a valorização e a difusão das manifestações culturais populares; indígenas e afro-brasileiras; a proteção dos bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e ecológico; os espaços territoriais especialmente protegidos, a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica, o cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Zona Costeira, são apenas alguns dos componentes essenciais que integram essa complexa e dinâmica equação que resulta inexoravelmente na construção da síntese socioambiental brasileira (LIMA, 2002, p. 14 apud T3, p. 85).

Em outros momentos, é recorrente a conceituação em termos legais, a partir, por exemplo, da Política Nacional do Meio Ambiente, da Constituição Federal, deliberações do SISNAMA. Em nosso entendimento, uma apropriação de conceitos restrita ao âmbito da institucionalidade e da legalidade não conseguem dar conta da dimensão

envolvida na significação e análise da questão ambiental. Nesta mesma ótica é apreendido o conceito do meio ambiente.

Com a apropriação de tais conceitos busca contribuir para processos de formação profissional em seu trabalho de efetivação dos direitos socioambientais, pautadas em “uma política social no campo da sustentabilidade ambiental” e tendo em vista “a nova direção social da profissão e o novo paradigma da sustentabilidade” (p.). Há lacunas, em nosso entendimento, acerca dos termos em que entende a “política social no campo da sustentabilidade ambiental”, assim como o “novo paradigma da sustentabilidade” ou a “nova direção social da profissão”.

Há, também, muitas referências, como o próprio título da tese sugere, a novos paradigmas. Estes se referem, ao que parece, à assimilação de práticas de responsabilidade socioambiental pelas empresas (p.29):

A finalidade da discussão desta temática é refletir sobre o desenvolvimento sustentável, com ênfase na dimensão dos novos paradigmas, desde sua trajetória inicial até os dias atuais, identificando-os na atual conjuntura.

Embora lento e árduo em seu processo, um salto importante está ocorrendo na relação entre as empresas e o público em geral. Evidencia-se a grande mudança de um mercado dirigido pela indústria para um mercado dirigido pelo consumidor. No passado, as empresas ditavam aos consumidores o que deveriam comprar. Hoje, as pessoas estão exigindo que as empresas se comportem de um modo socialmente responsável e fabriquem produtos que sejam ambientalmente saudáveis. Portanto, surge um novo modelo de desenvolvimento como forma de

manejo à degradação da área social e meio ambiente (p. 117).

Entende-se, assim, a que novo paradigma a autora se refere, no âmbito da discussão do consumo sustentável e dos “consumidores verdes”. Parece referir-se também à política pública ambiental, “versadas nos denominados novos paradigmas” (p. 78).

A gestão ambiental e sustentável é entendida como política social (p.23); anteriormente, fez referência ao conceito de política social no campo da sustentabilidade ambiental. A referência é, a nosso ver, um tanto vaga e imprecisa. Não há referência a seu entendimento por parte da autora. Entende a questão ambiental como

[...] um chamamento global e local dos governos do mundo todo, empresas, instituições, autarquias e de todas as pessoas, com o intuito de ajudar a proteger o meio ambiente, do qual o homem necessita para garantir a sua própria sobrevivência. Isso não é por acaso, mas em razão das degradações que vêm se arrastando ao longo das décadas e que, por sua vez, envolvem o homem e o espaço que ele ocupa (p. 25).

Considera importante o debate, uma vez que entende que “o homem está ameaçando a sustentabilidade do planeta” (p. 25), deixando entrever uma concepção que separa e polariza sociedade humana e natureza, que constitui a perspectiva do ambientalismo moderado que adota. A partir de tal perspectiva, centra-se sobre o horizonte de mudanças “socioinstitucionais” que não comprometam os sistemas ecológico e social.

Percebe o âmbito da educação ambiental como *locus* privilegiado dessas mudanças, entendidos como espaço de reflexão e atuação para compreender as mudanças globais, mas também para “preparar mentalidades e habilidades, capazes de resolver os problemas ambientais, abrindo caminho para um futuro sustentável, equitativo e democrático” (p. 26). A ação do Serviço Social, na prática de educação ambiental, está relacionada com seu “compromisso pessoal e profissional, na vivência e experiência, disseminando valores, atitudes e comportamentos sustentáveis” (p.28). É necessário afirmar que há muito de contraditório nessa perspectiva e nada diz menos respeito ao processo de formação em Serviço Social que a “disseminação de valores, atitudes e comportamentos sustentáveis” e preocupa-nos, sobremaneira, este tipo de afirmação, tendo como horizonte o Código de Ética profissional que rege a atuação dos Assistentes Sociais no país; mais ainda quando se pretende, com o presente trabalho, fomentar um debate sobre o papel do Serviço Social na questão socioambiental. Essa mudança de comportamentos, distancia-se sobremaneira de um entendimento possível e necessário em torno de direitos socioambientais orientados por uma concepção crítica que dê conta de seus termos e de sua inter-relação com a sociedade e as relações sociais do mundo capitalista. Assume, desta forma, a defesa de um modelo de educação ambiental balizada por uma postura “comportamentalista”. Sobre o espectro de atuação da educação ambiental que se propugna, afirma que “hoje, as ações concretas para garantir a sustentabilidade dizem respeito ao lixo, estimulando-se a reciclagem, a redução do consumo da água, evitando-

se desperdício” (p. 71). Uma concepção, portanto, tangencial e que não toca em pontos centrais da questão ambiental.

A autora ainda menciona a política ambiental num “cenário contraditório de luta de classes, entre o rico e o pobre” (p. 26), numa apropriação imprecisa da compreensão da luta de classes. A precarização do trabalho e a destruição - supomos, da natureza - (p.100) são relacionadas ao metabolismo do homem com a natureza, entendidas como relevantes para a compreensão dos “conceitos existentes sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável” (p. 100).

Do exposto, fica patente a existência de um ecletismo teórico que se apresenta de forma contraditória em seu trabalho, com categorias sistêmicas e marxistas associadas a um conceito de sustentabilidade hegemônico que, no que tange à perspectiva crítica, certamente se contrapõe. Tampouco ficam claras as interconexões entre a dimensão social e a dimensão ambiental do que entende por questão ambiental. A reciclagem, por exemplo, demonstra uma contradição, para falarmos apenas em termos das dimensões social e ambiental da sustentabilidade, que não é tocada no trabalho. No âmbito da dimensão econômica, se postula favoravelmente ao novo paradigma da sustentabilidade das empresas, afirmando que se tornam parceiras da sociedade e preenchem um espaço de um “Estado que se distancia de seus deveres” (p.116) e que, com sua inserção nesse paradigma, “os caducos estereótipos do capitalismo estão se desfazendo” (p. 129). É necessário ainda, segundo a autora “empenhar-se em articular uma teologia do capitalismo, um quadro espiritual que possa ajudar a

sociedade a compreender e a julgar a moderna atividade empresarial (NOVAK apud KELLY, 1993; T3, p. 129).

A contradição se completa diante da afirmação de um mercado responsável social e ambientalmente e com o elogio à atuação “sustentável” de empresas como a Monsanto!

Tese T4 – Região Sul

“A prática do assistente social em uma comunidade sustentável: desafios para a sociedade contemporânea” – PUC RS/2005

O objetivo da tese T4 foi o de analisar a prática do Assistente Social em uma comunidade sustentável. Propõe-se analisar a inserção, da pesquisadora, em um projeto pessoal, na Comunidade Morada da Paz, transformada posteriormente em uma ONG de educação ambiental. Há, em nosso entendimento, uma série de limitações no trabalho, que decorrem do formato livre que segue a produção, apresentando-se mais como um relato de experiência pessoal em sua inserção no projeto, com diversos relatos de natureza pessoal descritos extensamente no trabalho. Nesse sentido, em nossa análise, o objetivo a que se propôs o trabalho não se efetivou.

A autora inicia sua exposição relatando como se deparou com a teoria da complexidade e como isso significou uma transformação pessoal em sua vida, levando-a a elaborar em um grupo o projeto Morada da Paz:

A idéia de estruturar uma comunidade sustentável foi maturada, ao longo de 5 anos, por um grupo de pessoas eminentemente urbanas, que vislumbraram na possibilidade de vida comunitária, a viabilidade de praticar cotidianamente uma filosofia de vida alternativa, mais integrada à natureza e à infinitude de formas de vida que a constituem (p. 76).

Assim como a T2, parte da teoria da complexidade para sua compreensão da questão ambiental, com autores como Morin, Capra e Boff, “pela sua aproximação com o serviço social” (p. 22), afirma.

O eixo teórico que apresenta como fio condutor de sua análise é o que chama de “consciência ecológica”, como “eixo de orientação para a formulação de conteúdos e disciplinas que capacitem os futuros assistentes sociais a trabalhar com as demandas emergentes da questão social como o meio ambiente” (p. 22). Além disso:

Aborda-se ainda o desafio como uma categoria do tempo presente, como possibilidade para o serviço social estabelecer interações permeadas por ordem-desordem-ordem, característica própria de nosso campo de intervenção, através de um diálogo operativo com a ecologia, a partir de uma consciência ecológica” (p.23).

O conceito de consciência ecológica é apresentado pela autora, a partir da contribuição de Morin:

A consciência ecológica tem sua epistemologia baseada no pensamento sistêmico, na teoria da auto-organização e no paradigma da complexidade e, a partir dela, são trabalhadas as

múltiplas formas de significar o mundo, com base no acolhimento, na valorização das diferenças. Para Morin (2002b, p.111) A consciência ecológica não é apenas a tomada de consciência da degradação da natureza. É a tomada de consciência, na esteira da ciência ecológica, do próprio caráter da nossa relação com a natureza viva: aparece na idéia de duas faces que a sociedade é vitalmente dependente da ecoorganização natural e que está profundamente comprometida, trabalhada e degradada nos e pelos processos sociais. Desde aí, a consciência ecológica aprofunda-se em consciência ecoantropossocial; desenvolve-se em consciência política na tomada de consciência de que a desorganização da natureza suscita o problema da organização da sociedade. A consciência ecopolítica suscita um “movimento” de mil formas individuais (ética e diéticas), e coletivas, existenciais e militantes (MORIN apud T4, p. 38).

A partir do que chama desta “nova percepção”, afirma buscar um uso distinto da ciência e da técnica, operada agora *com* a natureza, não mais *contra* a natureza, impondo-se a necessidade de “ecologizar” tudo o que se faz e se pensa.

A ecologia é entendida, nesse sentido, não como uma subdivisão da biologia, mas como “uma ciência necessária para a preservação da vida” (p. 85) e encampa a defesa da perspectiva da ecologia profunda, que, afirma, vai além das abordagens superficiais das questões ambientais, propondo mudanças radicais na cultura. Parte do pressuposto de uma unidade com a natureza e, portanto, tende à mudança de atitudes, não apenas de pensamentos e intenções. Apresenta, assim, a ruptura com o paradigma antropocentrismo do mundo moderno, de oposição entre homem e natureza (p. 91). O paradigma

antropocêntrico é visto como uma “ordem mundial hegemônica” que substituiu o teocentrismo e compreende “o homem e a mulher como centro do mundo, e a natureza estava ali para lhes proporcionar recursos para sanar as suas necessidades” (p. 85). Uma compreensão, a nosso ver um tanto ingênua e pouco problematizada do desenvolvimento sócio-histórico da sociedade ocidental.

O paradigma da sustentabilidade sustentado pela autora é compreendido como “uma proposta em que os indivíduos como seres integrados à natureza, com ela troquem saberes e utilizem os recursos de uma forma racional, harmônica e equilibrada, visando garantir o seu proveito pelas gerações futuras” (p. 39).

Compreende, nesse sentido, a sociedade – constituída em bloco, não dividida em classes e projetos distintos - em oposição à natureza e parte de um ponto de vista ecocentrado como guia de conduta da ação humana, com base na ecologia e na teoria do caos e da complexidade. Embora conceba essa polarização sociedade x natureza, se vale de Morin para requerer uma reaproximação ou fim da cisão entre ambos, afirmando que não se pode mais concebê-los como entidades separadas.

Não problematiza as distinções existentes entre as posturas antropocentristas e atribui ao projeto da modernidade – concebido como único, homogêneo -, a partir das referências empregadas, a responsabilidade pela relação destrutiva com o meio ambiente, sem problematizar o projeto emancipatório presente na modernidade, ou a lógica do capital e sua apropriação desigual da natureza e dos bens produzidos socialmente. A modernidade, afirma, nos levou ao caos,

sendo necessário resgatar e ressignificar conceitos, tendo na ecologia *locus* privilegiado na necessária mudança “de ordem bio-psico-antropo-espiritual-eco-social” (p. 85). O projeto emancipatório da modernidade está presente no projeto ético-político profissional, mas a autora ao não reconhecer os projetos em embate dentro da modernidade, critica o “engessamento de nossa profissão face às novas teorias” (p. 94), projeto que diz frágil e à margem das questões ambientais e que

[...] não reconhece a necessidade de, em dado momento, possibilitar dialogicamente uma relação de recursividade margem-centro-margem, e que também não capacita os assistentes sociais para lidarem com as questões ambientais/ecológicas, novas expressões da questão social contemporânea (Id.).

Considera necessário que a consciência ecológica, a partir da teoria da complexidade, passe a compor o “arcabouço ético-político e teórico-metodológico do serviço social” (p. 23), assumindo, profissionalmente, o papel de um profissional “cuidador do ser bio-antropo-socio-eco-espiritual” (p. 95). Retoma, a partir desses pressupostos, uma ética individual, um romantismo ecologista que atribui valores superiores à uma natureza pura, intocada e suas leis e busca atribuir à profissão um papel correspondente à sua compreensão espiritual – e pessoal – da relação sociedade x natureza. Uma sociedade homogênea, sem conflitos, sem divisão e de natureza destruidora, em polarização com uma natureza pura e superior. Essa dissolução da sociedade humana na natureza, levada a cabo pela sua biologização,

segundo Loureiro é um dos primeiros problemas que aponta na teoria sistêmica. A tal respeito, afirma:

O primeiro e principal é a leitura direta dos fenômenos sociais fundamentada em modelos matriciais de retroação alimentados por elos de *feedback*, relativizando-se ou ignorando-se que o ambiente é também produto do trabalho e da práxis humana. Tal leitura ocasiona um grau de incerteza e mutabilidade e de ação intencional para além da previsibilidade de qualquer modelo, por mais dinâmico e relacional que este consiga ser. Uma coisa é alimentação e retroalimentação, outra bem distinta é intervenção e criação consciente pela ação mediada culturalmente. Formular um pensamento sistêmico em cima de fluxos energéticos, materiais e termodinâmico enfatiza adequadamente os organismos vivos, mas dissolve a existência, a cultura e demais fenômenos tipicamente humanos (2006, p. 136).

Entende, a partir dessa perspectiva, o ambiente como fruto do trabalho humano. A natureza intocada é uma idealização cujos pressupostos e contexto sócio-histórico de surgimento foram discutidos previamente. Além disso, acrescenta que:

[...] as visões sistêmico-holísticas e o sistemismo formal contribuem efetivamente para a emergência de paradigmas que procuram relacionar sistemas sociais e sistemas naturais estrito senso em construções interdisciplinares baseadas no conceito de autopoiese. Contudo, como destacam os referidos autores, nesse movimento recaem na perigosa certeza de se ter alcançado o “modelo do modelo” ou o “método unificador” de todas as ciências e saberes,

sintetizando em matrizes sistêmicas os processos materiais e mentais das sociedades humanas e da vida. Acabam, assim, por reproduzir o equívoco do positivismo e de algumas correntes marxistas que consideravam, cada um a seu modo e à sua época, haver descoberto o único método capaz de apontar a verdade (Id., p. 137).

Por fim, faz referência à noção de conflito na teoria sistêmica, reconhecida, afirma, por Morin, mas não trabalhada em sua teoria, tendo como resultado pensar o sistema como “harmonia e funcionalidade”: estes são vistos, de um lado, “reduzidos ao sentido de diversidade natural, previsíveis na dinâmica sistêmica” e, acrescenta, por outro lado, “é visto como uma fragilidade, uma incorreção a ser superada quando o ser humano atingir seu estado integral, ou seja, harmônico, numa concepção similar ao positivismo de Augusto Comte e ao evolucionismo spenceriano” (Ibid., p. 137).

A crítica de Loureiro (2006) é bastante pertinente, uma vez que tal perspectiva está fundamentada num ideário de transcendência, holístico e espiritual, com um apelo à retomada de uma “comunhão” com a natureza, sem, contudo, analisar a sociedade contemporânea em sua conflitualidade, opondo e requisitando à conflitualidade do mundo regido pela lógica do lucro, um retorno a uma “condição natural” da sociedade humana que é antes funcional a esta lógica, porque não política, mas individual e com forte componente espiritual.

4.7 QUADRO SÍNTESE

Como resultado da análise a que nos propusemos nessa seção, podemos destacar, conforme a tabela abaixo, as linhas em que os trabalhos estão inseridos, ainda que de forma não muito precisa, uma vez que tais correntes não são estanques; também porque se observou, em alguns trabalhos, características de mais de uma corrente presentes. Ela foi elaborada a partir de dois pressupostos: a forma como cada trabalho se posiciona acerca da relação entre sociedade x natureza, da forma como nos foi apresentada por Foladori (2005). Nesse sentido, os trabalhos analisados se inserem, ao menos em três perspectivas: antropocentristas críticos, antropocentristas tecnocentristas do ambientalismo moderado e ecocentristas, tendendo à vertente da ecologia profunda no caso da T2 e plenamente inserida nessa perspectiva, no caso da T4. Por outro lado, a partir das contribuições de Hopwood (2005), buscamos inseri-los nas perspectivas apresentadas por este, com relação ao desenvolvimento sustentável, quais sejam: *status quo*, reformistas e transformacionistas. Sob este aspecto, encontramos os trabalhos inseridos entre os reformistas e transformacionistas.

	SOCIEDADE X NATUREZA	POSTURA ACERCA DS
D1	Antropocentrista crítico	Transformacionista
D2	Antropocentrista crítico	Transformacionista
D3	Antropocentrista crítico	Transformacionista
D4	Antropocentrista crítico	Transformacionista
D5	Antropocentrista crítico	Transformacionista
T1	Antropocentrista crítico	Transformacionista
T2	Ecocentrista - Ecologia Profunda	Transformacionista

T3	Antropocentrismo Tecnocentrismo - Ambientalismo Moderado	Reformista
T4	Ecocentrismo - Ecologia Profunda	Transformacionista

Tabela 9 - Quadro síntese. Elaboração própria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória inscrita no presente trabalho buscou compreender as formas como a questão ambiental tem sido apropriada e trabalhada na produção de literatura nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Resultado desse trabalho, podemos afirmar que tem crescido o interesse em debater a questão ambiental, relacionada a diversas temáticas conexas. A produção, em aspectos quantitativos, tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Mais que isso, buscamos compreender em que termos essa tem sido concebida, em seus aspectos qualitativos. A preocupação central que nos moveu até aqui, foi a de determinar em que medida é possível afirmar que há uma narrativa comum na apropriação desse debate.

A realização desse objetivo foi um grande desafio para o autor, uma vez que foi necessária uma apropriação sócio-histórica em torno do tema, um processo complexo e marcado por um debate permeado por distintas posições, muitos embates e divergências. Sócio-histórica, uma vez que a emergência do debate em torno da questão ambiental é um processo que remonta à década de 1960, e há um longo percurso que buscamos sintetizar nesse debate que conta com pelo menos 50 anos. Preocupamo-nos em estabelecer em que marcos a teoria crítica tem se inserido no mesmo, tendo em consideração que é a linha que orienta o projeto de formação profissional, desde as diretrizes curriculares da ABEPSS ao Código de Ética Profissional. E a questão ambiental, no debate marxista, esteve por muito tempo relegada a segundo plano, como uma questão menor dentro da contradição de

classes que marca o modo de produção capitalista, como afirmam, por exemplo, Chesnais e Serfati, acerca do atraso teórico e político a recuperar na tradição marxista sobre a questão ambiental:

O atraso é aquele que nós (os autores deste texto) reconhecemos a título pessoal, do ponto de vista de nosso trabalho sobre a crítica do capitalismo. Mas nos parece que, de uma forma geral, esse mesmo atraso também é o da mais ampla maioria daqueles que se reclamam do marxismo. A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais presentes que pesam sobre as condições físicas e sociais da reprodução em partes determinadas do globo se fizeram – e continuam ainda a se fazer – muito largamente fora de uma referência forte a uma problemática marxiana e/ou marxista. Elas se fizeram, salvo exceção, sem que se estabelecessem laços fortes com as molas da acumulação capitalista, que se efetua, hoje, sob a égide de uma nova configuração do capital financeiro. Elas se fizeram sem que houvesse um enunciado claro do fato de que as relações de produção capitalista são também, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas (2003, p. 45).

Desta forma, buscamos desenvolver aqui algumas reflexões acerca desse retorno à Marx para buscar explicar como as condições que ensejam a questão ambiental, em seus aspectos sociais e ambientais, estão presentes desde as origens do capitalismo, mobilizando alguns conceitos e categorias trabalhados por alguns autores que se filiam à tradição crítica. Existem muitos outros autores, como o demonstrou, por exemplo, a não dissertação D5 – Foster, Löwy, Leff - e que, no entanto,

não pudemos nesse momento nos aprofundar. Mas buscamos, a partir de distintas contribuições, resgatar essa retomada de conceitos marxianos e marxistas que tem oferecido nexos entre a questão ambiental e o modo de produção capitalista.

Buscamos ainda estabelecer o “estado da arte” da questão ambiental no Serviço Social. Há, no entanto, poucos autores de referência, mas os trabalhos são sólidos e tem consolidado uma importante contribuição à questão ambiental e à crítica ao paradigma da sustentabilidade. A partir daí, buscamos, através da leitura e análise de conteúdo de alguns trabalhos, observar a forma como as produções de literatura tem abordado a questão, o que se deu não sem desafios. Isto porque existem distintos aportes teóricos de análise presentes nos trabalhos. Trabalhamos com uma hipótese inicial que, devido à hegemonia da perspectiva crítica na formação profissional, as abordagens se dariam majoritariamente se não integralmente, dentro dessa perspectiva. Embora majoritária, estando presentes em 6 dos 9 trabalhos analisados não é, contudo, consensual a análise da questão ambiental a partir de um viés marxista. Mesmo as abordagens marxistas, diferenciam-se em alguns pontos, a depender dos autores com os quais se trabalha, colocando ao autor importantes reflexões para a análise.

Nos trabalhos de orientação marxista, alguns desafios se colocaram frente a nossa análise, buscamos, na medida do possível, trabalhar com alguns deles: a polêmica em torno da mercantilização x capitalização da natureza; o debate em torno da concepção do desenvolvimento sustentável entendido como homogêneo, configurando, para alguns autores do Serviço Social, uma ideologia;

uma apropriação limitada da concepção marxista da questão ambiental, que embora se filiem à teoria marxista, não conseguem realizar mediações entre a questão ambiental e o papel do Estado e o capitalismo dependente, fazendo apelos a um “Executivo responsável” ou uma crítica ao paradigma do “crescimento a qualquer custo”, expondo uma fragilidade e até certa ingenuidade intelectual; uma apreensão linear e equivocada da regulação ambiental à produção capitalista, entendida como decorrente do capital com vistas à sua reprodução social; a dificuldade em relacionar a dimensão social à questão ambiental, as vezes reduzida à dimensão ambiental, muito embora constante a afirmação de que estão relacionadas e, por fim, a tese da segunda contradição, que ainda polariza autores da vertente marxista.

Por outro lado, encontramos outras perspectivas de análise, uma delas, parte do desenvolvimento sustentável tomado como formulado pelos organismos internacionais e é marcado por um ecletismo teórico a nosso ver contraditório, contradições estas que buscamos apontar ao analisar o trabalho. Houve, ainda, dois trabalhos inscritos sob a perspectiva da teoria da complexidade, como um paradigma explicativo da questão ambiental, ambos orientados por uma visão de mundo ecocentrada. Apesar de alguns limites apontados em pelo menos um trabalho, de caráter metodológico, buscamos apontar a forma como concebem, a partir dessa matriz, a questão ambiental, apontando algumas inconsistências no debate e algumas críticas a tal perspectiva. A nosso ver, a dimensão social se torna secundária nesse debate, eclipsada pela prioridade concedida à dimensão ecológica.

A crítica realizada nos trabalhos se ateve à matriz teórica adotada e a forma como foram mobilizadas nos trabalhos para explicar pontos chave da questão ambiental. Não são, portanto, críticas pessoais, mas intelectuais e apresentam, certamente, algumas limitações que deverão ser melhor desenvolvidas futuramente. Não tivemos a intenção deliberada de enquadrar “ideologicamente” os autores dos trabalhos analisados, antes, identificar suas vertentes, em seus atores e os fundamentos que mobilizaram para o debate. Entendemos que a compreensão da realidade e as lutas que se travam requerem clareza teórica para compreensão dos “fenômenos”. Tampouco, se trata de afirmar quem é ou não marxista, mas uma preocupação central foi a de analisar como a teoria crítica tem se apropriado de categorias marxianas e marxistas para explicar a questão ambiental, uma vez que por muito tempo se considerou o debate ambiental como uma questão menor, algo que tem mudado recentemente. É necessário efetuar tal autocrítica, uma vez que se tem demonstrado as relações orgânicas entre insustentabilidade social e ambiental.

Por fim, cabe afirmar que todos os trabalhos analisados objetivavam analisar e contribuir para a constituição de um aporte no debate acerca da questão ambiental, seja voltado a um problema prático, seja voltado ao debate teórico. A nosso ver, o *corpus* selecionado demonstrou a diversidade e o amadurecimento do debate, que ainda apresenta algumas lacunas, algumas destas de ordem teórico-metodológica, mas que permitem afirmar a hegemonia da perspectiva crítica, com abertura a outras matrizes analíticas.

O resgate de Marx, em nosso entendimento, é fundamental para o processo de formação profissional e, nesse sentido, a contribuição do presente estudo é fundamental nessa retomada. Pelo que concluímos a atualidade de seu pensamento e da teoria marxista que a ele se seguiu, na compreensão dos nexos entre as dimensões sociais e ambientais da questão ambiental. Como desafio, a consolidação dessa perspectiva na formação profissional e o estabelecimento de relações entre as dimensões teórico-metodológicas e a inserção prática dos assistentes sociais, no estabelecimento de práticas sociais emancipatórias e não reforçadoras do *status quo*.

Ao relacionar a questão social e ambiental ao paradigma da sustentabilidade, consideramos que o Serviço Social pode contribuir para o debate, uma vez que tem uma robusta tradição na discussão da questão social, servindo muitas vezes como referência a outras áreas de conhecimento. É necessário lembrar, com Netto, que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios deste desenvolvimento produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “*questão social*” é constitutiva do capitalismo: não se suprime aquela se este se conservar (2012, p. 206).

Com outras áreas de conhecimento pode, também, muito aprender nesse intercâmbio. Precisa se abrir mais para se somar à

construção, conjunta, de projetos societários emancipadores, o que não significa abrir mão de sua tradição crítica, tampouco sucumbir ao ecletismo intelectual, uma vez que a tradição crítica se encontra bastante consolidada no processo de formação profissional. Nesse sentido, é importante constatar autores de referência discutindo a questão ambiental em seus nexos com a questão social. O debate tem muito ainda por amadurecer. Nosso trabalho, assim, vem no sentido de colaborar de alguma forma ao aprofundamento e amadurecimento do debate.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri et al. **Desigualdade Ambiental e Acumulação por Espoliação: O que está em jogo na Questão Ambiental?** Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbienta.pdf>>. Acesso em 25/06/2014.

ACSELRAD, Henri. **Desigualdade Ambiental, Economia e Política**. Astrolábio, n°11, 2013.

_____. **Agronegócio e povos tradicionais**. Revista Le Monde Diplomatique Brasil, 2012. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1277>>. Acesso em 20/06/2014.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações**. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

ALMEYRA, Guillermo. **As bases para uma política econômica alternativa**. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20815. Acesso em 09/09/2012.

ARAÓZ. Horacio Machado. *Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: Las paradojas de*

NuestraAmérica em las fronteras del extractivismo. Rebela, v. 3, nº1, out. 2013.

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças e. **Economia verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo**. Brasília (DF): Temporalis, ano 12, nº 24, p. 127-143, Jul-Dez, 2012.

ATAURI, Ilda Chicalé. **Sustentabilidade e Serviço Social: Novos paradigmas**. São Paulo: PUC SP, 2009. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, 186p.

AZEVEDO, Natália Tavares. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2011)**. Curitiba: UFPR, 2012. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2013, edição digital.

BOURCKHARDT, Vandenéia. **Fundamentos da análise marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, 112 p.

CAMPOS, Glória Goulart da Silva. **O meio ambiente e a reprodução sociometabólica do capital: sustentabilidade insustentável**. Disponível em: < <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/80T.pdf> >. Acesso em 20/08/2015.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CASTELLS, Manuel. **O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista**. In: O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, volume 2, 3ª edição, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **As Figuras do Pensável: As Encruzilhadas do Labirinto**. Volume VI. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. In Revista Crítica Marxista, n. 16, p. 39-75. São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. *Orígenes comunes de la crisis económica y la crisis ecológica*. Rio de Janeiro: Revista Praia Vavelha, v.19, n°2, p. 13-20, Jul-Dez, 2009.

CORRÊA, Deborah Cristina. **O debate ambiental no Serviço Social: construindo novos caminhos ou reatualizando velhos paradigmas**. Juiz de Fora: UFJF, 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada** — 3.a ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DORNELLES, Denise Yasodã Freitas. **A prática do Assistente Social em uma Comunidade Sustentável: desafios para a sociedade contemporânea**. Porto Alegre: PUC RS, 2005. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social: nova edição em três volumes**. São Paulo: Vol. I, Out. 2002.

EHRlich, Paul; EHRlich, Anne H. **População, Recursos, Ambiente**. Polígono, 1974.

FATHEUER, Thomas. **Nova economia da natureza, uma introdução crítica**. Heinrich Böll Stiftung, 2014.

FOLADORI, Guillermo. *Una tipología del pensamiento ambientalista*, in FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina (Org.) *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Universidad Autónoma de Zacatecas, México, 2005.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

_____. **O metabolismo com a natureza**. In Revista Crítica Marxista, n. 12. p. 105 – 117. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **A questão ambiental em Marx**. In Revista Crítica Marxista, n. 04. p. 140 - 161. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. **Avanços e limites da sustentabilidade social**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 edição, 2010.

_____. Marx e o meio ambiente. In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (Org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 161-173

GIL, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2 ed. São Paulo. Editora Atlas, 1989.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Por uma política de educação ambiental para as Cidades Amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social**. Belém: UFPA, 2011. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, 2011, 145p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo, Editora Record, 8ª edição, 2004.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of the Commons**. Published in Science, December 13, 1968.

HARVEY, David. **O novo imperialismo** / David Harvey; tradução: Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola, 2. ed., 2005.

_____. **A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista**. In: _____ (Org.) *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª Edição. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf>. Acesso em 07/12/2015.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. ***Sustainable Development: Mapping Different Approaches***. *Sustainable Development*. 13, 38–52 (2005), Publicado online em *Wiley InterScience* (www.interscience.wiley.com).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista *Temporalis*, Ano 2, n.3 (jan./ jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p.33-40.

LEHER, Roberto. **Ideologia do Desenvolvimento, Pobreza e Hegemonia**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, CARLOS FREDERICO BERNARDO. **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro - O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

_____. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Livro I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 5ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 1986.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Ano 2, n.3 (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 41-50, 2001.

_____. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Ruy, RIZEK, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Tatiane Ropck Félix Mendes de. **Serviço Social e a Questão Ambiental: desafios para a formação na**

contemporaneidade. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação de Mestrado, Programa Pós- Graduação em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012, 115p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Utopias Desenvolvimentistas e Política Social no Brasil.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PIERRI, Naina. **O processo que conduz à proposta hegemônica de desenvolvimento sustentável e as alternativas em discussão.** In: Análisis crítico del instrumento de evaluación de impacto ambiental. Su aplicación em Uruguay. Curitiba: UFPR, 2002. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____. O processo que conduz à proposta hegemônica de desenvolvimento sustentável e as alternativas em discussão. In: **Análisis crítico del instrumento de evaluación de impacto ambiental. Su aplicación em Uruguay.** Curitiba: UFPR, 2002. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

_____. *Historia del concepto de desarrollo sustentable, in FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina (Org.) ¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable.* Universidad Autónoma de Zacatecas, México, 2005.

PONZILACQUA, Marcio Henrique Pereira. **As ONGs como mediação político-jurídica nas questões socioambientais ante o processo emancipatório das comunidades.** Brasília: UNB, 2007. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007, 340p.

ROBERTT, Pedro. **Abordagens sociológicas da questão ambiental: contribuições e limites conceituais.** NORUS: Novos Rumos Sociológicos, v. 1, n. , Jan-Jun 2014.

RODRIGUES, Mônica A. Grossi. **Metabolismo social do Capital, novas tecnologias e os desafios políticos aos trabalhadores: notas ao debate**. Brasília (DF): *Temporalis*, ano 12, n. 24, p. 39-48, jul./dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª edição, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000.

SALVIATTI, Ana Paula. **A caminho da financeirização do meio ambiente**. Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-caminho-da-financeirizacao-do-meio-ambiente/3/31779>. Acesso em 21/02/2015.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **Conflitos socioambientais na Praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais**. Recife: UFPE, 2007. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007, 89p.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo Contemporâneo e "questão ambiental": uma análise sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável**. Recife: UFPE, 2008. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal Pernambuco, Recife, 2010, 213p.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria das Graças e. **Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.).

Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Maria das Graças; MOTA, Ana Elizabete. **A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Revista Praia Vermelha, v.9, nº2, p. 37-50, Jul-Dez, 2009.